



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Luciana Sobis Alves

**VAZIOS URBANOS PÚBLICOS COM POTENCIAL DE REINserÇÃO
SOCIOESPACIAL EM ERECHIM-RS**

Florianópolis
2021

Luciana Sobis Alves

**VAZIOS URBANOS PÚBLICOS COM POTENCIAL DE REINserÇÃO
SOCIOESPACIAL EM ERECHIM-RS**

Dissertação/Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Ayrton Portilho Bueno, Dr.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Alves, Luciana Sobis

Vazios urbanos públicos com potencial de reinserção
socioespacial em Erechim-RS / Luciana Sobis Alves ;
orientador, Ayrton Portilho Bueno, 2021.
159 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Arquitetura e Urbanismo. I. Bueno, Ayrton Portilho.
II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

Luciana Sobis Alves

**VAZIOS URBANOS PÚBLICOS COM POTENCIAL DE REINserÇÃO
SOCIOESPACIAL EM ERECHIM-RS**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Almir Francisco Reis, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Gilceia Pesce do Amaral e Silva, Dra.

Universidade do Vale do Itajaí

Prof. Murad Jorge Mussi Vaz, Dr.

Universidade Técnica Federal do Paraná

Prof. Sergio Torres Moraes, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Paolo Colosso, Dr.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Ayrton Portilho Bueno, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021.

A Deus, ao Universo, às pessoas que amo.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo esta conquista ao apoio dos meus pais, Lúcia e José, da minha irmã Cláudia e do meu namorado Afonso. Por meus pais me incentivarem a estudar desde a minha infância. Pela forte conexão que tenho com minha irmã, por ela apoiar minhas escolhas e acreditar em mim. Por meu namorado que com amor me encorajou a me inscrever no processo seletivo do PósARQ, dar o primeiro passo desta linda trajetória e realizar o sonho que estava no meu coração de fazer mestrado. Pelas caronas do meu pai e do meu namorado para eu realizar as observações a campo e descobrir espaços tão importantes na cidade.

Agradeço também aos professores que admiro.

Minha gratidão ao professor Murad, que em 2011 desde o meu primeiro semestre de graduação em arquitetura e urbanismo me apresentou o papel lindo do arquiteto e urbanista para contribuir nas questões sociais. Foi a partir dos projetos na prancheta e nas vivências urbanas, especialmente do grupo de estudos e extensão, Viver AU, que despertou em mim o amor e a curiosidade de descobrir a cidade como ela é, e de algum modo contribuir para que a população possa vivenciá-la.

Ao ingressar no mestrado conheci meu orientador, Ayrton, que acreditou em mim, no meu tema de pesquisa e me incentivou a ir além. Contribuiu de forma significativa na lapidação do tema inicial e ao longo dos meses foi me direcionando para os caminhos mais adequados. Ayrton também me orientou nas leituras produtivas e escritas objetivas – lembro como se fosse hoje nossa primeira reunião -, de como ler a cidade, interpretar suas diferentes interfaces, ter um olhar crítico interdisciplinar e me incentivou durante todo esse período a publicar e participar de eventos para ter trocas, experiências e crescimento. Posso dizer que foi uma orientação sábia, tranquila e fluída. Minha gratidão.

Aos demais professores que trouxeram ensinamentos importantes que aperfeiçoaram o meu modo de olhar a cidade e contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço também aos meus colegas de PósARQ pelas infinitas conversas em sala de aula, na biblioteca, no restaurante e no campus da UFSC, companhias e trocas ricas que confortam a vida acadêmica, especialmente a Gislaine, o Danilo e a Tamara, minhas novas amigas.

Agradeço aos meus amigos que mesmo à distância transmitiam um lindo carinho por eu estar aqui, em especial Tatiana e Kelly, minhas irmãs de coração.

Agradeço à CAPES que financiou o último ano desta pesquisa.

Agradeço à UFSC e ao PósARQ pela oportunidade.

A todos que fizeram parte dessa trajetória, meu carinho e minha gratidão.

A coragem para fazermos determinadas escolhas é fundamental para nos encontrarmos. Posso dizer que aprendi muito, cresci muito, meus horizontes se expandiram. Sigo aprendendo. Acredito que as cidades possam ser melhores para todos valorizando o espaço público e sua importância para as relações sociais.

Se o mundo urbano é um equipamento potencial de lazer, quanto mais complexo e diversificado, tanto mais plenamente pode ser apropriado para esse fim. Planejar espaços para o lazer não é construir campos de futebol, ciclovias ou criar áreas verdes. É cultivar um meio urbano cujas ruas permitam jogar uma “pedalada”, andar de bicicleta ou simplesmente passear à sombra. O planejar é cultivar no sentido primeiro da palavra; acompanhar o dia a dia, intervir dia a dia na escala do dia a dia (VOGEL, 2017)

RESUMO

O processo de urbanização brasileiro gera cidades com espaços urbanos desiguais, onde a população possui diferentes níveis de acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos, como os espaços livres públicos. Essa malha urbana fragmentada é conformada por ocupações dispersas permeadas por vazios urbanos, que são áreas de distintas escalas originadas por fatores distintos desconectadas da dinâmica da cidade. Embora tenha-se o entendimento da importância dos espaços livres públicos para a socialização, existe um desequilíbrio na sua distribuição especialmente em regiões periféricas onde se encontram os grupos sociais menos favorecidos. Logo, os vazios urbanos conformam uma problemática em conjunto com a carência de espaços livres públicos em regiões periféricas. Esta pesquisa destina-se à investigação de vazios urbanos públicos resultantes de propostas de áreas verdes livres que não foram efetivamente implementadas ou que não possuem uso efetivo de bairros periféricos de Erechim, uma cidade de porte médio do Rio Grande do Sul, inserida num contexto que difere das regiões metropolitanas. O principal objetivo é investigar o papel e as potencialidades de reinserção socioespacial de vazios urbanos públicos ao sistema de espaços livres. A pesquisa bibliográfica, documental, análise exploratória e estudo de campo estruturam a metodologia de entendimento da ocupação histórica de Erechim a partir do estudo conformado por bases cartográficas e aspectos socioespaciais, remontando o processo temporal de crescimento urbano. Nessa abordagem são investigados o surgimento dos vazios urbanos de distintas escalas, mapeando e caracterizando esses espaços conforme a taxonomia elaborada. Por fim, são analisados três vazios públicos de modo aproximado em bairros periféricos carentes de áreas de lazer planejadas, habitados por populações menos favorecidas e mais dependentes do uso do espaço público. Mediante a abordagem *in loco* pela observação não-participante foi possível confirmar que, apesar da situação de abandono e subutilização que esses vazios se encontram, há grupos sociais que os apropriam de modo não planejado, demonstrando a importância do espaço público para interações sociais. A pesquisa revelou que no processo de urbanização de Erechim houve a fraca atuação do controle estatal que não priorizou o planejamento do crescimento da mancha urbana e espaços de convívio, repetindo padrões de ocupação dispersa assim como na urbanização brasileira. Os distintos tipos de vazios urbanos existentes são decorrentes das diversas camadas históricas de expansão urbana. Além disso, grande parte das áreas públicas das periferias são caracterizadas como vazio urbano pois estão desconectadas da dinâmica socioespacial, evidenciando a falta de prioridade do poder público municipal em inseri-las efetivamente nos bairros. No entanto, as análises e o estudo mais localizado permitiram aferir que existe apropriação nesses vazios urbanos, os quais têm potencial de serem reinseridos ao sistema de espaços livres da cidade. Desse modo, podem cumprir seu papel e melhorar a qualidade de vida da população por meio de readequações espaciais, ações de planejamento urbano participativas, implementação de eventos que incentivem a vivência urbana. Destaca-se a necessidade do poder público planejar áreas de expansão, especialmente de periferia, por meio de espaços de qualidade com infraestrutura mínima necessária, serviços urbanos e espaços públicos adequados para essa população.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Áreas Periféricas. Vazios Urbanos Públicos. Reinserção Socioespacial. Apropriação não-programada.

ABSTRACT

The Brazilian urbanization process generates cities with unequal urban spaces, where the population has different levels of access to infrastructure and urban services, such as public open spaces. This fragmented urban fabric is formed by dispersed occupations permeated by urban voids, which are areas of different scales originated by different factors disconnected from the city's dynamics. Although there is an understanding of the importance of public open spaces for socialization, there is an imbalance in their distribution, especially in peripheral regions where the less favored social groups are found. Therefore, urban voids constitute a problem together with the lack of public free spaces in peripheral regions. This research is aimed at investigating public urban voids resulting from proposals for open green areas that were not effectively implemented or that do not have effective use of peripheral neighborhoods in Erechim, a medium-sized city in Rio Grande do Sul, inserted in a context that differs from metropolitan regions. The main objective is to investigate the role and potentialities of socio-spatial reintegration of public urban voids into the open spaces system. Bibliographic and documentary research, exploratory analysis and field study structure the methodology for understanding the historical occupation of Erechim from the study formed by cartographic bases and socio-spatial aspects, tracing back the temporal process of urban growth. In this approach, the emergence of urban voids of different scales is investigated, mapping and characterizing these spaces according to the taxonomy elaborated. Finally, three public spaces are analyzed in an approximate way in peripheral neighborhoods lacking planned leisure areas, inhabited by less favored populations and more dependent on the use of public space. Through the in loco approach through non-participant observation, it was possible to confirm that, despite the situation of abandonment and underutilization that these gaps are in, there are social groups that appropriate them in an unplanned way, demonstrating the importance of the public space for social interactions. The research revealed that in the process of urbanization in Erechim there was a weak role of the state control that did not prioritize the planning of the growth of the urban sprawl and living spaces, repeating patterns of dispersed occupation as well as in Brazilian urbanization. The different types of existing urban voids result from the different historical layers of urban expansion. In addition, a large part of public areas in the peripheries are characterized as urban void as they are disconnected from the socio-spatial dynamics, evidencing the lack of priority of the municipal government to effectively insert them in the neighborhoods. However, the analyzes and the more localized study allowed us to infer that there is appropriation in these urban voids, which have the potential to be reinserted into the city's open spaces system. In this way, they can fulfill their role and improve the population's quality of life through spatial adjustments, participatory urban planning actions, implementation of events that encourage urban living. The need for public authorities to plan expansion areas, especially on the periphery, is highlighted, through quality spaces with the minimum necessary infrastructure, urban services and public spaces suitable for this population.

Keywords: Urban Space. Peripheral Areas. Public Urban Voids. Sociospatial Reinsertion. Unscheduled appropriation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Área central de Erechim.....	26
Figura 2 Categorias principais e complementares dos vazios urbanos segundo Borde (2006)	43
Figura 3 Estrutura dos procedimentos metodológicos	56
Figura 4 Localização de Erechim	58
Figura 5 Espaço urbano atual de Erechim.....	59
Figura 6 Topografia e Hidrografia de Erechim	60
Figura 7 Parque Longines Malinowski e Vale do Dourado	61
Figura 8 Aspectos Ambientais de Erechim	62
Figura 9 Plano Geral da Colônia de Erechim de 1913	64
Figura 10 Plano Urbano de Erechim de 1914	65
Figura 11 Localização das praças no Plano Urbano de 1914.....	66
Figura 12 Praças implantadas do Plano de 1914: 1. Praça da Bandeira, 2. Jaime Lago, 3. Júlio de Castilhos, 4. Daltro Filho, 5. Albano Stumpf, 6. Vera Cruz.....	67
Figura 13 Erechim em 1918	67
Figura 14 Erechim na década de 1920	68
Figura 15 Novo Plano Urbano, 1931.....	69
Figura 16 Planta Urbana de 1936 – Parte urbana e suburbana.....	70
Figura 17 Vista parcial de Erechim na década de 1930	71
Figura 18 Erechim na década de 1940	72
Figura 19 Erechim na década de 1940	73
Figura 20 Erechim na década de 1950	73
Figura 21 Projeto da Vila Operária	74
Figura 22 Planta de Erechim na década de 1950.....	75
Figura 23 Erechim na década de 1950	76
Figura 24 Planta de Erechim na década de 1950.....	76
Figura 25 Erechim na década de 1960	77
Figura 26 Planta de Erechim em 1981	80
Figura 27 Vista parcial de Erechim na década de 1980	80
Figura 28 Erechim na década de 1990	81

Figura 29 Mapa de Erechim em 1981	82
Figura 30 Perímetro urbano de Erechim no decorrer dos anos	83
Figura 31 Perda territorial de Erechim – Municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos	84
Figura 32 Planta de Erechim em 1997	85
Figura 33 Erechim na década de 1990	86
Figura 34 Mapa de Erechim em 1997	86
Figura 35 Erechim em 2004 e 2007	87
Figura 36 Usos do solo e principais eixos de Erechim.....	88
Figura 37 Mudanças no perímetro urbano de Erechim	90
Figura 38 Linha temporal do crescimento urbano de Erechim	91
Figura 39 Sistema de Espaços Livres de Erechim	92
Figura 40 Implantação dos loteamentos por décadas	102
Figura 41 Padrões da malha urbana de Erechim	103
Figura 42 Principais ocupações de Erechim.....	106
Figura 43 Crescimento Populacional de Erechim	107
Figura 44 Vetores de ocupação	107
Figura 45 Vetores de ocupação e mapa de faixas de renda.....	108
Figura 46 Vetores de expansão e tipos de vazios urbanos	109
Figura 47 Vazios Ferroviários: 1. Estação Férrea de Erechim; 2. Trilhos na região da estação. 3. Habitações informais beira-trilhos no bairro São Vicente de Paula; 4. Plantações nos trilhos na no bairro Novo atlântico	110
Figura 48 Vazios Industriais na região norte próximo à linha férrea.	111
Figura 49 Vazios Viários: 1. Baixio do Viaduto Rubem Berta; 2. Área residual entre o Terminal de Transporte Público e a antiga estação férrea; 3. Baixio do viaduto de acesso ao distrito industrial; 4. Baixio do Viaduto no bairro Novo Atlântico.....	112
Figura 50 Vazios Arquitetônicos (1. Edificação antiga dos Correios) e Normativos (2. Bairro São Cristóvão; 3. Bairro Espírito Santo; 4. Rótula na área central.	113
Figura 51 Distribuição dos espaços livres públicos em relação à distribuição de renda nas regiões de Erechim.....	114
Figura 52 Caracterização dos ELP's dos bairros periféricos estudados conforme sua situação atual	117

Figura 53 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural ambiental nos bairros: 1. Paiol Grande; 2. Presidente Vargas; 3. Novo Atlântico; 4. Liberdade.	118
Figura 54 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural subutilizado nos bairros 1. Copas Verdes; 2. Boa Vista; 3. Novo Atlântico; 4. Cristo Rei.....	119
Figura 55 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano projetual residual nos bairros 1. Victória I; 2. Novo Atlântico.....	119
Figura 56 Áreas verdes públicas com uso institucional nos bairros: 1. Atlântico; 2. Victória I; e com ocupação informal nos bairros 3. Cristo Rei; 4. Copas Verdes.....	120
Figura 57 Inserção urbana do Local 01	123
Figura 58 Estrutura interna do Local 01.....	124
Figura 59 Principais elementos do Local 01: 1. Caminho utilizado para circulação de pedestres, ciclistas e veículos; 2. Pista para manobras; 3. Pista de manobras vista do caminho de circulação, e nota-se a vegetação alta; 4. Existência de entulhos;.....	125
Figura 60 Local 01 sendo apropriado: 1. Crianças brincando na pista; 2. Crianças e adultos utilizando a pista	126
Figura 61 Inserção urbana do Local 02	128
Figura 62 Estrutura Interna do Local 02	129
Figura 63 Principais elementos do Local 02: 1. Trave de futebol; 2. Vista geral a partir do ponto mais alto, onde observa-se a vegetação; 3. Mobiliário feito de alvenaria pelos moradores locais inseridos entre as árvores; 4. Vegetação vista da rua;.....	129
Figura 64 Apropriação no Local 02: 1. Crianças e adultos jogando bola na trave e adolescentes brincando; 2. Adolescentes andando de bicicleta.....	130
Figura 65 Inserção urbana do Local 03	132
Figura 66 Estrutura interna do Local 03.....	133
Figura 67 Principais elementos do Local 03: 1. Cercamento e diferença de nível; 2. Brinquedos infantis existentes; 3. Área mais alta do terreno; 4. Local visto da rua.....	134
Figura 68 Local 3 sendo utilizado: mãe caminhando e filho brincando.	135
Figura 69 Inserção urbana	137
Figura 70 Local sendo utilizado: crianças e adolescentes jogando bola na parte que possui as traves.	138
Figura 71 Rede do sistema de espaços livres e de ações.....	142

Figura 72 Caracterização das áreas verdes públicas dos bairros periféricos estudados

..... 144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Tipos de vazios urbanos	44
Quadro 2 Estrutura da Pesquisa.....	49
Quadro 3 Critérios de Análise Socioespacial	55
Quadro 4 Estrutura para as orientações de reinserção socioespacial	56
Quadro 5 Síntese da periodização da conformação histórica de Erechim	93
Quadro 6 Classificação das áreas verdes públicas dos bairros periféricos estudados	121
Quadro 7 Análise Socioespacial do Local 01.....	126
Quadro 8 Análise Socioespacial do Local 02.....	130
Quadro 9 Análise Socioespacial do Local 03.....	135
Quadro 10 Orientações para reinserção socioespacial dos vazios urbanos públicos	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALL América Latina Logística

APA Área de Preservação Ambiental

APP Área de Preservação Permanente

AV's Áreas Verdes

COHAB Companhia de Habitação Popular

COOPERABIC Cooperativa Habitacional da Indústria e Comércio

ELP's Espaços Livres Públicos

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS Organização Mundial da Saúde

PDDU Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Erechim

RGE Rio Grande Energia

SEL Sistema de Espaços Livres

ZCM Zonas Comerciais Mistas

ZCU Zona de Contenção Urbana

ZEU Zonas de Expansão Urbana

SUMÁRIO

	NOTAS INICIAIS	18
1	INTRODUÇÃO	21
1.1	JUSTIFICATIVA	24
1.2	OBJETIVOS	27
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	29
2.1	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS	30
2.2	ESPAÇOS LIVRES ABERTOS: uma visão sistêmica	36
2.3	ESPAÇOS INTRAURBANOS E APROPRIAÇÕES SOCIAIS	37
2.4	VAZIOS URBANOS: DEFINIÇÕES, RELAÇÕES E NOVAS POSSIBILIDADES	41
2.4.1	Um breve histórico de estudos sobre vazios urbanos	45
2.4.2	Vazios urbanos: espaços de potencialidades	46
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
4	OCUPAÇÃO HISTÓRICA, TECIDO URBANO E ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: CONFORMAÇÃO DE ERECHIM	57
4.1	PROCESSO DA OCUPAÇÃO HISTÓRICA DE ERECHIM.....	63
4.1.1	Décadas de 1900 a 1920: a colonização	63
4.1.2	Década de 1930: a estruturação urbana	68
4.1.3	Década de 1940 e 1950: o crescimento urbano.....	71
4.1.4	Década de 1960 e 1970: a estagnação	77
4.1.5	Década de 1980 e 1990: a industrialização	78
4.1.6	Décadas de 2000 a 2020: a expansão urbana	87
4.1.7	Síntese da linha temporal de Erechim	90
5	VAZIOS URBANOS: ESPAÇOS QUE CONFORMAM O TECIDO URBANO 105	

5.1	Vazios urbanos públicos periféricos e suas potencialidades	114
5.1.1	LOCAL 01 – Bairro Copas Verdes	123
5.1.2	LOCAL 02 – Bairro Victória II.....	127
5.1.3	LOCAL 03 – Novo Atlântico	132
5.1.4	Vazio urbano privado.....	137
5.1.5	Vazios urbanos públicos: potencialidades de reinserção socioespacial	139
5.1.6	Discussão dos resultados	142
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
	REFERÊNCIAS.....	151
	ANEXO 01.....	159

NOTAS INICIAIS

O meu amor pelo urbanismo foi despertado quando participei no grupo de estudos e de extensão, Viver AU, no primeiro semestre da minha graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Erechim. As diversas vivências urbanas e intervenções em escolas, nas ruas, afloraram em mim a vontade de estar mais próxima da cidade e desde 2011 meu olhar se tornou mais atento aos seus detalhes. No decorrer dos projetos urbanísticos desenvolvidos na graduação o meu entendimento do espaço urbano e da cidade foi amadurecendo junto com a vontade de fazer mestrado.

Minha pesquisa foi realizada em Erechim, minha cidade natal e nesse percurso entendi que nela haviam vazios urbanos e os espaços públicos se destacaram na minha percepção, pois quando ingressei no mestrado em 2019 as praças centrais da cidade encontravam-se em processo de precarização. Por conta disso me questionava: se na área central os espaços públicos estão nesse estado de conservação, como é a situação desses espaços dos bairros periféricos? A partir desse questionamento central o tema da pesquisa foi lapidado, alinhado e a investigação se tornou mais ampla abrangendo desde a escala cidade até os detalhes dos espaços estudados em escala local.

Depois de um pouco mais de dois anos de muitas leituras, pesquisas, análises, caminhadas na cidade, estudos de campo posso dizer que conheço Erechim, cidade pela qual tenho tanto carinho, com mais profundidade. Posso afirmar que um dos momentos mais especiais durante este percurso foram as observações a campo, pois quando eu chegava em cada local e haviam pessoas utilizando aquele espaço de diversas formas meus olhos brilhavam. Por esse motivo eu fico feliz em poder presenciar alguns desses momentos e apresenta-los a vocês, pois são esses momentos singularidades que tornam a cidade tão viva.

Meu aprendizado foi imensurável e eu continuo sendo uma aprendiz que busca contribuir de algum modo para melhorar as vivências na cidade.

Concluo essa dissertação com o coração cheio de gratidão e felicidade por esse sonho realizado. A minha curiosidade em conhecer a cidade, explorar o espaço urbano, investigar e entender a realidade. Minha pesquisa se baseia nessas motivações, a qual apresento com muito carinho e alegria a partir de agora.

1 INTRODUÇÃO

A produção do espaço urbano é complexa, influenciada por distintos agentes que interferem diretamente na estrutura¹ e na dinâmica socioespacial e temporal das cidades. Especialmente em cidades de países latino-americanos, o espaço urbano é fragmentado e de ocupação dispersa, conformado por áreas centrais com maior acesso à infraestrutura e aos serviços básicos, como os espaços livres públicos (ELP's), e áreas periféricas mais afastadas dessa estrutura. Entre esses núcleos ocupados estão os vazios urbanos, áreas resultantes do constante processo de desconstrução e reconstrução da cidade, originados por diversos processos em escalas variadas, como espaços livres públicos que não foram implantados ou não possuem uso efetivo. Nesse contexto, esta pesquisa de dissertação tem interesse em estudar espaços abertos, especificamente as áreas verdes públicas em situação de vazio urbano localizadas em bairros periféricos.

A configuração do espaço urbano das cidades brasileiras é fruto de um planejamento urbano excludente² que tem como base o capital, proporcionado pela ingerência das classes dominantes nos processos de ordenação do território. A cidade desigual, então, é conformada por expansões em zonas urbanas, urbanizáveis ou mesmo rurais, de modo planejado em menor escala ou não planejado em loteamentos e ocupações informais. Esse cenário é consequência do urbanismo brasileiro³ que é descomprometido com a realidade da população, pois atende apenas a parte da cidade correspondente à determinada parcela da sociedade, reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios, excluindo os demais grupos sociais (SANTOS, 2007; MARICATO, 2002). Nesse processo muitas vezes não são criados espaços adequados para a apropriação social em áreas periféricas, embora sejam as regiões que mais necessitam desses espaços. Essa população fica excluída da qualidade da vida urbana e revela, portanto, uma problemática social do urbano (VOGEL, 2017).

Tendo em vista que a socialização é inerente aos seres humanos, os espaços livres públicos são o palco das práticas sociais, responsáveis por aproximar as pessoas entre si e ao espaço urbano para além da utilização de espaços privados e possuem um importante papel para a socialização. No decorrer da história o espaço da cidade teve como principal função ser o ponto de encontro entre as pessoas em diversos níveis (GEHL, 2013), como pelo contato social de co-presença, reconhecimento mútuo e interação entre os diferentes (NETTO, 2012).

¹ Essa estrutura é conformada pela articulação de sistemas urbanos: ambiental, de espaços livres, infraestrutura.

² Apesar do planejamento urbano ter possibilidades de maior inclusão, torna-se um instrumento fundamental para a manutenção e o agravamento das desigualdades socioespaciais (MARICATO, 2002).

³ O urbanismo brasileiro abrange planejamento e regulação urbanística (MARICATO, 2002).

A interação social é o modo que as pessoas interagem entre si, está situada no tempo e espaço e delimita as rotinas diárias⁴ da população. Nesse sentido, o estudo da vida cotidiana revela o modo que a sociedade age e transforma a realidade, criada a partir das interações humanas, e é percebida por cada pessoa individualmente conforme sua origem social e interesses (GIDDENS, 1989, 2008). Por conta disso, quando a relação das pessoas com o ambiente construído é positiva significa que existe identificação com o espaço⁵(NORBERG-SCHULZ, 1980). O convívio social oriundo da configuração espacial e uso do espaço público tem sido denominado urbanidade pela corrente de pensamento que valoriza a diversidade e a democratização do espaço urbano⁶. Engloba tudo que acontece na urbe, aspectos físicos, comportamentais, qualquer forma de vida urbana e possibilidades de convívio. A espacialidade urbana, dessa maneira, está associada às relações da sociedade vinculadas à cidade como local de encontro e estrutura-se na democracia, liberdade, confiança, segurança, sustentabilidade social⁷ (HOLANDA, 2002, 2010; NETTO, 2012; GEHL, 2013).

Embora a função do planejamento urbano⁸ seja ordenar os espaços em função das demandas da sociedade visando maior qualidade de vida, geralmente os grupos sociais dominantes são privilegiados e o crescimento das cidades muitas vezes não ocorre em sincronia a esse planejamento. Nesse cenário são originados os vazios urbanos, que são áreas ociosas, abandonadas e subutilizadas no tecido da cidade (TARNOWSKI, 2007) que apesar de conformarem a ruptura do espaço urbano podem ser preenchidas por novos usos (FERRARA, 2000). Os vazios urbanos, portanto, são espaços abertos que pertencem ao sistema de espaços livres (SEL).

A interpretação do termo vazio urbano é ampla e pode ser analisada por perspectivas distintas de acordo com contextos temporais e regionais (TARNOWSKI, 2007). Os estudos direcionados aos vazios urbanos iniciaram-se nos anos 1970, na França e na Inglaterra a partir do processo de desindustrialização que gerou áreas abandonadas nas cidades (BORDE, 2006). A pesquisas mais recentes⁹ visam discutir o futuro reaproveitamento desses espaços, já que a terra urbana é cara e desejada por muitos, mesmo aquelas que em algum momento estejam

⁴ Dessa forma, as diversas ações cotidianas tendem a ser demarcadas no tempo e espaço, portanto, as atividades que acontecem durante certo momento criam simultaneamente movimentos no espaço.

⁵ Para isso é importante que a estrutura espacial permita a orientação das pessoas e o sentimento de pertencimento (SCHULZ, 1976).

⁶ Hillier e Hanson (1984); Holanda (1997); Netto (2012).

⁷ A sustentabilidade da cidade é intensificada no momento que o caminhar e o pedalar se enquadrarem no padrão de atividades diárias (GEHL, 2013).

⁸ Cabe salientar que além da falta de planejamento urbano, o planejamento excludente também favorece o surgimento dos vazios urbanos.

⁹ Ver subitem 2.3.1 no Capítulo 2 - Revisão Bibliográfica.

pouco valorizadas. Encontram-se abordagens que estudam vazios privados, como terrenos e edificações, sob a perspectiva da sua influência na paisagem urbana em Curitiba-PR (TARNOWSKI, 2007), além do estudo desses mesmos tipos de vazios que se encontram em processo de esvaziamento no Rio de Janeiro-RJ (BORDE, 2006). Os vazios industriais são estudados em Medellín-Colômbia visando identificar potencialidades para sua reinterpretação no sistema urbano (VÁSQUEZ, 2016). A pesquisa dos vazios ferroviários em Curitiba-PR sob a perspectiva da paisagem e da morfologia urbana visa apresentar contribuições para a gestão urbana (DITTMAR, 2006) e em Campinas-SP esses vazios são pesquisados no viés da memória que carregam, mostrando sua importância na cidade (DONADON, 2009).

Entretanto, pesquisas como de Campos *et al.* (2008) revelam a existência de vazios urbanos que apesar das condições físicas precárias e inadequadas para apropriação recebem práticas sociais não programadas por iniciativa dos moradores do entorno. Essas apropriações ampliam a rede de usos no espaço urbano (CAMPOS *et al.*, 2008; GUATELLI, 2012) e mostram possibilidades de uso que podem ser adaptadas às necessidades desatendidas na construção do espaço (MENDONÇA, 2007). Essa conjuntura apresenta perspectivas sobre o aproveitamento de espaços abandonados e subutilizados no desenvolvimento das cidades a partir do incentivo da transformação social e da democratização do espaço urbano (SOLAMORÁLES, 2002; BORDE, 2006; CACCIA, 2011; VÁSQUEZ, 2016).

Nesse aspecto, embora as pesquisas discutam as relações desses espaços com a cidade pretende-se ampliar as análises urbanas e aprofundar o conhecimento sobre a apropriação desses espaços adquirindo um caráter mais particular a partir da observação localizada. Além disso, esses estudos concentram-se nas áreas centrais de metrópoles, abordam espaços de grandes dimensões e algumas propriedades particulares. Portanto, identifica-se a necessidade investigar regiões periféricas de cidades de porte menor em outras regiões do país e desse modo, acredita-se na relevância em estudar dentro do sistema de espaços livres os espaços públicos entendidos como vazios urbanos de escala local visando contribuir na lacuna de pesquisas com essa abordagem.

Diante do exposto, entende-se que os vazios urbanos conformam uma problemática que deriva do crescimento urbano. Em conjunto com a carência de espaços livres públicos que envolve a vida social e pública das regiões periféricas são estruturadas as perguntas de pesquisa: existem vazios urbanos públicos nos bairros periféricos que são apropriados por iniciativa da população local? Como os moradores desses bairros realizam suas práticas sociais? Para isso, os objetos de estudo dessa pesquisa são especialmente áreas públicas resultantes de propostas de áreas verdes livres que não se implementaram e/ou que não

possuem uso efetivo nos bairros periféricos. Espaços que num contexto atual encontram-se subutilizados ou ociosos na dinâmica urbana e que estejam servindo de espaço de encontro e práticas sociais através de apropriações não planejadas¹⁰.

A partir do entendimento da produção do espaço urbano com desigualdades socioespaciais, dos processos¹¹ envolvidos no surgimento e permanência dos vazios urbanos de uso público propõe-se destacar a potencialidade de reinserção desses espaços ao sistema de espaços livres em relação aos aspectos funcionais. A implantação equilibrada e igualitária de infraestruturas adequadas na cidade que atendam às demandas locais apresenta a possibilidade de melhorar a qualidade de vida da população mais vulnerável que vive nos bairros periféricos. Esta pesquisa é, principalmente, uma forma de trazer o olhar científico para as problemáticas de desigualdade socioespacial presentes nas áreas periféricas através da aproximação da população que necessita de melhores condições de vida. Com o foco de evitar a reprodução do urbanismo excludente que prioriza somente determinados grupos sociais, o trabalho estrutura-se na aproximação teórica, pesquisa, levantamento e catalogação do material existente para posteriormente desenvolver as análises exploratórias que buscam compreender mudanças e permanências no espaço urbano a partir de uma leitura na escala da cidade e aprofundando na leitura mais local dos vazios urbanos selecionados pelos estudos de campo.

Entretanto, cabe salientar que um dos limites da pesquisa se encontram na realização do estudo de campo, visto que as observações *in loco* aconteceram durante o período de restrições sanitárias – dentre elas o isolamento social – devido ao cenário pandêmico da COVID-19. Tais recomendações restringiam a convivência em espaços públicos e coletivos, circunstância que afetou as apropriações observadas.

1.1 JUSTIFICATIVA

Os espaços livres¹² constituem o tecido urbano e configuram um sistema no qual os vazios¹³ também fazem parte, assim como as ruas, as praças e os largos, entre outros espaços. Nesse sistema os espaços públicos são os locais privilegiados para as interações sociais entre desconhecidos¹⁴ e os encontros não programados que acontecem alimentam a dinâmica

¹⁰ Este termo refere-se às ações não planejadas pela oficialidade do planejamento.

¹¹ Econômicos, culturais, sociais, espaciais, legislativos.

¹² Os espaços livres aqui são entendidos como os espaços livres de edificação para uso público.

¹³ Vazios são espaços não aproveitados no sistema urbano.

¹⁴ Essas interações acontecem entre diferentes grupos sociais e econômicos que compartilham o mesmo espaço.

socioespacial que caracteriza a urbanidade. Desse modo, para além de espaços não edificados que permitem a circulação entre edifícios, são nos espaços urbanos livres e públicos que a vida da cidade acontece com mais vigor¹⁵ (HOLANDA, 2002; TENÓRIO, 2012; GEHL, 2013). Nesse aspecto, apesar da maioria dos investimentos públicos em áreas de lazer estarem concentradas em regiões valorizadas, é imprescindível que a cidade seja diversa e justa para todos grupos sociais, dispondo de espaços públicos adequados para apropriação também nos bairros periféricos (SANTOS, 2017). O planejamento urbano das áreas periféricas, assim, pode propiciar qualidade de vida para essa população baseado no conhecimento da realidade da cidade e com acompanhamento de políticas sociais. É um instrumento fundamental para assegurar a justiça social nas cidades por meio da gestão urbana a fim de diminuir a desigualdade e ampliar a cidadania (MARICATO, 2002).

Os vazios urbanos possuem distintos papéis na dinâmica urbana, de integração ou segregação entre os elementos que compõem o tecido urbano. Muitos desses espaços estão subutilizados numa realidade conformada por conflitos processuais, ambientais, funcionais, constituindo um problema socioespacial. Em contrapartida, podem ser elementos de reconexão social ao atender demandas socioespaciais que poderiam ser amenizadas e até mesmo solucionadas a partir do aproveitamento de alguns desses vazios, visto que a literatura apresenta evidências da existência de locais utilizados pela apropriação não programada por iniciativa da população, conforme os estudos de Mendonça (2007), Campos *et. al* (2008), Guatelli (2012).

A investigação tem como base Erechim, uma cidade média do interior do Rio Grande do Sul, que se mostra como uma oportunidade de trazer outros olhares num contexto que difere das regiões metropolitanas já estudadas nessa temática. A cidade tem como característica o plano urbano do núcleo central inspirado na malha urbana de Paris na França (Figura 1) e na sua história fatores econômicos, políticos e sociais influenciaram os processos de expansão, gerando um espaço urbano fragmentado de ocupação dispersa permeado por vazios urbanos. A desigualdade socioespacial se reflete no crescimento urbano que acontece sem atenção às comunidades periféricas, sem priorizar a continuidade do tecido existente ou a infraestrutura adequada em novos loteamentos. Embora os espaços livres públicos tenham sido importantes no plano da área central, posteriormente não foram favorecidos no planejamento, revelando que o poder público não teve a preocupação de planejar de modo

¹⁵ Apesar de externalidades como fatores climáticos, violência e insegurança, no contexto atual, serem fatores de atual afastamento de pessoas do espaço aberto.

equilibrado áreas privadas e espaços livres públicos apropriáveis para outras atividades além da circulação.

Figura 1 Área central de Erechim



Fonte: Prefeitura Municipal, 2020

Devido à inexistência de espaço público qualificado nos bairros periféricos de Erechim e a partir do contexto de desigualdade de possibilidades de apropriação e direito à cidade, o intuito é focar nas regiões de grupos sociais cultural e economicamente vulneráveis com pouco poder de reivindicação para serem atendidos pelos órgãos de planejamento municipais em zonas menos consolidadas com carência de serviços e infraestruturas públicas, para os quais a presença ou a reativação de espaços livres pode trazer qualidade de vida através de urbanidade, convivência, trocas. O estudo dos vazios urbanos públicos que apesar da situação atual recebem apropriações sociais visa conhecer locais que *a priori* não são os principais espaços públicos da cidade e, portanto, não aparecem em mapas, fotografias publicitárias e em estudos tradicionais de urbanismo. Cabe destacar que a opção de escolhê-los é pela possibilidade de ações públicas de inclusão no sistema de áreas verdes da cidade mediante melhorias na infraestrutura e gerenciamento por parte do poder público e da sociedade organizada.

O estudo dessa problemática, desse modo, contribui nas discussões da realidade da população dos bairros periféricos e dos vazios urbanos que se encontram abandonados pelo poder público em regiões que necessitam do espaço urbano de qualidade. Diante das considerações sobre as áreas vazias e da importância dos momentos de socialização na cidade,

parte-se da premissa de que existem espaços em situação de vazio urbano na cidade de Erechim com potencial de serem incorporados no sistema de espaços livres públicos da cidade, qualificando zonas hoje relegadas e carentes de espaços públicos.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa de caráter exploratório baseada em estudo de caso pretende contribuir na análise das áreas de vazio urbano a fim de construir um panorama da distribuição espacial dos tipos existentes. O principal objetivo da pesquisa é investigar o papel e as potencialidades de reinserção socioespacial dos vazios urbanos públicos de Erechim. Esse objetivo desdobra-se em outras intenções que constituem os objetivos específicos do trabalho:

- a) Entender a dinâmica das cidades brasileiras, seus principais processos e configurações e estabelecer os conceitos que orientam os métodos pela periodização temporal dos processos socioeconômicos, como se estabelecem no espaço e pela taxonomia dos vazios urbanos;
- b) Investigar a ocupação histórica de Erechim a partir da estrutura urbana e dos processos envolvidos;
- c) Caracterizar os vazios urbanos da cidade conforme a taxonomia elaborada;
- d) Analisar as características espaciais, de uso e apropriação de alguns vazios urbanos públicos selecionados e avaliar potencialidades para sua reinserção.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A apresentação da temática da pesquisa, junto à justificativa, aos objetivos propostos e a hipótese constituem a **Introdução** deste trabalho. Em sequência, expõe-se no **Capítulo 2** a *Revisão Bibliográfica* com o estado da arte do tema, abordando os conceitos que embasam o estudo buscando esclarecer os principais termos e processos relacionados ao fenômeno dos vazios urbanos, principalmente no que diz respeito às suas relações com a cidade. O **Capítulo 3** compreende os *Procedimentos Metodológicos* a partir dos quais organiza-se a estrutura analítica da pesquisa que inicia na escala da cidade estudando o processo histórico de expansão urbana e adentra na escala local dos vazios urbanos.

O **Capítulo 4**, intitulado *Ocupação histórica, tecido urbano e espaços livres públicos na conformação de Erechim*, apresenta a abordagem histórica de periodização do crescimento urbano. Essa etapa busca contextualizar Erechim a partir da análise de recortes temporais

determinados por bases cartográficas a fim de criar uma linha temporal. A segunda parte desse capítulo estuda a conformação atual do espaço urbano da cidade por meio da análise de variáveis morfológicas e funcionais. Esse panorama da configuração da estrutura urbana de Erechim embasa a última etapa da pesquisa. O **Capítulo 5** adentra nos *Vazios urbanos: espaços que constituem o tecido urbano*, que tem por finalidade a caracterização dos vazios urbanos por meio de análises exploratórias. A espacialização dos vazios urbanos na cidade e o diagnóstico obtido permitem a posterior avaliação do papel e das potencialidades dos vazios urbanos públicos de Erechim. Por fim, no **Capítulo 6** são apresentadas as considerações finais com as descobertas da investigação.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O capítulo de revisão bibliográfica propõe discutir os principais conceitos que embasam esta investigação e as etapas de pesquisa documental e análises exploratórias. O intuito é obter fontes argumentativas alinhadas à pesquisa, identificar os principais aspectos relacionados à conformação e à permanência dos vazios urbanos, principalmente referente às suas relações com a cidade. Dentre eles pode-se destacar fatores processuais, sociais, morfológicos, assim como os agentes produtores do espaço urbano. Além disso, essa revisão também subsidia os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa¹⁶.

A produção do espaço urbano e as dinâmicas que a conformam são discutidas por Santos (1990, 1993), Lefébvre (1969, 1991), Corrêa (1995, 2007), Maricato (2000, 1996), Villaça (1998), Harvey (2000, 2009), Sposito (2004), Brites (2017), Bessa (2005), Ferreira (2000), Múxi (2004), Carlos (2007), Alves (2007), Mendonça, Andrade, Diniz (2016), que contribuem para o entendimento dessas questões. Referente aos elementos espaciais, Holanda *et al* (2000), Lamas (2014), Krafta (2014) salientam a importância de entender a morfologia urbana. As questões sobre as cidades médias são embasadas por Oliveira Júnior (2008), Bessa (2005), Catelan (2013), Sposito (2001, 2007). A relevância do planejamento urbano no processo de produção do espaço urbano é abordada por Pereira (1993), Martins (2019), Souza, Rodrigues (2004), Lima (2017), Maricato (1997, 2000, 2002), Souza, Oliveira, Santos (2019) que colaboram na compreensão do crescimento ordenamento do território. Além disso, o direito à cidade tem como base Lefebvre (1969), Maricato (1985), Jacobi (1986), Harvey (2004), Tavolari (2016).

Na sequência, adentra-se nos conceitos de espaços abertos, iniciando pelo sistema de espaços livres a partir de autores como Rolnik (1998), Oliveira e Mascaró (2007), Alves (2007), Macedo *et al* (2007), Queiroga (2011), Queiroga, Sakata (2020). Nesse sentido, as questões sobre os espaços intraurbanos e as apropriações sociais são abordadas por Holanda (1988, 2002, 2010), Netto (2012), Tenório (2012), Whyte (2007), Gehl (2006, 2013), Santos (2017), Jacobs (2009), Alexander *et al.* (1977), Giddens (1989, 2008), Lemos, Marx (2019), Bernardini, Carmo (2021), Alves (2007), Vogel (2017), Mendonça (2007), Caccia (2011), Guatelli (2012), Campos *et al* (2008), Múxi (2004). Aprofundando as interpretações dos vazios urbanos, Santos (1990), Alvarez (1994), Busquets (1996), Ferrara (1996, 1997), Solà-Morales (2002), Borde (2006), Dittmar (2006), Tarnowski (2007), Donadon (2009), Campos

¹⁶ Algumas são aplicadas diretamente como foram apresentadas pelos autores e outras são aplicadas de modo adaptado

et al (2008), Vásquez (2016), Careri (2017), apresentam diversos conceitos e perspectivas para entendê-los como espaços de oportunidade.

2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS

A estrutura física da cidade - constituída pelo solo, malha urbana, edifícios, áreas verdes, espaços públicos, vazios urbanos - abriga a vida social da população e a relação entre espaço e sociedade constitui o espaço urbano com diversas dinâmicas, lugares vividos e espaços esquecidos (SANTOS, 1990). O espaço urbano, desse modo, é o conjunto dos usos da terra estruturados pela organização física da cidade conformado pela interrelação de vários processos socioespaciais que ocorrem simultaneamente e interferem na configuração espacial, a qual é resultante das transformações das necessidades da sociedade conforme cada período. Além de conceber relações sociais, é nesse espaço que ocorre a dominação ideológica e econômica. Nesse processo, a intervenção dos diferentes atores sociais é desigual, dentre eles estão os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado, grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995; MARICATO, 2000).

A forma urbana¹⁷ é resultante de processos históricos que aconteceram através de ações localizadas¹⁸ em momentos distintos que se materializaram no espaço (SANTOS, 1992). A cidade é um organismo vivo (LEFEBVRE, 2001) e pode ser entendida como a manifestação da consciência socioespacial resultante da distribuição de formas construídas num território dividido em parcelas conectadas pelo espaço público. Todo espaço urbano, seja uma metrópole ou uma vila, é entendido como a integração de três elementos: formas construídas, parcelas destinadas à edificação e espaços públicos. A morfologia urbana é, dessa maneira, o estudo sistemático de aspectos físicos e fenômenos que originaram forma urbana e a organização espacial da cidade, como infraestrutura, mobilidade, intervenções, segregação, mercado imobiliário. Além disso, a morfologia é o principal identificador dos espaços socialmente utilizados e contribui no entendimento dos processos envolvidos na produção e na configuração do espaço urbano, que é imprescindível para a socialização dos diversos agentes sociais (HOLANDA *et al*, 2000; LAMAS, 2004; KRAFTA, 2014).

¹⁷ A forma urbana possui diversas direções conceituais. Para Krafta (2014) é composta por matrizes - espaço público e privado, forma construída, tecido urbano e para Holanda *et al.* (2000) refere-se aos processos de organização social na cidade por meio de suas características configuracionais.

¹⁸ Santos (1992) denomina essas ações como rugosidades que correspondem à cristalização no presente e no passado mediante as formas espaciais.

O processo de expansão territorial das cidades de países em desenvolvimento se destaca ao longo do século XX, acentuando a suburbanização a partir da relação centro-periferia numa ocupação de áreas pouco planejadas, mas muito intensa. A iniciativa privada, por meio de incorporadores imobiliários de diferentes dimensões, tem papel importante no esgarçamento do tecido e na baixa qualidade dos assentamentos, seja pela pouca ou nenhuma oferta de infraestrutura básica (caso de assentamentos de baixa renda) ou pelo impacto socioambiental (caso de assentamentos para renda maior), muitas vezes à margem da legislação, quando existe (SPOSITO, 2004). A reordenação espaço-temporal na urbanização é fundamental para a sobrevivência do capitalismo, onde as classes mais pobres são distribuídas no espaço conforme a estrutura urbana necessária para a reprodução do capital (HARVEY, 2009). Alguns dos processos envolvidos na produção do espaço urbano são reconhecíveis pela organização morfológica e pela configuração espacial de cheios e vazios onde as relações humanas acontecem e cada agente social apropria-se de modo único (CORRÊA, 2007).

Nas cidades latino-americanas a relação centro-periferia orienta o desenvolvimento desequilibrado, desigual e perverso do espaço urbano, onde os problemas de segregação e periferização têm origem histórica relacionada ao crescimento desordenado da malha urbana (BRITES, 2017). Nesse aspecto, a urbanização brasileira se estruturou de modo espraiado e a configuração das cidades tem como características a periferização, a fragmentação e a dispersão. A expansão urbana ocorre de maneira intercalada entre ocupações e extensos vazios que afasta a população de menor renda para as regiões periféricas, dificultando o acesso às infraestruturas por esse modelo socioeconômico e espacial (SANTOS, 1990, 1993; SPOSITO, 2004).

“As camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica – [...] o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia” (VILLAÇA, 1998, p. 335). A localização, nesse sentido, tem grande importância no ordenamento do território, pois determina o acesso às vantagens da cidade, atuando na produção do espaço urbano pela distribuição populacional e locais de trabalho, serviços, lazer. A distribuição espacial é determinada pelas forças hegemônicas da sociedade, transformando o Estado como meio de executar suas ambições a partir de forças organizacionais, militares e fiscais, mas com seu papel restrito às infraestruturas e equipamentos públicos. Dessa maneira, o crescimento da cidade é conduzido para regiões com maiores probabilidades de implantação de equipamentos urbanos e como consequência, o restante da população fica desassistida dos

principais serviços, caracterizando a segregação urbana (VILLAÇA, 1998; HARVEY, 2000; MARICATO, 2002).

A dinâmica urbana retrata a estrutura de determinada sociedade e é um mecanismo responsável pela reprodução das desigualdades de oportunidades em que a ocupação fragmentada delimita o acesso de diferentes grupos sociais a determinados espaços e revela os contrastes existentes referentes ao acesso aos recursos materiais oriundos da localização residencial e da disparidade na distribuição de equipamentos, serviços urbanos, bem-estar (HARVEY, 1973; CORRÊA, 1995 CARLOS, 2007). Esse modo de exclusão nas cidades brasileiras se concretiza na dimensão espacial onde grande parte da localização dos grupos sociais no território é resultante de decisões governamentais e de forças de mercado (SANTOS, 1988; VILLAÇA, 2003). Por conta disso, a segregação revela a face perversa da produção do espaço urbano no capitalismo originada por aspectos econômicos que concentram poder, renda e terra, onde os processos de transformações sociais, econômicas, políticas ocorrem numa configuração espacial marcada pela diferenciação (MARICATO, 1996).

A globalização trouxe desdobramentos socioespaciais transformando valores e vivências dos grupos da sociedade que interferem na distribuição espacial, além da influência da atuação do governo no território através de políticas públicas urbanas conforme o controle de interesses privados (MENDONÇA, ANDRADE, DINIZ, 2016), o que resulta num espaço urbano desigual em termos geográficos e temporais (HARVEY, 2004). Essas transformações estabeleceram novos aspectos ao processo brasileiro de urbanização, pois a ação de agentes econômicos, políticos e sociais condicionaram novos modos de inserção das cidades, e as que mantém o comando regional por meio de suas funcionalidades garantem interações importantes em escala nacional e internacional (BESSA, 2005). As características modernizadoras da globalização fortalecem o antagonismo das economias de desenvolvimento desigual e nesse cenário as classes dominantes consideram o discurso da globalização o instrumento mais adequado para uma nova imposição dos progressos do capitalismo hegemônico que por fim beneficia somente a elite e garante a manutenção da sua hegemonia (FERREIRA, 2004).

É importante entender o papel das cidades médias¹⁹, que são caracterizadas por sua relevância num contexto sub-regional de uma cidade intermediária que dispõe de fortes

¹⁹ A definição segundo os pesquisadores da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) considera que: “A condição de cidade média, por sua vez, considera a importância sub-regional apresentada por uma dada

centralidades materializadas a partir de fluxos, contribuindo de modo significativo para o ordenamento territorial regional que está inserida (JÚNIOR *et al.*, 2016 *apud* SPOSITO *et al.*, 2016). As novas funções direcionadas às cidades médias no contexto de mundialização do capital exige nessas cidades a criação de novas áreas centrais a fim de torna-las mais atrativas para a localização de novos equipamentos comerciais e de serviços a partir de novos fluxos, valores e discursos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2008). Apresentam, portanto, um importante desempenho na dinâmica urbana brasileira, principalmente se afetadas pela expansão do meio técnico-científico-informacional, que pode ser pela configuração territorial mais complexa ou pela possibilidade de gerar fluxos materiais e imateriais, resultando no desenvolvimento econômico expressivo, onde se destacam as atividades de caráter urbano (BESSA, 2005).

A inserção das cidades médias na economia global é fundamentada no desenvolvimento local e regional a partir de articulações entre agentes que atuam nessas escalas, relacionam-se com a transformação espacial das lógicas decorrentes das articulações globais, controlando o desenho das redes urbanas conforme escalas e interações. As cidades médias são compreendidas também pelas ações iniciadas em seus próprios espaços com atuação em outras escalas e pela articulação entre agentes e empresas. Essas transformações são atribuídas ao desenvolvimento e definição de seu papel e suas funções na rede urbana nas escalas regional, nacional e internacional (CATELAN, 2013).

Entretanto, essas cidades estão em diversas posições pelo ritmo que as transformações acontecem que altera intensamente as funções e a posição nos distintos sistemas urbanos. Os principais processos que redirecionam seu papel são centralização econômica, organização espacial contemporânea das atividades econômicas relacionadas ao comércio e ao consumo de bens e serviços e à modernização do setor agropecuário. Desse modo, sua função é mediar a dinâmica econômica regional tornando-se importantes centros nas redes de circulação de bens e serviços, por estarem numa localização intermediária na rede urbana estabelecendo relações entre as cidades maiores e menores (SPOSITO, 2007, 2001).

Nesse sentido, é fundamental analisar a história da ocupação do espaço urbano a fim de compreender sua conformação atual que é resultante de diversos processos de planejamento urbano, que é uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das cidades, abrange intervenções espaciais que visam melhorar a vida da população pela ocupação dos espaços urbanos e através do seu principal instrumento, o plano diretor, tem como princípio a

cidade intermediária, ipso facto, as fortes centralidades que aí se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem”.

estruturação do espaço urbano visando propiciar melhorias para a população local (PEREIRA, 1993; MARTINS, 2019). Cabe destacar que o planejamento urbano é uma atividade futura que busca prever o desenvolvimento dos processos, dificuldades, problemas, e procura otimizar vantagens e benefícios. Para isso, a gestão urbana concentra-se em atividades no momento presente que envolve a administração de situações cotidianas e imediatas em curto prazo de tempo (SOUZA, RODRIGUES, 2004).

Nesse aspecto, o planejamento contribui no entendimento da produção e a organização do espaço urbano, pois através dele são expressos os interesses de diferentes segmentos produtores desse espaço e visa organizar modos e usos da cidade. No decorrer dos anos as problemáticas urbanas foram enfrentadas por meio de distintas teorias que visavam construir um modelo ideal de cidade, iniciando pela superação dos problemas sanitários para que a população vivesse com salubridade. No entanto, poucas dessas concepções foram materializadas especialmente pela desconexão com a realidade e o planejamento urbano passou por diversas transformações – progressista, culturalista, progressista - até chegar aos tempos atuais integrando diversos conhecimentos (LIMA, 2017).

Embora o Estado seja responsável pela organização do espaço urbano, o planejamento é excludente e não atende toda população²⁰, inviabilizando que sua atuação seja igualitária e democrática. Isso é reflexo da desconexão entre políticas e planos de ordenamento territorial que são direcionados apenas para uma parte da cidade. Existe, portanto, um desalinhamento entre os princípios da atividade de planejamento e as ações efetivamente tomadas na produção do espaço urbano, resultando numa cidade marcada pelo urbanismo de mercado e urbanismo de risco (MARICATO, 1997, 2000, 2002).

O planejamento baseado em padrões do primeiro mundo aplicados em determinada parte da cidade contribuíram para que a cidade brasileira tivesse a marca da modernização excludente (MARICATO, 2000) que tem como problemas a grande quantidade de vazios urbanos principalmente em cidades grandes e médias, oriundos da dinâmica diversificada de crescimento disperso que origina o tecido urbano descontínuo. Para solucionar ou amenizar problemas de diferentes ordens, é importante o planejamento de forma conjunta entre Estado e sociedade civil, a fim de construir uma cidade mais justa por meio da eliminação das desigualdades socioeconômicas e a participação da população nos processos urbanos contribui nas decisões que visam solucionar problemas da cidade e assim conduzir um planejamento mais efetivo (SOUZA, RODRIGUES, 2004).

²⁰ Por concentrar atividades em locais próximos às classes hegemônicas e afastar as pessoas de baixa renda dessa estrutura.

Por conta disso, é relevante conhecer o contexto das cidades, pois “o desconhecimento da cidade real facilita a implementação de políticas regressivas carregadas de simbologia. O conhecimento é um antídoto necessário para o desmonte da representação ideológica e para o fornecimento de uma base científica para a nação” (MARICATO, 2002, pg.186). É necessário o planejamento periódico por meio da atualização das principais informações da dinâmica da cidade para o controle do desenvolvimento urbano a fim de analisar futuras melhorias e evitar problemas. Assim, é importante criar mecanismos para monitorar os planos diretores para embasar modificações efetivas e reais na estrutura urbana para apresentar avanços ao atender às demandas sociais (TARNOWSKI, 2007; MARTINS, 2019; LIMA, 2017).

Por meio de ações e estratégias, o planejamento é imprescindível para alcançar objetivos estabelecidos pelas políticas públicas de intervenção (DEL RIO, 2001) e as áreas multidisciplinares²¹ envolvidas nesses processos influenciam no desenvolvimento das cidades e suas conexões (SOUZA, OLIVEIRA, SANTOS, 2019). Existe, dessa maneira, a possibilidade de integrar interesses de crescimento e desenvolvimento urbano visando contemplar os setores econômicos, através do planejamento estratégico, e aliar interfaces socioambientais, através do planejamento politizado. Entende-se que os planos estratégicos podem estruturar práticas coerentes com o contexto socioespacial das cidades, mas para isso é necessário acompanhamento a fim de garantir o cumprimento das políticas públicas inclusivas junto aos aspectos econômicos e socioambientais. Nesse contexto o planejamento pode qualificar as cidades, reduzir problemas urbanos, minimizar desigualdades, tornando-as mais igualitárias para a maior parte da população e mais atrativas para investimentos (LIMA, 2017).

O cidadão deve ter direito à cidadania e à vida urbana e para isso, a cidade democrática deve garantir o acesso à urbanização. Esse direito comum da população tem o poder coletivo de alterar o processo de urbanização e transformar o cotidiano, reforçando assim a democracia pelo enfrentamento das relações de poder por meio da possibilidade de aproveitar serviços e oportunidades no sistema urbano (LEFEBVRE, 1969; MARICATO, 1985; JACOBI, 1986; HARVEY, 2004). Diante disso, compreende-se a importância de organizar as demandas sociais a fim de ampliar pautas específicas para um contexto mais abrangente visando dar sentido à apropriação de espaços das cidades (TAVOLARI, 2016). A inclusão da participação da população nos processos urbanos é indispensável para uma cidade socialmente mais justa e equilibrada, principalmente no planejamento das regiões periféricas,

²¹ Antropologia, sociologia, geografia, economia.

e ao torná-lo efetivo, o processo de produção do espaço da cidade se torna mais democrático entre os agentes envolvidos (SOUZA, RODRIGUES, 2004). O planejamento urbano tem grande importância para amenizar e solucionar problemas urbanos, como evitar o surgimento dos vazios urbanos pela organização do crescimento urbano e aproveitar os vazios existentes na dinâmica socioespacial. Para tal, entende-se a necessidade de considerar as demandas atuais da sociedade como espaços públicos do sistema de espaços livres que possui importante função no desenvolvimento das cidades pela possibilidade de criar ambientes de maior co-presença social, diversidade e múltiplas atividades, conforme apresentado a seguir.

2.2 ESPAÇOS LIVRES ABERTOS: UMA VISÃO SISTÊMICA

O sistema de espaços livres (SEL) é configurado por componentes e conexões dos espaços abertos de uma área urbana, desde a escala intraurbana até a regional, indiferente de funções, dimensões, formas. É conformado pelo subsistema de espaços públicos que são cenário da vida urbana, como a rua, que é o elemento principal de conexão da cidade, além de praças, parques, calçadas, entre outros. Devido à complexidade existente, é fundamental compreendê-lo a partir de relações funcionais, socioambientais e ecológicas, uma vez que não existe necessariamente a conexão física desses espaços (QUEIROGA, 2011), pois relacionam-se entre si, mesmo que não tenham sido planejados como um sistema (MACEDO *et al*, 2007), embora o ideal é que esses espaços estejam relacionados efetivamente de modo sistêmico. A produção espacial é constante e em virtude das transformações da sociedade, o sistema de espaços livres está em contínua transição, pois a concretização das demandas sociais depende de decisões políticas e recursos que influenciam na qualidade desses locais. Diversos agentes são responsáveis por sua configuração, onde os anseios de cada um repercutem na determinação dos espaços livres públicos, desafiando o planejamento urbano em inserir equipamentos e melhorias nesses locais (OLIVEIRA, MASCARÓ, 2007; QUEIROGA, 2011).

A forma urbana determina a estrutura urbana, as atividades, o cotidiano e o sistema de espaços livres, em que os diferentes tipos, a quantidade, a espacialização e qualificação desses espaços estão articulados com diversas escalas urbanas, como circulação, drenagem, dinâmicas ecológicas, lazer (QUEIROGA, SAKATA, 2020). O sistema de espaços livres conforma a paisagem urbana por carregar memórias da cidade e influenciar no cotidiano dos habitantes (QUEIROGA, 2011) e sua estrutura potencializa a habitabilidade do espaço urbano pela convivência entre as pessoas (OLIVEIRA, MASCARÓ, 2007). Contudo, os espaços de

uso comum restringiram-se à circulação e como consequência, a população com menor acesso a esses lugares é prejudicada (ROLNIK, 1998).

Em cidades de países em desenvolvimento existe a tendência ao desequilíbrio na distribuição e mesmo uma carência de espaços direcionados ao lazer, pois no decorrer dos anos o adensamento populacional e construtivo não recebeu o devido acompanhamento para que fosse ampliado o sistema de espaços livres públicos. Para alterar esse cenário é fundamental reconhecer a diversidade urbana das cidades brasileiras, especialmente as identidades locais e a população envolvida. Desse modo, baseado em oportunidades reais é possível apontar possibilidades propositivas adequadas para o SEL e as formas urbanas, que de modo preventivo pode direcionar ações públicas ao longo de décadas e ampliar esses espaços nas cidades (QUEIROGA, SAKATA, 2020).

Diante do exposto, considera-se que os espaços livres públicos são espaços abertos com conexões socioespaciais, ambientais e funcionais entre áreas públicas e privadas. Entende-se que o espaço livre, aberto e não construído é responsável por criar a paisagem urbana que representa a cidade e além disso, o sistema de espaços livres é parte fundamental da estrutura urbana para propiciar qualidade de vida à população. Dessa maneira, analisar o sistema de espaços abertos, sejam eles vazios ou significativos, a partir de aspectos instrumentais ou simbólicos possibilita a compreensão interrelacionada de alguns sistemas do espaço urbano, portanto, direciona-se o estudo para os espaços livres públicos intraurbanos e os usos sociais que neles acontecem.

2.3 ESPAÇOS INTRAURBANOS E APROPRIAÇÕES SOCIAIS

A essência da cidade é ser um local de encontro, funções práticas e instrumentais, tais como trabalho, trocas de produtos e mercadorias. Os espaços configurados para a vida cotidiana favorecem interações e encontros não programados entre grupos sociais diversos. A sociedade necessita de espaços públicos que viabilizem a urbanidade, caracterizada pelo convívio, pela interação social²² entre pessoas que compartilham o mesmo espaço físico. Isso revela a importância do espaço para a vida urbana pelas experiências como meio para a interação social (HOLANDA, 2002, 2010; NETTO, 2012) que embora não aconteça de modo direto, também se manifesta quando diversas pessoas compartilham o mesmo espaço físico

²² O compartilhamento do mesmo espaço com outras pessoas contribui na aprendizagem social, onde pensamento, sentimento e comportamento são alterados pela observação. Se esse momento ocorre entre pessoas de diferentes grupos sociais a aprendizagem é mais expressiva para a sociedade.

(TENÓRIO 2012). Espaços públicos bem estruturados condicionam a apropriação, estimulam as pessoas criarem novos hábitos ao utilizá-lo e facilitam a socialização por meio de maior quantidade de pessoas em grupo, o que resulta em pessoas interagindo com outras pessoas (WHYTE, 2007). A existência de vida no espaço urbano gera trocas sociais e a função social do espaço contribui para uma sociedade democrática a partir da conexão entre pessoas diversas que compartilham o mesmo ambiente físico. Quando democraticamente gerido, o espaço público possibilita oportunidades de expressão dos diversos grupos sociais e a liberdade de atividades alternativas (GEHL, 2013).

Cabe salientar a dimensão humana do urbanismo. Os espaços públicos também são importantes para amenizar os problemas de saúde pública pois grande parte da população mundial está sedentária devido aos modos atuais de trabalho, transporte por carros, ônibus, metrô, utilização de escada rolante e elevadores, hábitos alimentares ruins. A perda da atividade física como parte da rotina diminui a qualidade de vida e os desafios de viver e trabalhar em ambientes cada vez mais densos e congestionados mostra a importância do lazer – contemplação, práticas esportivas, vida ao ar livre - nas cidades, pois contribui para amenizar a tensão causada pelo estresse e reabastecer a energia consumida pelo cotidiano desgastante. A cidade que estimula a realização de atividades como caminhar, pedalar, práticas esportivas contribui na formação de uma política de saúde para melhorar a qualidade de vida urbana. O lazer é, portanto, um fator de alívio e desafogo do trabalho e da vida social programada e rotineira. Uma caminhada, por exemplo, permite o contato entre as pessoas e comunidade do entorno, traz experiências, informação, permite estar ao ar livre, ter contato com a natureza, desfrutar dos prazeres gratuitos da vida (GEHL, 2013; SANTOS, 2017).

O espaço público, de modo sistêmico, pode favorecer ou dificultar a interação entre as pessoas (JACOBS, 2009; HOLANDA, 2002; GEHL, 2006) e por conta disso, é fundamental considerar a escala humana nesses espaços pois sua configuração direciona as atividades ao ar livre (GEHL, 2006; ALEXANDER *et al*, 1977). Nesse aspecto destacam-se dois fatores socioespaciais. A formalidade do espaço diz respeito aos encontros sociais de grupos homogêneos de modo programado com limites determinados, enquanto a urbanidade do espaço refere-se aos encontros aleatórios de grupos diversos em espaços complementares e integrados. Cabe destacar que a distribuição dos usos do solo e atividades do entorno contribuem na co-presença, por conta disso, o estudo da sociedade permite entender se há a apropriação cotidiana do espaço público de modo efetivo. Portanto, a análise da forma, das atividades e da apropriação, conforme a leitura morfológica (HOLANDA, 2002).

Ao estudar os espaços públicos é importante considerar diferentes aspectos como a “[...] relação espacial desses lugares com a cidade (seus atributos globais) e ao seu desenho (seus atributos locais), quanto às práticas sociais que neles ocorrem (suas atividades) e aos agentes destas práticas (seus sujeitos)” (TENÓRIO, 2012, p.14). Segundo Tarnowski (2007, p. 24), “[...] o estudo da morfologia urbana fornece importantes subsídios para a compreensão da configuração dos espaços ocupados e desocupados, bem como para a análise da formação da cidade e sua conseqüente evolução.” As atividades existentes nos espaços públicos podem ser necessárias (que duram mais tempo), opcionais (que surgem de acordo com o que o espaço físico propicia, como permanecer, sentar, comer e jogar) e sociais (pessoas conversando e realizando atividades) (GEHL, 2013). Por conta disso, é fundamental o entendimento de como as práticas sociais distribuem-se no tempo e espaço, pois contribuem na compreensão da vida social. (GIDDENS, 1989, 2008).

O entendimento da dinâmica urbana e dos diversos processos envolvidos na produção do espaço urbano é fundamental para criar alternativas que valorizem a vivência pública e as questões ambientais nas cidades, principalmente por meio do atendimento das demandas sociais nos espaços urbanos coletivos utilizando o sistema de espaços livres como elemento norteador da qualificação urbana. Existe um desalinhamento entre a apropriação social desses espaços e a maneira que são tratados pelo poder público, tanto na criação quanto na manutenção, resultado da ausência em priorizar discussões e propor soluções urbanísticas direcionadas às distintas particularidades regionais e locais. A pouca relevância nas políticas públicas das áreas de lazer nesses bairros estão relacionadas também à falta de exigência das legislações municipais que determinam a existência de áreas públicas²³ de forma pontual em lotes e loteamentos desconectados do sistema urbano. Dessa maneira, não especificam a efetivação de uso pela implantação de equipamentos, por exemplo, contexto que gera espaços vazios que permeiam a malha urbana. Entretanto, a implantação de espaços livres públicos em bairros periféricos é insuficiente e essas populações acabam criando de modo informal os próprios espaços onde as apropriações são estabelecidas por vínculos sociais (ALVES, 2007; QUEIROGA, SAKATA, 2020; LEMOS, MARX, 2019; BERNARDINI, CARMO, 2021).

Os atos cotidianos mostram possibilidades efetivas na realidade presente na escala do bairro para além das utopias do espaço e das formações sociais (SANTOS, 2017), pois a população dessas regiões que não dispõe de espaços adequados para a socialização criam ordens próprias que ultrapassam as ordens impostas pelo planejamento e embora com

²³ Conforme a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, 6766/79.

dificuldades e obstáculos (VOGEL, 2017). Para além de apropriações formais em ruas, parques, praças, é importante valorizar as apropriações informais no espaço público que são iniciativas que partem da própria população para atender suas necessidades e desejos. Desse modo, o conceito de público é efetivamente materializado a partir da apropriação livre e democrática (MENDONÇA, 2007; CACCIA, 2011). Nesse contexto, muitos vazios urbanos inseridos entre os espaços consolidados recebem ações dos moradores locais (GUATELLI, 2012), pois apesar da situação de abandono que se encontram, esses espaços peculiares são palco de diversos usos e atividades, como hortas, campos de futebol, habitação, pontos comerciais, bancas, pinturas em muros. Embora a atividade em espaços vazios, residuais e informais é diversificada e amplia a rede de usos do espaço urbano pela multiplicidade de usos na cidade, muitas vezes não aparece no desenho urbano por estar presente em locais que não considerados espaços públicos oficiais (CAMPOS *et al*, 2008).

A prática social está presente em diversas escalas e é oriunda da relação entre espaço e tempo, onde a cidade é a interrelação entre morfologia social - conformada pelas diferentes classes sociais - e morfologia espacial - composta por distintos modos de utilizar espaços (CARLOS, 2007), os quais são influenciados pelas formas de acessibilidade e pertencimento das classes sociais aos lugares (CACCIA, 2011). Nos bairros periféricos o cotidiano assume diversas dimensões e funções, onde o encontro acontece em qualquer momento com maiores possibilidades de contato espontâneo entre as pessoas. A diversidade nessas regiões se encontra na apropriação de rua e terreno baldio, por exemplo, se tornando uma dimensão fundamental do espaço conformada por um conjunto de relações socioespaciais que confere identidade ao bairro (LOBODA, 2016; VOGEL, 2017).

A relação do espaço público com o meio urbano, sua morfologia e apropriações, está vinculada a aspectos físicos, naturais e/ou construídos, onde a forma corresponde à imagem de determinado lugar por estar relacionada aos interesses socioeconômicos, envolvendo pessoas e seus desejos. As apropriações indicam possibilidades de uso do ambiente urbano que podem ser adaptadas às necessidades e demandas desatendidas na construção do espaço. Mesmo não programadas e adaptadas, revelam criatividade, capacidade potencializar o aproveitamento de estruturas públicas e proporcionam subsídios que podem enriquecer futuros projetos e implantações desses espaços, sendo um aspecto favorável à expansão da compreensão das reais demandas da população e seu vínculo ao espaço urbano (MENDONÇA, 2007). As distintas maneiras de apropriação são, portanto, oriundas de fatores contextuais, como perfil socioeconômico, origens, estilo de vida dos moradores, gênero, faixa etária. Junto a esses aspectos estão os fatores espaciais, de deslocamentos e acessibilidade,

como o local de residência e trabalho que condicionam os fluxos e a mobilidade (CACCIA, 2011).

O cotidiano e suas variáveis deveriam ser fonte e foco do conhecimento urbano visando entender da cidade a partir do usuário ultrapassando as regras estabelecidas pelos planejadores sem conhecer a realidade da cidade (VOGEL, 2017). A leitura da apropriação espacial deveria embasar o planejamento urbano e produção do espaço, ao menos na escala local. Isso seria possível a partir da valorização da participação popular, da diversão, do ócio, dos encontros não programados nos espaços públicos. A diversidade de apropriações espontâneas existentes aponta, portanto, a necessidade de maior flexibilização dos espaços públicos e a inserção de múltiplos usos. Esse contexto traz algumas reflexões a partir da utilização de espaços abandonados e subutilizados que pode possibilitar a transformação social e a democratização do espaço urbano (CACCIA, 2011). Revela a importância em resgatar a função da cidade como espaço que promove encontros sociais, pois a sociedade necessita de uma cidade acessível com infraestrutura que propicie vivências no espaço urbano (MUXÍ, 2004). Assim, para intervir na cidade contemporânea é fundamental entender que a produção do espaço é social e advém da organização das formas sociais, configurada pela ocupação humana (ALVES, 2007). A multiplicidade de espaços que conformam esse sistema engloba também os vazios urbanos que permitem investigar a cidade por outras perspectivas conforme discutido a seguir.

2.4 VAZIOS URBANOS: DEFINIÇÕES, RELAÇÕES E NOVAS POSSIBILIDADES

Os autores aqui apresentados abordam os vazios urbanos por perspectivas complementares entre si e de forma geral preocupam-se com a situação socioespacial que se encontram esses espaços na estrutura urbana. Por meio de uma linha cronológica são estudados os principais conceitos e análises da temática para compreender as distintas vertentes do seu processo de formação. A interpretação do termo vazio urbano é ampla, podendo ser analisada por perspectivas distintas de acordo com contextos temporais e regionais (TARNOWSKI, 2007).

Segundo Santos (1990, p. 25): “a cidade expande os seus limites, deixando, porém, no seu interior, quantidade de terrenos vazios.” O autor os caracteriza como espaços abandonados na expansão das cidades, consequência da carência projetual e de gestão, do crescimento desequilibrado da malha urbana e da especulação imobiliária. Essas áreas não estão inseridas na dinâmica e produção espacial, sem uso específico e apropriação da

população (ALVAREZ, 1994) e também podem ser espaços que foram apropriados até determinado período e com o passar do tempo transformaram-se em áreas ociosas malha urbana (BUSQUETS, 1996). As interpretações da década de 1990 apontam que os vazios urbanos são resultantes da desconexão entre planejamento urbano e expansão urbana, gerando áreas ociosas e espaços que no decorrer dos anos perderam o uso. Esse contexto leva a entender que tal situação é decorrente da carência de planejamento para reinserção desses locais na dinâmica socioespacial, pois ao invés de aproveitar áreas existentes o crescimento urbano se desenvolve em áreas periféricas, criando vazios na cidade e novos bolsões urbanos desconectados.

Os vazios urbanos, *terrain vague*, são espaços caracterizados por extrapolarem limites do vazio físico, estão correlacionados com lugares, territórios vagos em diversos contextos. São espaços vazios, desocupados, obsoletos, vagos, indefinidos e ao mesmo tempo podem conceber relações sociais (SOLÁ-MORALES, 2002).

Desse modo, essas áreas possuem origens distintas: “[...] intervenções urbanas (vazio projetual), de transformação nas funções urbanas (vazio estrutural) ou de fatores relacionados a conjunturas sociais, econômicas e jurídicas específicas (vazio conjuntural) e da articulação entre elas” (BORDE, 2006, p. 24). Para a autora, a reativação desses espaços por ações do poder público mostra a importância em contribuir na flexibilidade dos diversos tecidos urbanos: o antigo, o projetado e os inacabados. Por conta disso, é imprescindível considerar o vazio urbano como elemento que conforma o tecido urbano e não como um espaço fragmentado. Os vazios urbanos permeiam por várias camadas do tecido urbano, passando por concepções urbanísticas e arquitetônicas, práticas sociais de diversas décadas no processo de formação e transformação da forma urbana com continuidades e descontinuidades. Podem ser caracterizados como desafetados (não utilizados), subutilizados, desocupados (não ocupados), embora os terrenos não ocupados não possuem edificação, podem receber usos temporários para circulação e lazer. Nos terrenos não utilizados não se verifica nenhum uso, mesmo que temporário. Os terrenos subutilizados são onde acontecem usos e ocupações temporárias que os caracterizam como parcialmente ociosos e subaproveitados (BORDE, 2006).

A autora Borde (2006) apresenta um quadro com as diferentes categorias de vazios urbanos (Figura 2), mostrando categorias referentes aos processos e aos contextos que os vazios urbanos se inserem.

Figura 2 Categorias principais e complementares dos vazios urbanos segundo Borde (2006)



Fonte: Borde (2006)

Os vazios urbanos podem ser entendidos como consequência das transformações urbanas que originam áreas residuais na ocupação territorial, gerando partes irrelevantes e desconectadas da estrutura urbana, perdendo sua identidade e significado (DITTMAR, 2006). As áreas de vazio são espaços abandonados e irregulares que possuem elementos peculiares (DONADON, 2009) e “o que define essas áreas como vazios urbanos são os processos de subutilização que apresenta o espaço, em termos formais, funcionais, simbólicos e sociais, com relação a sua condição urbana.” (VÁSQUEZ, 2016, p. 25). Dessa maneira, para Vásquez (2016), esses espaços caracterizam-se por estarem desagregados da dinâmica da cidade com carência de conexões sociais, resultando num recurso socioespacial subutilizado.

Em concordância com o que foi visto, o último bloco de autores – Sóla-Morales (2002), Borde (2006), Dittmar (2006), Donadon (2009), Vásquez (2016) - traz estudos mais recentes acerca da questão das áreas de vazio na estrutura urbana, reforçando as definições trazidas aqui pelos primeiros autores – Santos (1990), Alvarez (1994), Busquets (1996). Portanto, o surgimento dos vazios urbanos está relacionado a múltiplos fatores e a inserção urbana também é afetada por esse contexto.

Dentre os vazios urbanos estão os espaços residuais que são áreas remanescentes da inserção de estradas, redes de alta tensão, áreas sob passarelas e viadutos que conformam frestas urbanas (CAMPOS *et al*, 2008), originadas pela implantação de equipamentos na expansão das cidades. Quanto maior é a falta de espaço, maior é quantidade de espaços

residuais, principalmente pela desarmonia entre funcionalidade e visibilidade urbana (FERRARA, 1996), como a construção não finalizada e a descontinuidade da estrutura urbana (FERRARA, 1997). Nesse cenário, grandes infraestruturas, parques, áreas industriais abandonadas são áreas residuais que conformam o sistema de vazios urbanos (CARERI, 2017).

Diante do exposto, os vazios urbanos se caracterizam de distintas maneiras, como espaços que no decorrer dos anos desconectaram-se da dinâmica da cidade, ou que possuem infraestrutura remanescente de determinado período e até mesmo são decorrentes da carência de readequações espaciais e não atendem às atuais demandas sociais. Ou então são sobras físicas oriundas da implantação de grandes equipamentos urbanos, gerando áreas residuais, áreas vagas resultantes da expansão urbana que foram desconsideradas nesse processo. Para essa pesquisa entende-se que há três categorias de vazios urbanos que podem ser de origem estrutural, projetual e conjuntural, segundo Borde (2006). No entanto, fundamentado no embasamento teórico estudado ao longo desse trabalho e a diversidade de conceitos identificados, entende-se a necessidade de complementar essas estruturas principais. Dessa forma, define-se que essas categorias são conformadas por alguns tipos que estruturam as futuras análises urbanas, apresentados no quadro-resumo a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 Tipos de vazios urbanos

TIPOS DE VAZIOS URBANOS	
Tipos	Características
Vazio Estrutural	Transformações nas funções urbanas
Ociosos	Espaço utilizado até determinado tempo, que posteriormente ficou sem uso
Subutilizado	Espaço em que há subutilização formal, funcional, social, simbólica transformando-se num recurso socioespacial subutilizado
Desafetado	Espaços não utilizados
Desocupado	Espaços não ocupados por edificação, mas que recebem usos temporários de circulação e lazer
Vacância	Área vazia aguardando a valorização do solo
Industrial	Espaço vazio decorrente da desativação de indústrias
Ambiental	Espaço de caráter ambiental desconectados do tecido urbano
Arquitetônico	Edificação abandonada ou em situação de vacância
Vazio Projetual	Decorrente de intervenções urbanas
Residuais	Sobra física no tecido urbano remanescente da inserção de uma infraestrutura
Viários	Espaço resultante de implantação viária
Normativo	Espaço resultante da legislação na implementação de projetos de diversas escalas
Vazio Conjuntural	Oriundo de conjunturas econômicas, sociais, jurídicas
Ferrovário	Espaço oriundo da falência do transporte ferroviário

Fonte: Elaboração da autora, 2021, baseado em Borde (2006)

2.4.1 Um breve histórico de estudos sobre vazios urbanos

Os estudos que abordam os vazios urbanos nos anos 1990 visam a reorientação da significação simbólica dos vazios urbanos apontando oportunidades para a inserção das cidades no sistema urbano baseado no capital financeiro e novas formas de produção (BORDE, 2006). No contexto das pesquisas mais recentes sobre os vazios urbanos há diversas perspectivas. Borde (2006) por meio de uma abordagem qualitativa tem como objeto de estudo terrenos e vazios que tiveram um processo de esvaziamento e continuam em situação de vacância, contexto que os transformam em vazios urbanos. Nessa conjuntura estuda as razões pelas quais as grandes cidades se tornam produtoras desses espaços. Além disso, estabelece critérios e categorias de análises criando uma estrutura analítica dos vazios urbanos e analisou alguns vazios na cidade do Rio de Janeiro-RJ e da sua região central. Mostra, portanto, a importância dessa análise para a atuação das situações de vazio urbano.

As ações humanas trazem mudanças nas cidades que originam os vazios urbanos em que Dittmar (2006), a partir da análise da paisagem e da morfologia urbana, visa entender suas relações com a transformação de espaços residuais e remanescentes ferroviários em Curitiba-PR. O estudo é estruturado pela identificação dos tipos de vazios, propondo métodos analíticos desses espaços onde são avaliados os vazios urbanos da cidade junto às vivências urbanas a partir de entrevistas. Assim, os fundamentos metodológicos da realidade dos vazios permitem identificar possibilidades para auxiliar a gestão urbana mediante o tratamento integrado da paisagem e da morfologia urbana.

Tarnowski (2007) investiga vazios urbanos, terrenos e edificações a fim de analisar suas interferências sobre a população e a cidade de Curitiba-PR, principalmente em aspectos paisagísticos e da percepção dos usuários desses espaços. A partir de questionários e levantamentos de campo na área central de Curitiba são quantificados e identificados os tipos de vazios e abordados os efeitos desses espaços na percepção da população. A pesquisa revela a necessidade de incentivar estudos específicos desses vazios a fim de indicar instrumentos de gestão urbana para garantir seu aproveitamento pela cidade e sociedade.

Os vazios urbanos denominados *terrain vagues* são estudados por Donadon (2009) na cidade de Campinas-SP. O foco são lugares que embora sejam carregados de memória estão esquecidos na dinâmica da cidade, principalmente espaços localizados ao longo de rios, linhas férreas desativadas, áreas industriais obsoletas. Esses vazios foram analisados conforme seu tipo e formação e a partir disso a pesquisa apresenta a potencialidade e a singularidade que

esses espaços possuem, evidenciando a necessidade de estudos mais completos dessas áreas antes de futuras ocupações.

Vásquez (2016) estuda os vazios urbanos industriais na cidade de Medellín, Colômbia, a partir de um método que identifica componentes da estrutura urbana por meio de variáveis sistêmicas²⁴ e de legitimidade do espaço que influenciam nas suas possibilidades de inserção urbana. A análise revelou a existência de quatro tipos de vazio urbano a partir dos quais foram identificados os potenciais de transformação dos vazios industriais do rio Medellín. Por fim, foi analisada uma subestrutura de um dos tipos de vazio, formulando estratégias espaciais para a reintegração urbana, utilizando a intervenção urbana com instrumento para orientar o crescimento da cidade.

2.4.2 Vazios urbanos: espaços de potencialidades

Ampliando a noção de vazios urbanos numa perspectiva de possíveis transformações de qualificação, existem algumas discussões sobre o entendimento de reinseri-los ao espaço urbano. A reinserção socioespacial dos vazios urbanos é vista como um meio de intervir no espaço da cidade e amenizar impactos negativos oriundos do surgimento e permanência das áreas de vazio. Isso pode se estruturar através de intervenções que alterem a paisagem urbana e modifiquem as funções dessas áreas, sendo importante resguardar características de memória e manter a integração desses espaços com a cidade e a sociedade (SOLÀ-MORALES, 2002).

Cabe salientar que dependendo do grau de consolidação da malha urbana um mesmo tipo de vazio urbano se comporta de maneira diferente conforme significados, funções, impactos morfológicos. Os distintos processos de formação se desdobram em diferentes possibilidades de reativar esses espaços de acordo com sua inserção urbana, trazendo outros significados para a cidade. Vazios centrais e periféricos desempenham papéis diferenciados na dinâmica urbana, pois expressam a dicotomia centro-periferia e demandam diferentes possibilidades de reativação, podendo assim contribuir para uma cidade mais solidária. Portanto, a reativação desses espaços por ações do poder público é fundamental, pois contribuem na flexibilidade dos diversos tecidos urbanos (BORDE, 2006).

Os condicionantes locais de seu entorno podem estar relacionados ao papel do vazio, tanto na sua inserção urbana quanto na percepção dos usuários que percorrem o espaço. A

²⁴ Sistema morfológico e sistema funcional (VASQUEZ, 2016).

reintegração depende de estratégias que possam ser aplicadas no planejamento urbano e “[...] com a expansão das cidades, surge a necessidade de instituição de formas eficientes de administração do meio urbano, visando assegurar qualidade de vida à sua população.” (TARNOWSKI, 2007, p. 16). Na cidade contemporânea há a possibilidade de explorar o crescimento interno e projetar as cidades a partir dos vazios urbanos, espaços potenciais para mudanças urbanas. Fatores sociais, econômicos e políticos influenciam na percepção dos vazios e por serem áreas potenciais de transformação urbana, são importantes para o desenvolvimento das cidades. (VÁSQUEZ, 2016).

Nessa abordagem é fundamental ressignificar esses locais a partir da identificação de ações espontâneas por iniciativa da população, visando fomentar a liberdade de apropriação. Tais espaços podem assumir o papel de articulador, de transição de usos e significados que podem surgir, potencializando o dinamismo entre espaços consolidados e espaços vazios. Para isso, é fundamental a experiência de vivenciar espaços vazios e entender sua dinâmica socioespacial (GUATELLI, 2012). A conexão entre planejamento urbano e dinâmica da cidade contribui para análises de espaços abertos que possam ser readequados às novas demandas sociais a partir da infraestrutura existente.

Os autores estudados apresentam novas perspectivas para a situação dos vazios urbanos identificando as possibilidades de aproveitar suas singularidades, o que reforça a importância de verificar os tipos de vazios urbanos existentes em conjunto com a inserção urbana e analisar suas relações com a cidade. No contexto latino-americano de cidades desiguais quanto às possibilidades de apropriação e direito à cidade, nos espaços periféricos onde se encontram os grupos sociais menos favorecidos e muito dependentes do espaço público, entende-se que ações no sentido de reinseri-los ao sistema de espaços de uso e de convivência são fundamentais para uma cidade socialmente mais justa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa exploratória²⁵ baseada em estudo de caso apresenta método de procedimento descritivo e observacional, estrutura-se na pesquisa bibliográfica e documental dos conceitos fundamentais relacionados à temática que subsidia posteriores análises e estudos de campo. Referente ao tratamento dos dados caracteriza-se como mista, pois aborda análises qualitativas e algumas quantitativas. O percurso metodológico é organizado a partir dos objetivos do trabalho que fundamentam as principais etapas do estudo e também tem como base os autores revisados para questões mais amplas, como os processos da urbanização, e os autores mais específicos para aspectos relacionados aos vazios urbanos. As etapas metodológicas estão especificadas no Quadro 2 junto aos procedimentos estabelecidos para seu desenvolvimento.

²⁵ Pesquisas exploratórias visam desenvolver, esclarecer conceitos e ideias, visando proporcionar uma visão geral de modo aproximativo sobre determinado fato (GIL, 2008).

Quadro 2 Estrutura da Pesquisa

ESTRUTURA DA PESQUISA					
Capítulo	Objetivo	Técnica	Fonte	Dados	Resultados
Referencial teórico	Entender a dinâmica das cidades brasileiras, seus principais processos e suas consequências na configuração urbana. Estabelecer os conceitos que orientam os métodos pela periodização temporal dos processos socioeconômicos e como se estabelecem no espaço e pela taxonomia dos vazios urbanos	Pesquisa bibliográfica	Livros, trabalhos acadêmicos	Conceitos, critérios, parâmetros utilizados em pesquisas anteriores	Estabelecimento dos conceitos que orientam os métodos pela periodização temporal e definição dos tipos de vazios urbanos
Ocupação histórica, tecido urbano e espaços livres públicos na conformação de Erechim	Investigar a ocupação histórica de Erechim a partir da estrutura urbana e dos processos envolvidos	Pesquisa, bibliográfica, documental e analítica da escala da cidade	Livros, trabalhos acadêmicos, mapas, imagens aéreas, fotografias, legislações	Principais agentes dos processos que interferem na estrutura e na forma física da cidade	Mapeamento da estrutura e processos que determinaram e condicionaram a evolução da forma de Erechim
Vazios urbanos: espaços que constituem o tecido urbano	Caracterizar os vazios urbanos da cidade e avaliar possibilidades de reinserção socioespacial	Pesquisa analítica da escala do vazio urbano, <i>mapping</i> e <i>overlay-mapping</i> , observação não participante	Bases cartográficas da cidade, estudo de campo	Mapeamento e análise dos vazios urbanos	Caracterizar os tipos vazios urbanos públicos e propor recomendações para sua reinserção socioespacial

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

O **entendimento da dinâmica das cidades brasileiras**, seus principais processos e suas consequências na configuração urbana e o **estabelecimento dos conceitos** que orientam os métodos pela periodização temporal dos processos socioeconômicos, como se estabelecem no espaço e a taxonomia dos vazios urbanos baseia-se no estudo dos referenciais teóricos e conceituais. Por meio da pesquisa bibliográfica de livros e trabalhos acadêmicos estuda-se o processo de expansão urbana, a importância dos espaços livres públicos para a socialização, as práticas sociais não programadas e o surgimento dos vazios urbanos. Essa base teórica é necessária para descrever Erechim, seu processo histórico de ocupação e a apropriação urbana cotidiana nos vazios urbanos estudados.

A **investigação da estrutura urbana de Erechim e o entendimento da ocupação histórica da cidade** se estrutura no levantamento e análise documental dos principais processos que estruturam o desenvolvimento do espaço urbano a partir de elementos históricos e normativas urbanísticas. Os dados são coletados pelo do estudo de fotografias, livros, trabalhos acadêmicos, legislações, informações obtidas na Prefeitura Municipal de Erechim e no Arquivo Histórico Juarez Miguel Illa Font. A finalidade é contextualizar Erechim pelas transformações socioespaciais por meio de recortes temporais determinados por bases cartográficas, e assim, remontar os momentos de crescimento construindo uma linha temporal.

As análises são baseadas na estrutura sugerida por Santos (1985) que considera imprescindível que a análise espacial englobe aspectos físicos e sociais²⁶ e esteja organizada em quatro categorias fundamentais: processo, caracterizado pela transformação da estrutura a partir da historicidade; estrutura, que é a matriz social onde forma e função são criadas e a interrelação entre as partes de um todo; função, atividades que são executadas como habitar, vivenciar; e forma, que é o padrão espacial – casa, bairro, cidade. Além desses, entende-se a necessidade de complementar essa estrutura analítica com a categoria legislação, pois considera-se importante investigar como as normativas de escala nacional, estadual e municipal influenciaram no processo de urbanização de Erechim.

Nessa abordagem há a compreensão de que o processo pode tanto determinar quanto condicionar a estrutura. Os processos socioespaciais decorrentes de ações de agentes e atores sociais, ora condicionam e ora determinam certas localizações e funções da estrutura urbana, embora as diversas localizações das diferentes funções assumem formas distintas. A estrutura engloba, portanto, as relações entre essas categorias que permitem analisar os fenômenos

²⁶ Esses aspectos são chamados por Santos (2009) de sistemas de objetos e sistemas de ações e conjuntos de fixos e fluxos.

espaciais em sua totalidade, mesmo considerando um recorte espacial e temporal. Sobretudo, busca-se entender o processo de expansão urbana de Erechim baseado nesses cinco pilares em cada um dos períodos estudados no decorrer da pesquisa.

A **caracterização dos vazios urbanos da cidade** tem como base a cartografia urbana para organizar os aspectos socioespaciais do território e para isso utiliza-se as técnicas²⁷ *mapping* e *overlay-mapping*. O *mapping* está atrelado aos aspectos físicos e à história do solo e busca rastrear e explorar a investigação de relações. O *overlay-mapping* consiste na sobreposição de mapas a partir do estabelecimento de novas camadas de informação de um território como usos, atividades, questões sociais e históricas. Desse modo, é o estudo de uma área em relação a sua história e demais questões visando conhecer as capacidades de transformação a partir da memória desse território (ÁLVAREZ, 2017).

Com isso pretende-se verificar processos, variáveis, aspectos, momentos e mudanças que auxiliem no reconhecimento do surgimento e da consolidação de vazios urbanos de diferentes ordens em Erechim: privados, em distintos processos ou em estoque especulativo, e públicos, resultantes de propostas de áreas verdes livres que não se implementaram e áreas públicas que não possuem uso efetivo. Esse momento da pesquisa visa, sobretudo, interpretar e criar experiências num documento gráfico, pois a representação gráfica é um valioso instrumento de registro e também um meio de conhecer o território que dispõe de vivências pessoais e coletivas (ÁLVAREZ, 2017). A sobreposição do mapeamento da estrutura física, vetores de ocupação, evolução da mancha urbana, planos e agentes de transformação, bem como elementos históricos, ambientais, funcionais, morfológicos permitem entender através de análises as características do espaço urbano atual. A partir da análise de fotointerpretação por imagens de satélites do *Google Earth*, é elaborado o levantamento dos vazios urbanos na escala da cidade a fim de ter um panorama desses espaços na estrutura urbana.

O mapeamento dos espaços livres públicos, no caso específico, praças, largos e áreas verdes cadastrados na Prefeitura Municipal de Erechim, sobreposto ao perímetro dos bairros permite entender a distribuição desses espaços na cidade. Como o foco da pesquisa são os bairros periféricos que não dispõem de praças, os demais bairros são descartados. Nesses bairros a caracterização das áreas verdes públicas por meio da análise de fotointerpretação visa verificar a situação do espaço e avaliar se podem ser entendidos como vazio urbano. A classificação comporta atributos referentes aos tipos de vazio conforme o quadro elaborado a partir da revisão teórica já apresentada, Quadro 1, dos tipos estrutural, projetual e conjuntural.

²⁷ Conceituadas pelo arquiteto McHarg (ÁLVAREZ, 2017).

Na **avaliação das possibilidades de reinserção socioespacial dos vazios urbanos** são analisados três espaços, correspondente aos tipos²⁸ projetual e estrutural. Para determinar os bairros passíveis de serem estudados foram definidos critérios de seleção a partir do referencial teórico com aspectos que se mostram importantes no processo de expansão urbana e se enquadram na temática investigada. Os bairros que interessam essa pesquisa devem atender aos critérios estabelecidos:

- a) Localizados em regiões periféricas ao núcleo central de Erechim que tenham espaços livres públicos que não estão efetivamente implantados, inseridos em zonas de baixa integração ao sistema de espaços livres com pouca ou nenhuma área de lazer (CORRÊA, 1995; VILLAÇA, 1998; MARICATO, 2002; SPOSITO, 2004; BRITES, 2017; QUEIROGA, 2011; MACEDO *et al.*, 2007; LEMOS, MARX, 2019; QUEIROGA E SAKATA, 2021);
- b) Dispor de população com características sociais que compreendem faixas de rendas entre média baixa e baixa (MARICATO, 2002).

Posteriormente, em relação à estrutura interna das áreas verdes públicas, considera-se como critério de escolha para a investigação, a existência de algum tipo de mobiliário no local, visto que as condições físicas do espaço também influenciam na apropriação (TENÓRIO, 2012; GEHL, 2013).

Na leitura da escala do vazio urbano é realizado estudo de campo para investigar aspectos socioespaciais da situação atual do espaço e sua real apropriação, ainda que não quantificada de modo exato, mas sim de modo expedito a partir de observações de quantidades aproximada de pessoas em diferentes momentos que permitem obter resultados que apoiam as análises. A abordagem utilizada se estruturou na observação não participante²⁹ e estabeleceu-se para a ida a campo³⁰ quatro momentos nos turnos matutino e vespertino, nos

²⁸ O vazio conjuntural foi descartado pois como refere-se à falência de empresas, como as áreas ferroviárias abandonadas que embora sejam espaços importantes que podem ser reinseridos na dinâmica urbana, não se enquadra no caráter público que são os espaços que interessam esta pesquisa.

²⁹ A observação de campo teve como base a estrutura sistemática, que é indicada para pesquisas com objetivo de descrever fenômenos a fim de alcançar objetivos pretendidos. Para isso, a partir dos objetivos da pesquisa é elaborado previamente um plano estabelecendo o que deve ser observado, os momentos e as formas de registro (GIL, 2008). Desse modo, são determinadas as categorias que podem contribuir na organização das informações: atos, atividades, significados, participação, relacionamentos, situações (LOFLAND, 1971).

³⁰ Foi realizado o registo fotográfico e anotações realizadas à campo, das peculiaridades locais, dos fenômenos observados. Em pesquisas de abordagem social são observados o contexto - descrição do local e das pessoas - os comportamentos sociais (GIL, 2008).

horários de 10h e 17h, em um dia de semana e um no final de semana³¹. O estabelecimento dos parâmetros de análise está baseado na pesquisa bibliográfica conforme exposto a seguir:

- a) Avaliar a inserção urbana³², a configuração espacial e as condições físicas do espaço (HOLANDA, 2002; TENÓRIO, 2012);
- b) Observar como o conjunto de pessoas³³ se apropria do espaço e caracterizar brevemente os grupos sociais (GIDDENS, 1989, 2008; CARLOS, 2007; MENDONÇA, 2007; CAMPOS et al., 2008; CACCIA, 2011; GUATELLI, 2012; TENÓRIO, 2012; GEHL, 2013; LOBODA, 2016);
- c) Caracterizar as atividades realizadas no local, a área que utilizam, locais de interação entre os diferentes (CARLOS, 2007; MENDONÇA, 2007; CAMPOS et al., 2008; CACCIA, 2011; GUATELLI, 2012; TENÓRIO, 2012; GEHL, 2013; LOBODA, 2016; VOGEL, 2017);

Os dados coletados com base nesses parâmetros são organizados a partir da estrutura analítica elaborada por Borde (2006) na escala da cidade e do vazio urbano. Contudo, entende-se a necessidade de adaptar os elementos de análise para uma leitura urbana voltada aos vazios urbanos de caráter público. Para analisar espaços públicos, há elementos fundamentais que influenciam na qualidade da vida urbana da população, sendo importante observá-los, avaliá-los e conhecê-los, a fim de identificar o desempenho social que o espaço tem. Utiliza-se como base o método elaborado por Tenório (2012) a partir do qual são inseridas as relações do espaço público com a cidade, as práticas sociais que acontecem e os seus respectivos agentes.

Na escala da cidade foi incluída a inserção urbana, englobando morfologia, sistema viário, acessos, usos do solo e na escala do vazio urbano foram inseridos aspectos sobre a estrutura interna do espaço, como topografia, estado de manutenção, mobiliário e práticas sociais, abordando atividades e faixas etárias. Essa análise é realizada para cada um dos locais estudados conforme o Quadro 3 que é preenchido da seguinte forma: as categorias que dispõem de múltiplas opções a classificação que o objeto de estudo se enquadra é marcado na cor cinza e os demais aspectos são descritos.

³¹ As observações aconteceram no período entre os meses de fevereiro e março de 2021. Devido ao cenário pandêmico da COVID-19, as visitas a campo foram realizadas seguindo os protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

³² O objetivo é entender a infraestrutura, o sistema viário e os acessos, as principais conexões, os usos do solo predominantes do entorno, morfologia.

³³ Relação das pessoas com o objeto de estudo.

Quadro 3 Critérios de Análise Socioespacial

ANÁLISE SOCIOESPACIAL DOS VAZIOS URBANOS PÚBLICOS				
ESCALA DA CIDADE				
Inserção Urbana				
Morfologia				
Sistema Viário				
Acessos				
Usos do Solo				
Quanto ao tecido urbano				
Consolidado	Em consolidação	Em formação	Remanescente de intervenção urbana	Franjas de intervenção
Situação Fundiária				
Público		Privado	Conflito	
Permanência				
Novo		Semi-novo	Histórico	
Localização – Grau de consolidação				
Vazio central		Vazio periférico		
Meio ambiente				
Preservação ambiental		Conflito Ambiental		
ESCALA DO VAZIO URBANO				
Dimensão				
Intersticial		Intermediário	Grande Gleba	
Condições de Conservação				
Conservado	Preservado	Interrompido	Degradado	Ruína
Usos e Ocupação				
Desafetada	Desocupada	Subutilizada		Desestabilizada
Uso anterior	Ocupação anterior	Estacionamento / Atividades culturais/lazer		Obsoleto / Provisório
Relação com a área de entorno - impacto morfológico				
Cisão espacial	Alteridade	Transbordamento	Integração	Circulação
Normativa Urbanística				
Estrutura Interna				
Topografia				
Estado de Manutenção				
Mobiliário				
Práticas Sociais				
Atividades				
Faixas Etárias				
Relações				

Fonte: Baseado em Borde (2006) e em Tenório (2012), adaptado pela autora, 2021

As observações locais e análises exploratórias resultam no entendimento da dinâmica socioespacial existente que permite avaliar os principais aspectos que possam revelar as possibilidades de inserção desses locais ao sistema de espaços livres de Erechim e outros usos de interesse para a vizinhança incluindo a incorporação ao sistema urbano e às relações

sociais, especialmente em áreas periféricas. A estruturação das orientações de reinserção socioespacial das áreas verdes públicas em situação de vazio urbano engloba três eixos, inserção urbana, estrutura interna do vazio urbano e práticas sociais (Quadro 4), visando contribuir no aproveitamento dos locais investigados.

Quadro 4 Estrutura para as orientações de reinserção socioespacial

ORIENTAÇÕES PARA REINERÇÃO SOCIOESPACIAL	
Inserção Urbana	
Morfologia	
Sistema Viário	
Acessos	
Usos do Solo	
Estrutura Interna do Vazio Urbano	
Topografia/ Cobertura do Solo	
Estado de manutenção	
Mobiliário	
Práticas Sociais	
Atividades	
Faixas Etárias	
Relações	

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Diante do exposto, o fluxo da pesquisa segue três etapas principais conforme os procedimentos metodológicos e técnicas apresentados nesse capítulo (Figura 3).

Figura 3 Estrutura dos procedimentos metodológicos



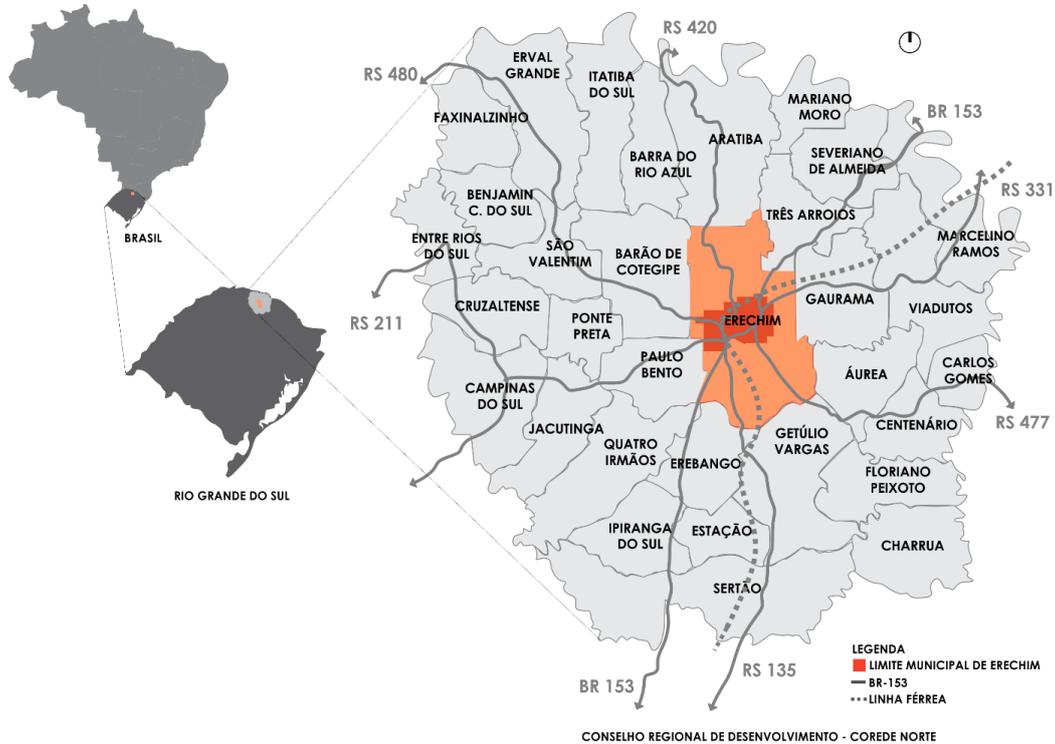
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

4 OCUPAÇÃO HISTÓRICA, TECIDO URBANO E ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: CONFORMAÇÃO DE ERECHIM

Este capítulo apresenta a linha temporal da expansão urbana de Erechim. O espaço urbano é resultado da ação humana, da sociedade em busca das vantagens da aglomeração, sobre uma base territorial específica de cada região. Nessa abordagem o intuito é aproximar-se do processo de crescimento da cidade para identificar fatores que influenciaram nas transformações socioespaciais até a conformação urbana atual visando entender os diferentes atores formadores do espaço urbano e como se configuram os espaços vazios decorrentes dessas ações.

Erechim tem 103 anos e está localizada na região norte do estado do Rio Grande do Sul, cerca de 360km da capital do estado, Porto Alegre. A cidade destaca-se pelo plano urbano de implantação oriundo de um projeto geral de ocupação e uso do solo em que sua estrutura morfológica se diferencia dos traçados das malhas urbanas reticuladas tradicionais pela sobreposição de vias diagonais. No momento a população corresponde a cerca de 106.633 habitantes (IBGE, 2010), área territorial de 429,204 km² (IBGE, 2010) e segundo a Prefeitura Municipal o perímetro urbano corresponde a 69,46 km². Erechim polariza atividades socioeconômicas de 32 municípios de até cinco mil habitantes e conecta-se com diversas rodovias, sendo a BR-153 o principal acesso e percorre toda extensão da cidade (Figura 4). Os limites territoriais são os municípios de Aratiba e Três Arroios ao norte, Getúlio Vargas e Erebangó ao sul, Gaurama e Áurea ao leste e Paulo Bento e Barão de Cotegipe a oeste (PREFEITURA MUNICIPAL, 2020). A economia de Erechim é baseada no setor terciário, seguido dos setores secundário e primário (PREFEITURA MUNICIPAL, 2020). Segundo pesquisas do Sebrae/RS (2020), cerca de 94% da população habita em área urbana, sendo que 55% desses domicílios pertencem à classe C.

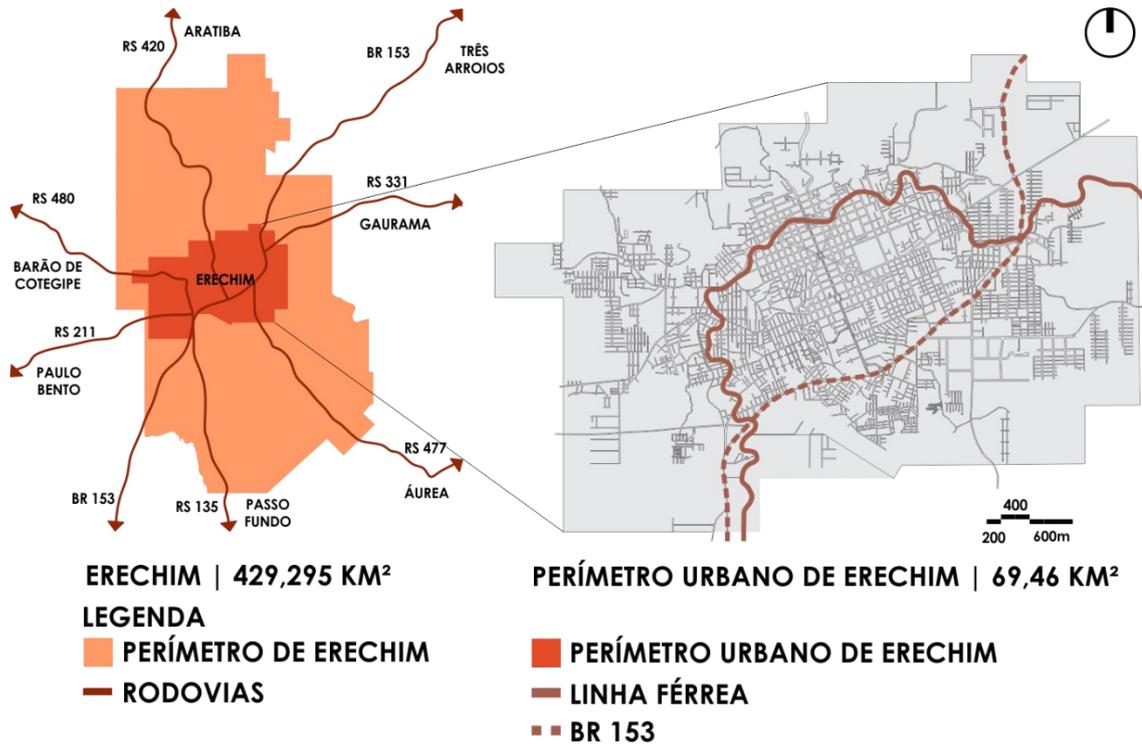
Figura 4 Localização de Erechim



Fonte: Base do Atlas Socioeconômico RS, elaborado pela autora 2021.

A linha férrea que atualmente percorre toda extensão territorial de Erechim foi o principal condicionante para a implantação do núcleo urbano e direcionou a posterior expansão, sendo que uma parte considerável da ocupação urbana está localizada ao sul da linha. O espaço urbano da cidade é composto pela área central de malha regular com zonas de menor regularidade nas expansões, que dependendo do momento de implantação houve a necessidade de adaptar a malha à topografia através de diversos modelos de malha urbana (Figura 5). Esses distintos tipos de malha localizam-se ora adjacentes ao tecido existente, ora implantados mais distantes, criando espaços não ocupados no perímetro urbanizado. Isso se deve pelo planejamento urbano não priorizar a continuidade da malha existente a longo prazo, por conta disso, esses núcleos urbanos se espalharam descontroladamente pelas áreas de maior disponibilidade e rentabilidade para os investidores.

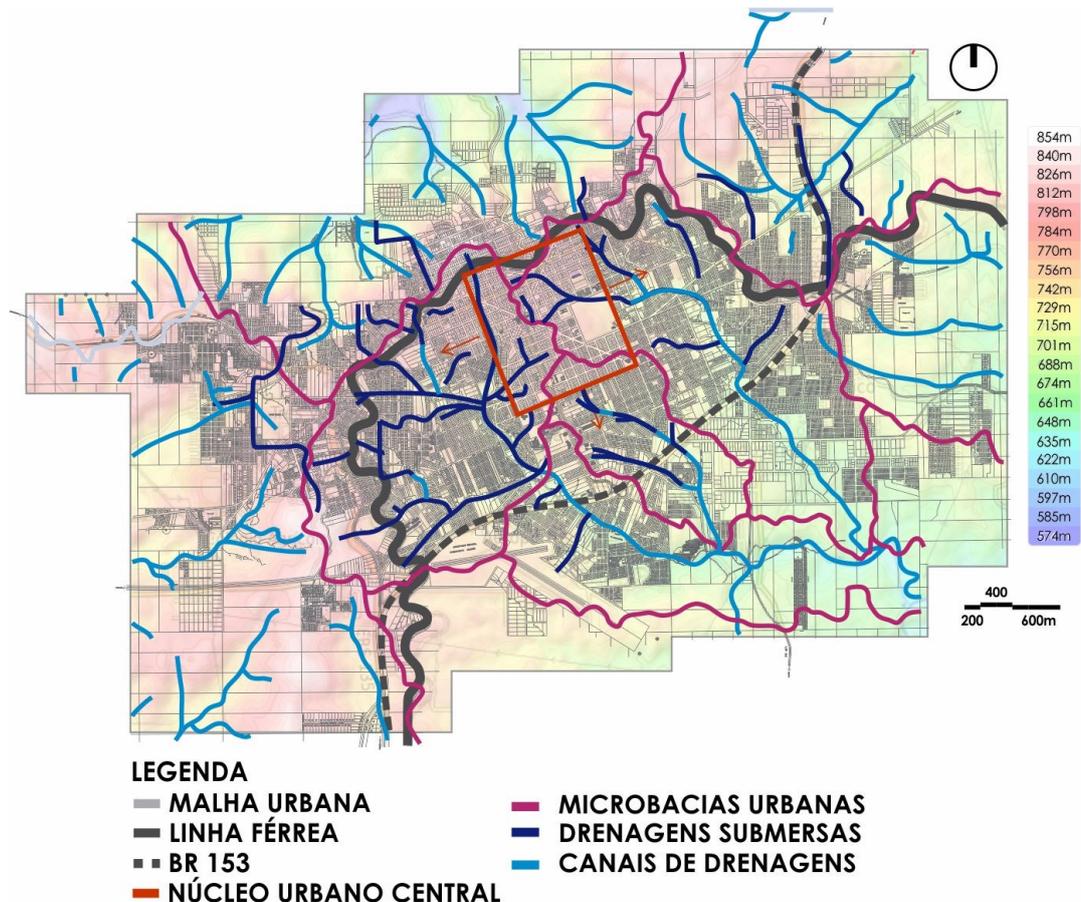
Figura 5 Espaço urbano atual de Erechim



Fonte: Mapa obtido na Prefeitura Municipal com edição da autora, 2019.

Neste momento, antes entrar nos aspectos urbanos se faz necessária uma descrição expedita de aspectos ambientais, tais como topografia, hidrografia e cobertura vegetal, pois as características locais são fundamentais para a compreensão das relações entre ambiente natural e espaço urbano. Erechim está situada sobre a cordilheira da Serra Geral, com topografia ondulada, num terreno irregular de médias alturas a 783m do nível do mar. A diversidade topográfica é um dos direcionadores do crescimento urbano, pois ao norte existe um vale onde a ocupação é desaconselhável e ao sul a região de planalto é propícia para a expansão urbana (AVER, 2008). Os vales conformam algumas bacias hidrográficas, como Bacia do Rio Dourado, Bacia do Rio Suzana, Bacia Lajeado do Banhado, Bacia Médio e Alto Rio Tigre e Bacia do Lajeado Henrique (ZANIN, 2002). Além disso, a maior parte dos cursos d'água na área central encontram-se, atualmente, canalizados e nas áreas periféricas há maior quantidade de cursos d'água abertos, onde o traçado é mais orgânico em determinados pontos adaptado às curvas de nível (Figura 6).

Figura 6 Topografia e Hidrografia de Erechim



Fonte: Base em Furlan, Murara (2018) e em *Topographic-map*, com edição da autora, 2021

O entorno do núcleo central é conformado por nascentes e corpos d'água que configuram pequenos vales. O município faz parte da Mata Atlântica e esses vales eram originalmente cobertos pela Floresta Mata Atlântica com Araucárias e Floresta Estacional Semidecidual (BRANDALISE *et al.*, 2019). Também se destaca o Parque Municipal Longines Malinowski³⁴ que comporta uma mata nativa densa com grande área de vegetação preservada. Além desses, o Vale do Rio Dourado é outra área com cobertura vegetal preservada localizada entre as regiões norte e noroeste, uma paisagem com várias ravinas e talvegues de grande declividade (Figura 7).

³⁴ Além de sua relevância histórica, se destaca na paisagem erechinense em meio ao tecido urbano consolidado, remanescente da Floresta com Araucárias (BRANDALISE *et al.*, 2019; ZANIN, 2002). O espaço que era utilizado pelos moradores somente para caminhadas no seu perímetro, teve uma adaptação em partes de suas bordas através de uma intervenção em 2015 com adaptações para apropriação com áreas de estar, playground, churrasqueira, bicicletário com bicicletas públicas, ciclovia no perímetro externo, permitindo maiores possibilidades apropriação e práticas sociais em conjunto com a preservação ambiental.

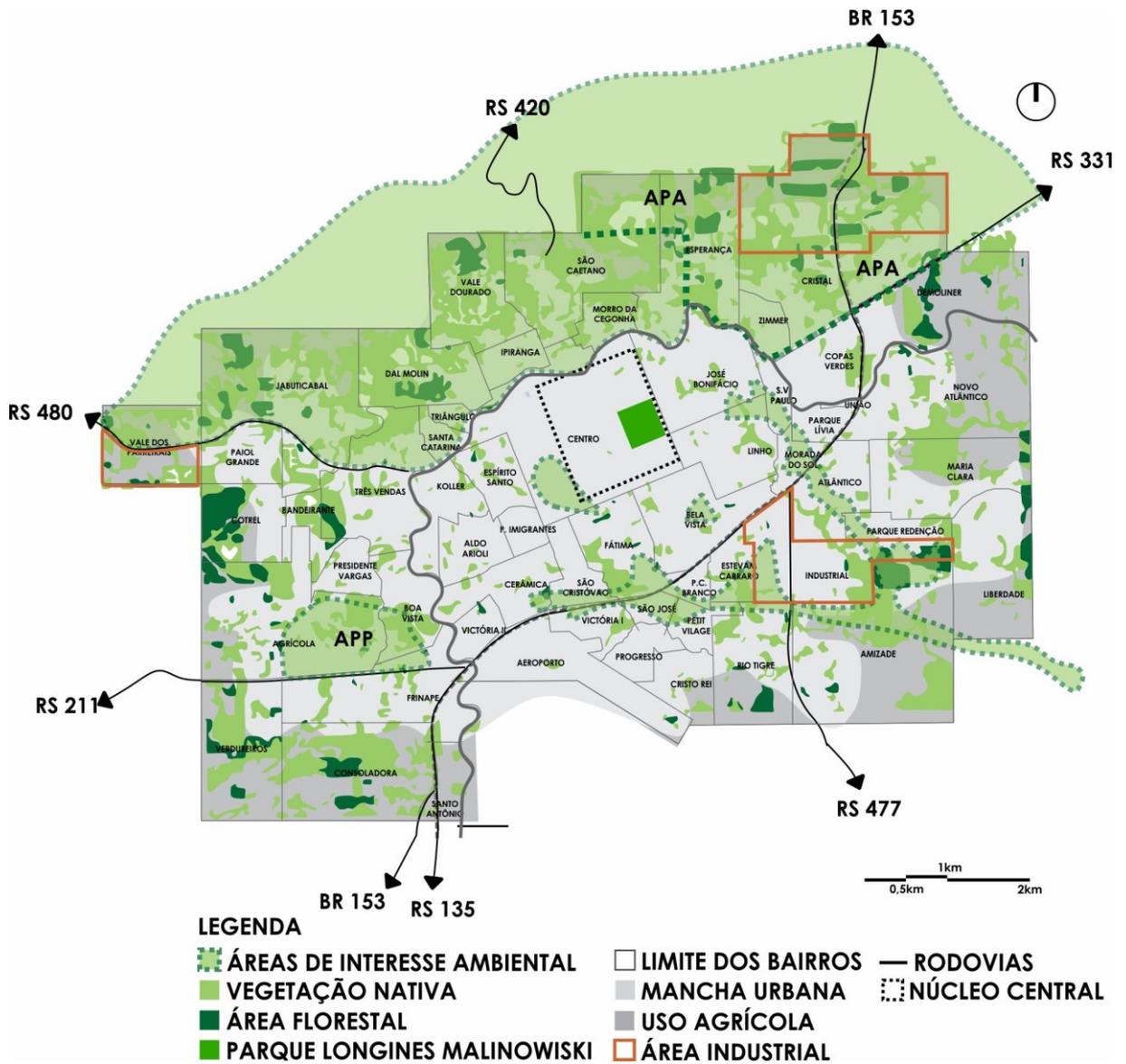
Figura 7 Parque Longines Malinowski e Vale do Dourado



Fonte: *Google Street View* e acervo da autora, 2020

Os fragmentos de vegetação nativa e florestal do perímetro urbano de Erechim são desiguais, diferem nas dimensões, formas, localização, topografia e integração ao urbano. A partir de bairros centrais, que dispõem de índices menores, esses fragmentos estão localizados de modo disperso e radial, aumentando a proporção conforme se aproxima das bordas do perímetro urbano. Especialmente as regiões norte, nordeste e noroeste dispõem de declives acentuados, desse modo, a maior presença de vegetação nesses locais é decorrente da existência de declives do relevo irregular que dificultam a urbanização. Além disso, há alguns remanescentes intraurbanos em diversas manchas da malha urbana (BRANDALISE *et al.*, 2019; ZANIN, 2002). As áreas de interesse ambiental estão ao sul em regiões segregadas e próximas à BR-153 e a oeste próxima à linha férrea. As Áreas de Preservação Permanente (APP) e as Áreas de Preservação Ambiental (APA) encontram-se onde o traçado urbano não adentra, como o Vale do Dourado. A mancha urbana e as áreas vegetadas possuem na sua borda áreas utilizadas para a produção agrícola (Figura 8).

Figura 8 Aspectos Ambientais de Erechim



Fonte: Mapa baseado em Brandalise *et al* (2019) e em Furlan, Murara (2018), com edição da autora, 2021

A configuração atual de Erechim não difere, de modo geral, do padrão das cidades médias brasileiras, mas apresenta certas especificidades socioculturais, políticas e econômicas ao longo de sua evolução, das quais é desenvolvida uma breve descrição analítica apresentada abaixo. A partir dessas informações gerais, apresenta-se a linha temporal construída com base nos recortes temporais estudados para verificar o processo da ocupação histórica da cidade.

4.1 PROCESSO DA OCUPAÇÃO HISTÓRICA DE ERECHIM

Neste momento da pesquisa realiza-se o levantamento e a investigação de diversos períodos históricos através de mapas, fotografias, livros, trabalhos acadêmicos que contêm informações que permitem a construção da linha temporal de Erechim. Essas informações são analisadas a fim de entender as dinâmicas urbanas e suas relações na configuração do espaço urbano bem como os processos socioeconômicos envolvidos no surgimento dos vazios urbanos em diversas camadas históricas da cidade.

4.1.1 Décadas de 1900 a 1920: a colonização

Erechim nasce num contexto de diversas transformações no Brasil e no Rio Grande do Sul. Com a implantação da República, a Constituição de 1891 criou os Estados e proporcionou aos governos estaduais autonomia nos seus processos de desenvolvimento. No início do século XX o governo estadual instaurou o processo de ocupação das terras localizadas da região norte do Rio Grande do Sul, região onde foi implantado o núcleo urbano de Erechim. Anterior à colonização essas terras eram habitadas por índios Kaingang, bandeirantes paulistas, a partir dos quais originaram-se os caboclos e tropeiros que se fixaram ali. Na segunda metade do século XIX as matas foram invadidas por foragidos de revoluções, da justiça e intrusos que tomavam as terras do estado. Nesse contexto, para conter a ocupação irregular o governo estadual nomeia Torres Gonçalves como chefe da diretoria de Terras e Colonização, criando uma política de colonização do Alto Uruguai (SCHMIDT, 2009).

Conforme Fünfgelt (2004), a ocupação da cidade se deu a partir do plano de Imigração e Colonização do Estado com a demarcação de terras em 1904 junto ao traçado da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). A região próxima à estação ferroviária era comandada pelo órgão estadual que estruturava o traçado das vilas, a divisão dos lotes rurais e dava o suporte aos imigrantes de diversas etnias. A ferrovia destaca-se no processo de ocupação pelas conexões com as demais regiões que facilitavam o transporte de pessoas e matéria-prima (Figura 9).

Figura 9 Plano Geral da Colônia de Erechim de 1913



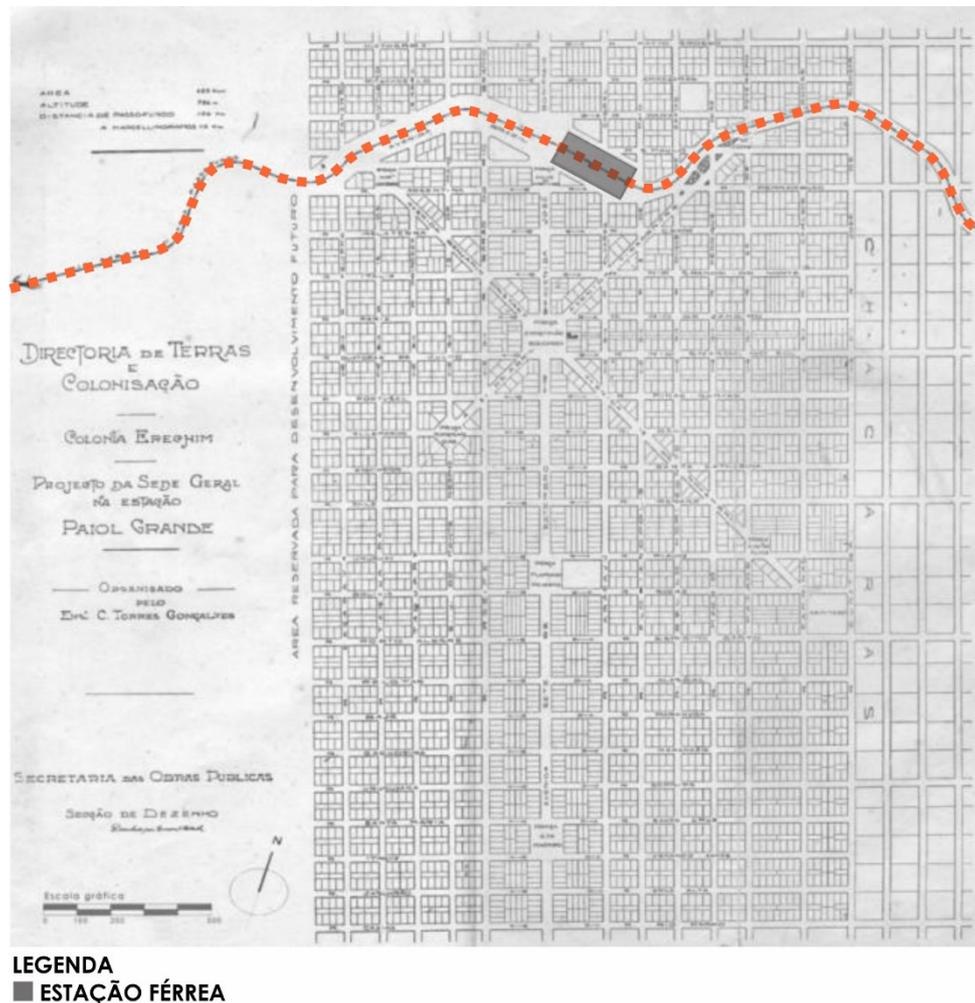
Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020.

Em 1909 o primeiro povoado da sede é implantado no local correspondente hoje à cidade de Getúlio Vargas (C.E.S.E.,1979, p.115) ocupado em 1910 a partir da construção do escritório da Comissão de Terras, barracões para hospedagem dos imigrantes de nacionalidade alemã, francesa, italiana, austríaca (FÜNFELT, 2004). Essas famílias instalaram-se em pequenas propriedades rurais, as colônias, e recebiam lotes para cultivo de produtos para subsistência e comercialização (SCHMIDT, 2009). No entanto, essa estrutura estava se tornando insuficiente e em 1913 teve início a discussão sobre a realocação da sede da colônia para Paiol Grande, atual Erechim. A nova sede foi instalada nas proximidades da estação ferroviária e devido ao grande número de edificações, já havia a necessidade de planejar a organização física do povoado (AVER, 2008).

A ocupação planejada de Erechim a partir dos direcionamentos do Estado teve como princípio desenvolver a economia e solucionar o excedente populacional na serra gaúcha. Essa conjuntura foi possível pela mão-de-obra qualificada e vinda de famílias para a região (SCHMIDT, 2009). A implantação do traçado urbano elaborado pelo engenheiro Carlos

Torres Gonçalves (Figura 10) ocorreu em 1914 após adequar o projeto à topografia irregular. Assim, “[...] o planejamento da sede toma como ponto de partida o traçado das vias, considerando, como função primordial da cidade, a circulação” (FÜNFGELT, 2004, p.19). O projeto comportava 589 hectares para abrigar 15.000 habitantes e buscou se adequar ao Decreto Estadual nº 247 de 19 de agosto de 1899 que regulamentava a organização das colônias. A área destinada para expansão com esboço de arruamento estava a leste e a região oeste contemplava uma área para desenvolvimento posterior (AVER, 2008).

Figura 10 Plano Urbano de Erechim de 1914



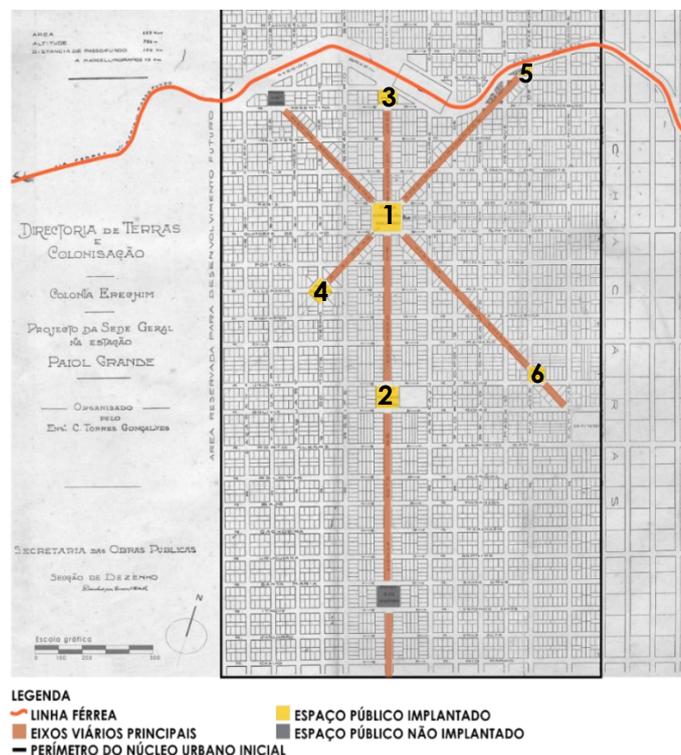
Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020.

A implantação da malha urbana da área central de Erechim é inspirada no traçado urbano de Paris do século XIX, em que o Barão de Haussmann abriu o tecido medieval da cidade com avenidas radiais em determinados pontos. Dez avenidas convergem para um ponto central, atual Praça da Bandeira, estruturada por uma avenida no sentido norte-sul de onde partem as demais vias em traçado xadrez com quadras regulares e triangulares. O

entorno dessa praça era composto pela sede da Comissão de Terras e posteriormente pela prefeitura, catedral e fórum, reflexo do ideal da primeira modernidade caracterizado pela concentração de funções (SCHMIDT, 2009). Nesse período com economia rural predominante, a mancha urbana crescia com certo controle, quase nenhum processo de especulação da terra e algumas ocupações informais.

No que diz respeito aos espaços públicos, oito praças foram projetadas nas vias diagonais e em suas extremidades, exceto na via diagonal sudeste que dispõe do cemitério municipal (AVER, 2008). Dessas praças, atualmente seis permanecem no espaço urbano com diferentes estados de conservação. As vias diagonais, característica do plano original, eram a principal característica do traçado. No entanto, já se notava a tendência de expansão para o quadrante sul, gerando uma malha distinta conformado por quadras irregulares na área central e regulares nas áreas periféricas. Desse período, seis praças foram implantadas, sendo que cinco delas são espaços remanescentes da implantação do traçado viário: Praça da Bandeira, Daltro Filho, Jayme Lago, Albano Stumpf, Júlio de Castilhos, e a Praça Vera Cruz é integrada na malha urbana. Esse cenário reflete a preocupação dos planejadores da época em dispor espaços públicos de forma equilibrada na malha urbana, buscando atender diversas regiões da cidade (Figura 11 e 12).

Figura 11 Localização das praças no Plano Urbano de 1914.



Fonte: Mapa obtido no Arquivo Histórico Municipal com edição da autora, 2021.

Figura 12 Praças implantadas do Plano de 1914: 1. Praça da Bandeira, 2. Jaime Lago, 3. Júlio de Castilhos, 4. Daltro Filho, 5. Albano Stumpf, 6. Vera Cruz.



Fonte: Acervo da autora, 2020

Erechim foi emancipada em 30 de abril de 1918 com o nome de Vila Boa Vista (Figura 13) (FÜNFGELT, 2004). O Decreto Municipal nº 17 de 02 de janeiro de 1919, estabeleceu o perímetro urbano e suburbano da vila (C.E.S.E., 1979, p.29). A regulamentação do município ocorreu pela lei orgânica de Passo Fundo, município de origem até 1920, quando foi decretada a lei orgânica de Erechim (FÜNFGELT, 2004).

Figura 13 Erechim em 1918



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2021

Até meados dos anos 1920 a implantação do traçado estava consolidada com a presença de vias, quadras, praças. A região norte se transformou com maior expansão em função dos processos e determinantes naturais (declividades, drenagem) e de acessibilidade (ferrovia, estradas). A estrutura urbana se organizava a partir da estação férrea, que era o principal acesso à cidade, movimentando suas adjacências pela circulação de pessoas pelo uso do solo. Em contrapartida, a região sul estava menos desenvolvida e segregada ao traçado (Figura 14).

Figura 14 Erechim na década de 1920



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2021

4.1.2 Década de 1930: a estruturação urbana

Na década de 1930³⁵ o estado do Rio Grande do Sul se tornou mais influente no cenário nacional pelo predomínio da agricultura em paralelo à implantação de indústrias. Em 1931 o governo estadual determinou alterações no plano urbano inicial de Erechim mantendo a área central e alterando a região que não poderia ser implantada pela incompatibilidade ao relevo. A nova malha seguiu a topografia e os cursos d'água, resultando numa corporificação do traçado das cidades jardins. Algumas praças permaneceram e foram inseridas áreas verdes no interior de determinadas quadras, no entanto, este plano foi implantado parcialmente (FÜNFGELT, 2004). A partir de análises na malha urbana atual pode-se afirmar que a única região implantada desse traçado está localizada a sudoeste no entorno da atual Praça Daltro Filho (Figura 15).

³⁵ Período do início da Era Vargas no qual Getúlio Vargas foi o presidente do Brasil até 1945.

Figura 15 Novo Plano Urbano, 1931



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, com adaptação da autora, 2021.

O primeiro Código de Construções para Boa Vista do Erechim foi implementado pelo Ato nº 73 de 23 de março de 1933 (AVER, 2008) e as normas impostas geraram um cenário onde moradores de menores faixa de renda residiam nas áreas mais afastadas (SCHMIDT, 2009). A partir dessa informação é possível identificar o início da ocupação nas áreas periféricas da cidade pelas camadas populares, já apontando a influência da legislação na estrutura urbana em termos de segregação visando a valorização da área central.

Após a implantação pontual de uma parte da estrutura urbana em 1931, a planta urbana de 1936 (Figura 16) recebeu 2500m² destinada aos lotes para baixa renda e o loteamento Chácaras para os Indigentes foi projetado pela Inspetoria de Terras do Nordeste. Em 1938, a sede municipal passou a ser cidade e os distritos, vilas, e o perímetro urbano e suburbano sofreram alterações excluindo lotes da região sul e incluindo quadras da região nordeste. Em 1939, o Estado repassou para a administração de Erechim cerca de 390 mil m² (FÜNFGELT, 2004)

Figura 16 Planta Urbana de 1936 – Parte urbana e suburbana



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, com adaptação da autora, 2021

O Decreto nº 8.053, 1939 que regulamentou todas essas transformações possuía as seguintes ressalvas:

1. Mantenha o município o atual traçado do projeto urbanístico, modificando-o somente mediante autorização especial do Estado;
2. Conserve as condições de concessão estatuídas pelo Regulamento de Terras em vigor;
3. Inalienabilidade da área ainda não ocupada pelo povoado e destinada a seu desenvolvimento.

As transformações ocorridas durante esse período (Figura 17) e as doações de áreas para a implantação de habitações populares nas regiões periféricas mostram claramente a intenção da legislação em manter a área central para as classes hegemônicas, excluindo a população mais carente dessa dinâmica. Essa conjuntura que deixou marcas no tecido urbano prevalece na cidade até os dias atuais.

Figura 17 Vista parcial de Erechim na década de 1930



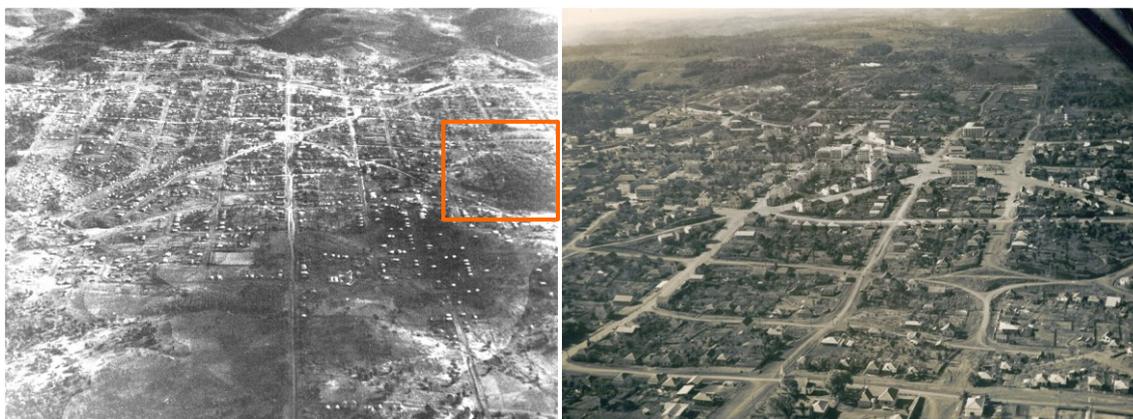
Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020.

4.1.3 Década de 1940 e 1950: o crescimento urbano

Nos anos 1940 as mudanças na gestão do espaço urbano alteram a regulação dos lotes, que deixam de ser responsabilidade estadual e passam ser encargo municipal (FÜNFGELT, 2004). No entanto, nesse período setores econômicos da construção civil e incorporadores assumem a iniciativa da implantação de loteamentos através de infraestrutura, plano viário e legislação, surgindo o empirismo e o imediatismo (CASSOL, 1979), fato que prevalece na década de 1950. O poder público municipal não conteve os empreendedores e essas transformações aconteceram sem um planejamento mais global da cidade, deixando a cargo de incorporadores a construção do espaço urbano em expansão que teve problemas, como pouca integração entre zonas e falta de áreas públicas nos novos loteamentos implantados em regiões periféricas.

O crescimento urbano significativo (Figura 18) é decorrente especialmente da produção, industrialização e comercialização de produtos agropastoris, extração de madeira (AVER, 2008), e o fortalecimento econômico tornou Erechim polo comercial da região, demandando a criação da pista de pouso fundada em 1941. Em 1944, o município é denominado Erechim. No final da década a cidade passa a ter o Parque Municipal Longines Malinowski, uma extensa área de vegetação nativa que até então era utilizada pela Comissão de Terras.

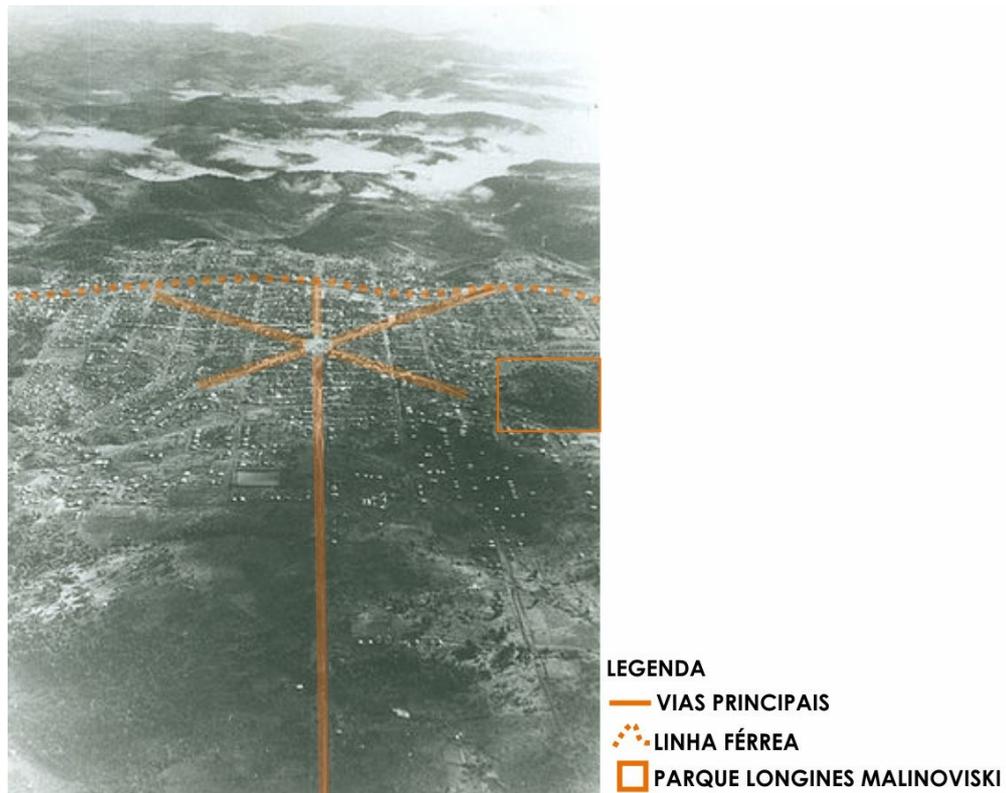
Figura 18 Erechim na década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020

A ilegibilidade da base cartográfica de 1936 não permite afirmar se houveram novas implantações de espaços livres públicos, entretanto, a partir da observação de uma fotografia geral da cidade de 1940 (Figura 19), destaca-se a presença do Parque Longines Malinowski. Além desse, há uma certa quantidade de vegetação arbórea remanescente do território original distribuída na área urbanizada nas vias e no interior das quadras, confirmando que a urbanização veio suprimindo e/ou substituindo a vegetação originária. Embora as áreas central e norte encontravam-se com maior densificação, a imagem revela ocupação dispersa em todo perímetro urbano e os terrenos vagos particulares geravam vazios intraquadra principalmente nas regiões sul e sudeste. Essa conjuntura origina diversos vazios urbanos por não priorizar o adensamento da área central, provavelmente pela valorização do solo nesses lotes e glebas maiores.

Figura 19 Erechim na década de 1940



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

Embora predominasse a atividade agrícola nos anos 1950, a expansão da atividade industrial alcança 4% da produção estadual (AVER, 2008) em que os altos índices de desenvolvimento alcançados por Erechim resultaram no aumento do proletariado e a população urbana ultrapassa a rural com crescimento de 6% ao ano (CASSOL, 1979) com consequente aumento da urbanização e ocupação de áreas até então vazias (Figura 20).

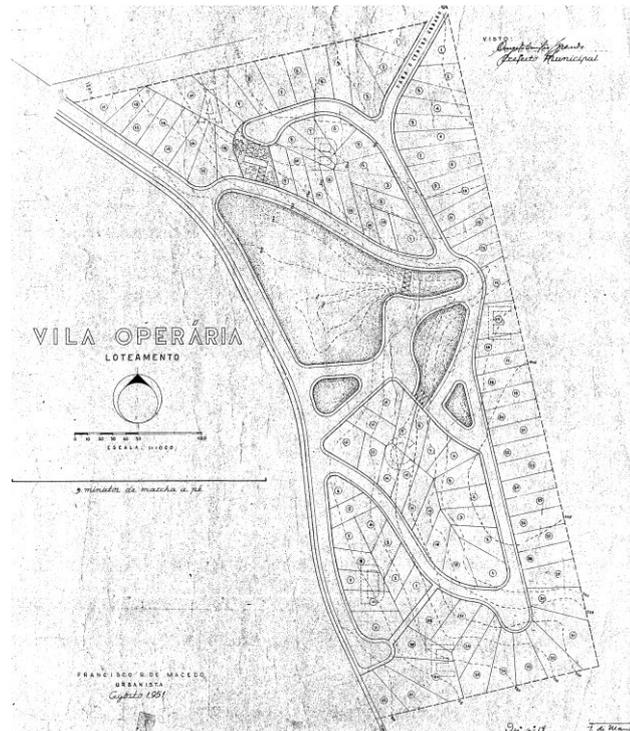
Figura 20 Erechim na década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020

Nessa conjuntura, o atendimento às demandas de habitação social estava insuficiente para comportar a população de baixa renda (AVER, 2008). Para suprir essa demanda, o urbanista Francisco Riopardense de Macedo projetou a Vila Operária na região sul em área afastada do núcleo central (Figura 21), criando uma ilha com traçado orgânico inserida na malha xadrez (FÜNFGELT, 2004).

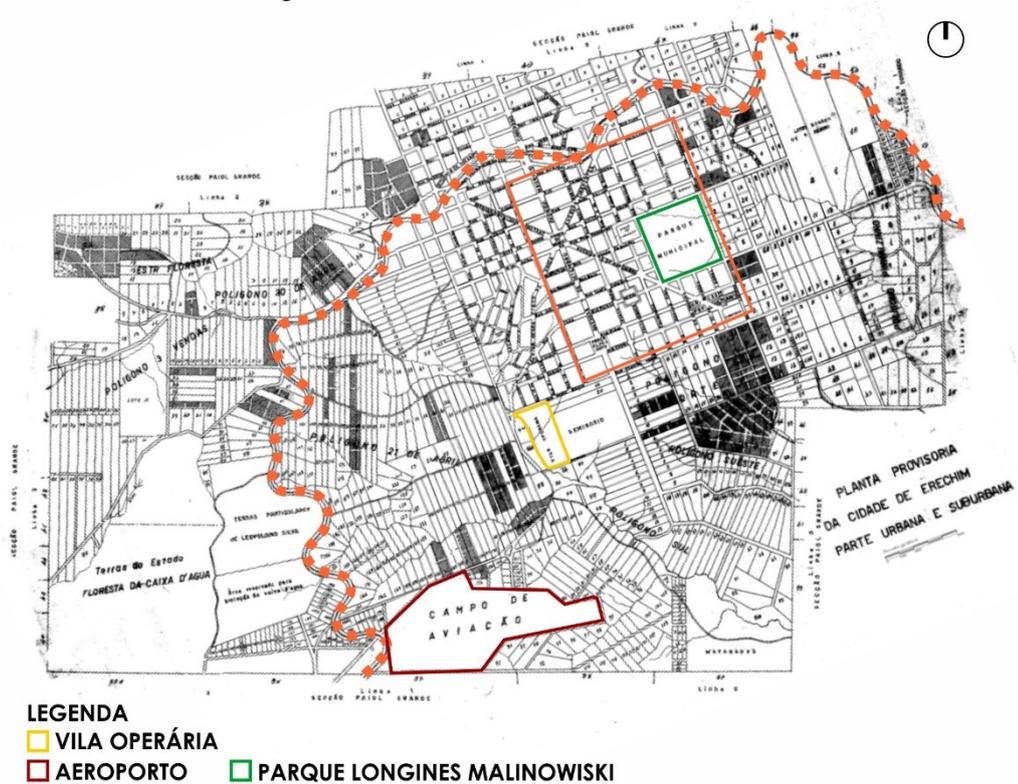
Figura 21 Projeto da Vila Operária



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020

A expansão na região noroeste teve início na implantação do Polígono 30 de Abril e Seção Floresta e em 1956 o Loteamento Progresso foi criado pela Secretaria de Obras do Estado também em área afastada. Os novos parcelamentos localizados em áreas suburbanas, portanto, fora da área projetada foram estruturados pelo estado e empresas particulares em regiões sem infraestrutura mínima: sistema viário e lotes com dimensões menores pela ausência de legislação urbanística que regulamentasse o parcelamento do solo (FÜNFGELT, 2004). A implantação de grandes frigoríficos na região oeste impulsionou o desenvolvimento da cidade pelo caráter industrial (AVER, 2008) (Figura 22). Nesse período novamente há o aumento da implantação de loteamentos populares em regiões afastadas do núcleo consolidado por iniciativa do governo estadual e investidores, fortalecendo a ocupação em áreas periféricas sem estrutura adequada para a população de baixa renda.

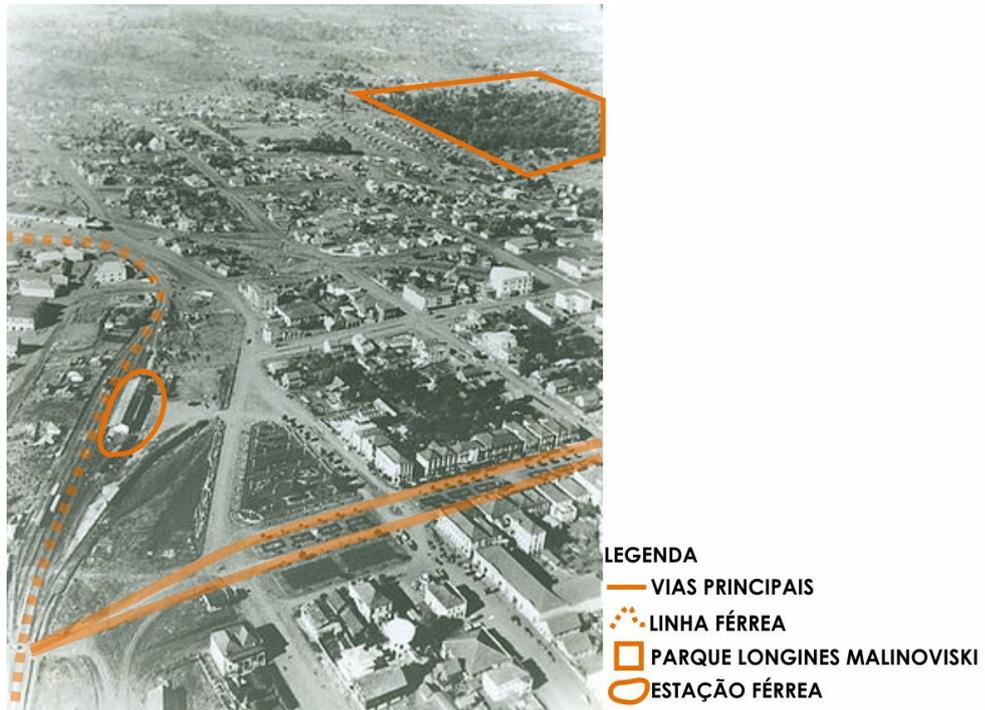
Figura 22 Planta de Erechim na década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, com adaptação da autora, 2021

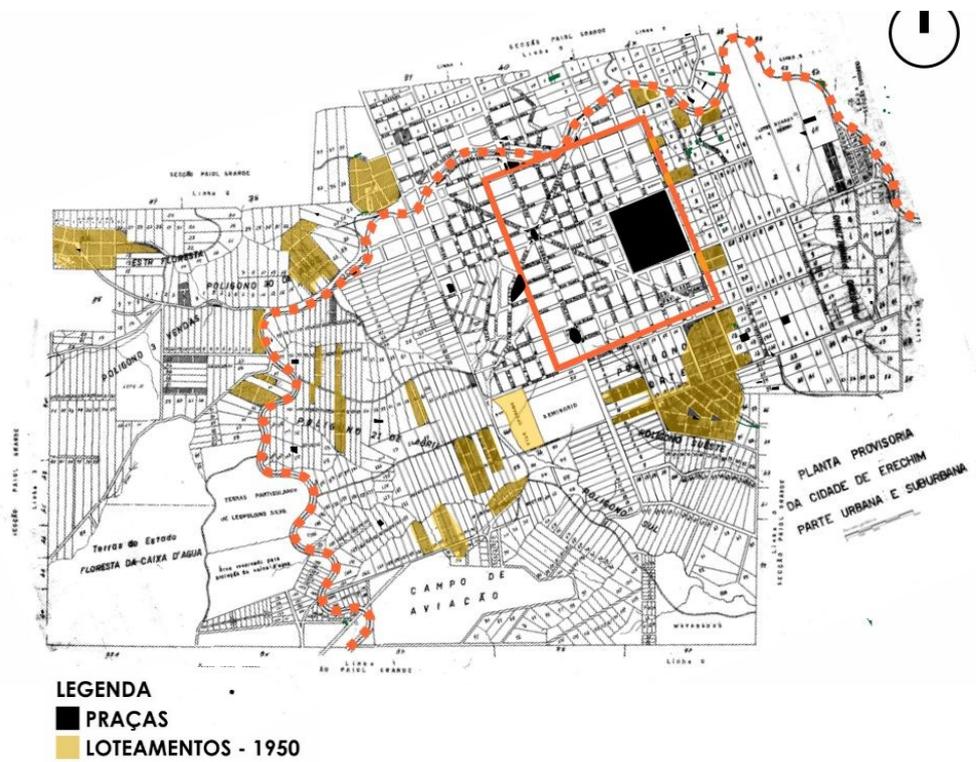
A década de 1950 foi o auge do desenvolvimento de Erechim (Figuras 23 e 24) pela vinda de indústrias, reurbanização e implantação de loteamentos residenciais em áreas periféricas. Houveram mínimas alterações no perímetro mantendo a concentração de lotes no núcleo central e a implantação de ocupações com orientação diferente do tecido existente resultando em conflitos físicos que impedem a continuidade do traçado original, pois a malha das regiões periféricas inicia a partir do prolongamento da linha férrea. Continua sendo observada a ocupação dispersa com terrenos particulares vagos e vegetação nas quadras em todo tecido urbano. Os novos espaços livres públicos são remanescentes viários localizados na região sudeste, assim como os espaços livres públicos já identificados.

Figura 23 Erechim na década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

Figura 24 Planta de Erechim na década de 1950



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

4.1.4 Década de 1960 e 1970: a estagnação

A Viação Férrea na década de 1960 entra em decadência pelo crescimento do transporte rodoviário impulsionado pelo Governo JK, contribuindo para a estagnação da economia e prejudicando o desenvolvimento da cidade pois até então a conexão com Santa Catarina era por balsa (FÜNFGELT, 2004). As pessoas que chegavam em Erechim (Figura 25) tinham dificuldade de encontrar emprego e moradia e para solucionar parte desse problema em parceria com a antiga Cooperativa Habitacional do Estado – COHAB foram construídos os primeiros núcleos de casas. Na área central foi construído o Viaduto Ruben Berta (AVER, 2008).

Figura 25 Erechim na década de 1960



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020

De acordo com Fünfgelt (2004), durante 68 anos o desenvolvimento de Erechim foi regulamentado pelo Código de Obras da década de 1930, que apesar de estabelecer algumas regras não atendia às necessidades do crescimento populacional. O Regulamento sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde pública da Lei Estadual 6503/72 e Decreto 23430/74 eram base de análise para os projetos e continham regras gerais para o parcelamento do solo. No entanto, na Lei não havia preocupação com espaços livres públicos, mostrando que esses espaços não eram prioridade no planejamento urbano. Já o Decreto apresentava algumas questões sobre esses espaços:

Art. 152 – A área mínima reservada a espaços abertos de uso público, compreendendo sistema viário e sistema de recreação, deve ser de 30% (trinta por cento) da área total da gleba a ser loteada.

§ 1º - Para efeitos deste artigo, consideram-se sistema de recreação as áreas destinadas a praças, jardins e parques de uso público.

§ 2º - As glebas a serem loteadas com área inferior a 10.000,00 m² (dez mil metros quadrados) estão isentas das exigências deste artigo.

§ 3º - A área de uso público deve ser distribuída em 10% (dez por cento) para o sistema de recreação e 20% (vinte por cento) para o sistema viário.

§ 4º - No caso de ser a área ocupada pelo sistema viário, inferior a 20% (vinte por cento) da área total a ser loteada, a diferença deve ser acrescida à área reservada para o sistema de recreação.

A construção da ponte que conecta o Rio Grande do Sul ao estado de Santa Catarina no ano de 1975 foi fundamental para o desenvolvimento econômico de Erechim (FÜNFGELT, 2004). Nessa década houve a necessidade de ampliar o perímetro urbano já que durante esse período surgiram diversos loteamentos distantes do núcleo central em área rural do município, contribuindo para o surgimento de vazios urbanos. A Câmara de Vereadores rejeitou a solicitação, mas na administração de 1977 foi aprovada a ampliação (AVER, 2008). O perímetro urbano passou de 480 ha para 2600 ha, transformando a área suburbana em urbana e a expansão se estruturou na implantação de loteamentos em diversas regiões com ocupação dispersa e densidade baixa (FÜNFGELT, 2004).

A emancipação de 14 distritos trouxe grandes perdas territoriais (AVER, 2008), diminuindo a área rural e aumentando a área urbana. Nos anos 1970 as indústrias na área central geraram problemas ambientais e além disso, a implantação da BR-153 e a falência do transporte ferroviário trouxeram transtornos de abastecimento. Nesse contexto a administração municipal criou o distrito industrial em 1979 próximo à rodovia para facilitar fluxos, organizar a implantação de indústrias e atrair novas empresas. As transformações econômicas e socioespaciais se materializaram no espaço urbano de Erechim e o aumento do perímetro urbano permite maiores implantações de loteamentos populares em áreas afastadas.

4.1.5 Década de 1980 e 1990: a industrialização

O início desse período ocorre logo após a promulgação da Lei Federal 6766 de 1979³⁶ que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano decorrente da necessidade nacional de regulamentar – tardiamente - os loteamentos urbanos, já que o crescimento muito rápido das cidades grandes e médias estava descontrolado, trazendo uma série de deseconomias para os municípios. Referente aos espaços livres públicos, a Lei 6766/1979 aborda que:

Art. 4o. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I - as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo;

³⁶ O momento da criação dessa Lei foi no período final da Ditadura Militar (1964-1985), onde associações comunitárias e movimentos sociais retomavam as discussões urbanas, mostrando que a sociedade tinha a intenção de participar nas reflexões sobre as cidades.

Portanto, esse período é marcado pelo início do planejamento de Erechim (Figura 26) por iniciativa do poder público municipal. Em 1981 o primeiro Plano Diretor de Erechim é aprovado, reforçando a função da área central como comercial com expansão para a Avenida Sete de Setembro com eixos de Zonas Comerciais Mistas - ZCM. Zonas de Expansão Urbana – ZEU correspondiam aos locais com topografia menos acidentada, nas regiões leste, oeste e sul e a parte norte com topografia mais acidentada correspondia à Zona de Contenção Urbana – ZCU, por ser de difícil ocupação. As atividades industriais ficaram próximas aos acessos das rodovias BR-153 e RS-480 (FÜNFELT, 2004).

A Lei 1735/81 que trata do parcelamento do solo urbano se adequou aos parâmetros estabelecidos na legislação nacional, determinando uma área mínima a ser destinada para espaço público nos novos loteamentos:

Art.11- Nenhum loteamento poderá ser autorizado se o proprietário do mesmo não transferir gratuitamente à Prefeitura Municipal a propriedade das seguintes áreas:

II - áreas correspondentes às praças, parques e espaços de lazer;

Art. 12- Nenhum projeto de loteamento ser aprovado pela Prefeitura Municipal se o proprietário do mesmo não se comprometer a executar sem ônus para a Prefeitura Municipal, as seguintes obras sem toda a extensão da área loteada:

IV - Obras de construção das praças e arborização das vias públicas

Art.19 - Nos loteamentos residenciais comuns e residenciais populares o espaço destinado a praças e parques deverá corresponder no mínimo a porção de 10,00m² (dez metros quadrados), por da área servida, admitindo- se as seguintes proporções:

I – Seis habitantes por lotes destinado a habitação unifamiliar;

II – Um habitante por 20,00m de área de construção calculada de acordo com o índice de aproveitamento vigente na zona.

§ 1º - Somente serão consideradas no cálculo total do referido neste artigo, aquelas áreas que preencherem as seguintes condições:

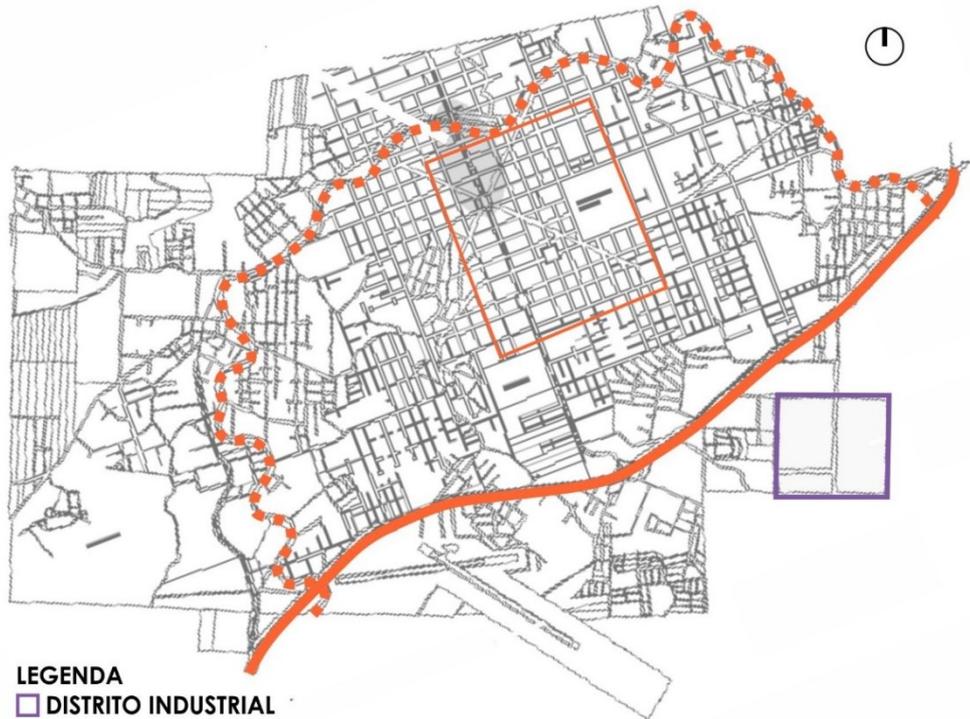
I - ter área mínima igual a um hectare ou 70% (setenta por cento) da área total requerida para parques e praças no caso desta ser respectivamente superior ou

inferior a 10.500 00m²) dez mil e quinhentos metros quadrados)

II - Poder conter um retângulo cujo lado menor seja no mínimo igual a 50,00m (cinquenta metros) quando a área total requer a for superior a 3.000,00m² (Três mil metros quadrados)

III – Localizar-se de maneira que nenhum ponto do loteamento, se situe a mais de 500,00m (quinhentos metros), de uma área verde.

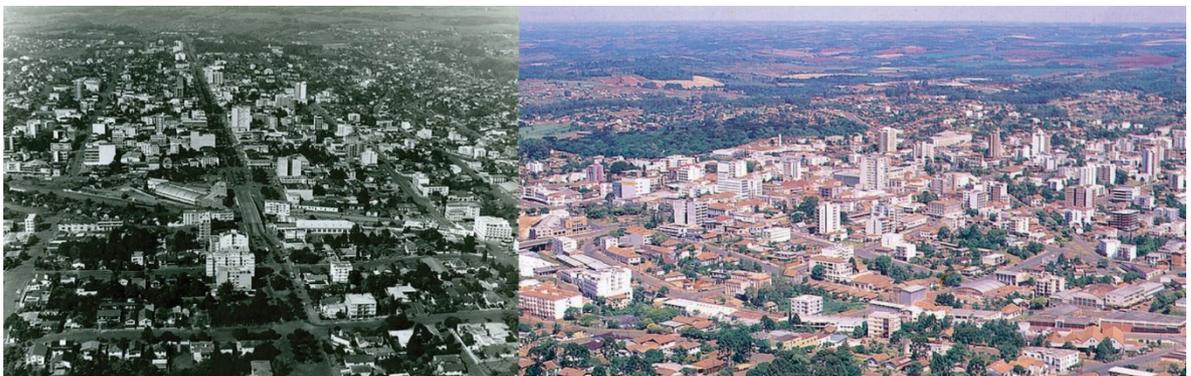
Figura 26 Planta de Erechim em 1981



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, com adaptação da autora, 2021

O centro da cidade é fortalecido pelo comércio, serviço, intensificação da verticalização e a oeste uma nova centralidade é marcada pelo desenvolvimento comercial e permanência de indústrias de médio porte. A BR-153 passa a absorver serviços de caráter urbano, postos de combustíveis, restaurantes, oficinas mecânicas, revenda de veículos, articulando-se com a dinâmica da cidade (AVER, 2008). Acredita-se que por conta disso nos anos 1990 houve a implantação de diversos loteamentos sociais nas áreas adjacentes (Figura 27).

Figura 27 Vista parcial de Erechim na década de 1980



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2020.

O processo de democratização do país junto à Constituição de 1988³⁷ geraram maior autonomia aos governos estaduais e municipais, pois com as perdas de recursos o planejamento territorial deixa de ser responsabilidade do estado e nação e passa a ser municipal, e o liberalismo econômico conduz os planos diretores. A crise econômica do Brasil³⁸ refletiu em Erechim pela falta de grandes investimentos e estagnação do distrito industrial (AVER, 2008). Entretanto, ao longo dos anos o fortalecimento da indústria, comércio e serviço resultou no crescimento populacional de cerca de 3% ao ano (FÜNFGELT, 2004). No entanto, com as perdas de arrecadação e as ideias neoliberais no aparato estatal, planejamento urbano e desenvolvimento da cidade passam a ser muito influenciados pela iniciativa privada, que privilegia ações imediatistas e rentáveis, nem sempre pensando no bem comum e distributivo das vantagens da aglomeração (Figura 28).

Figura 28 Erechim na década de 1990



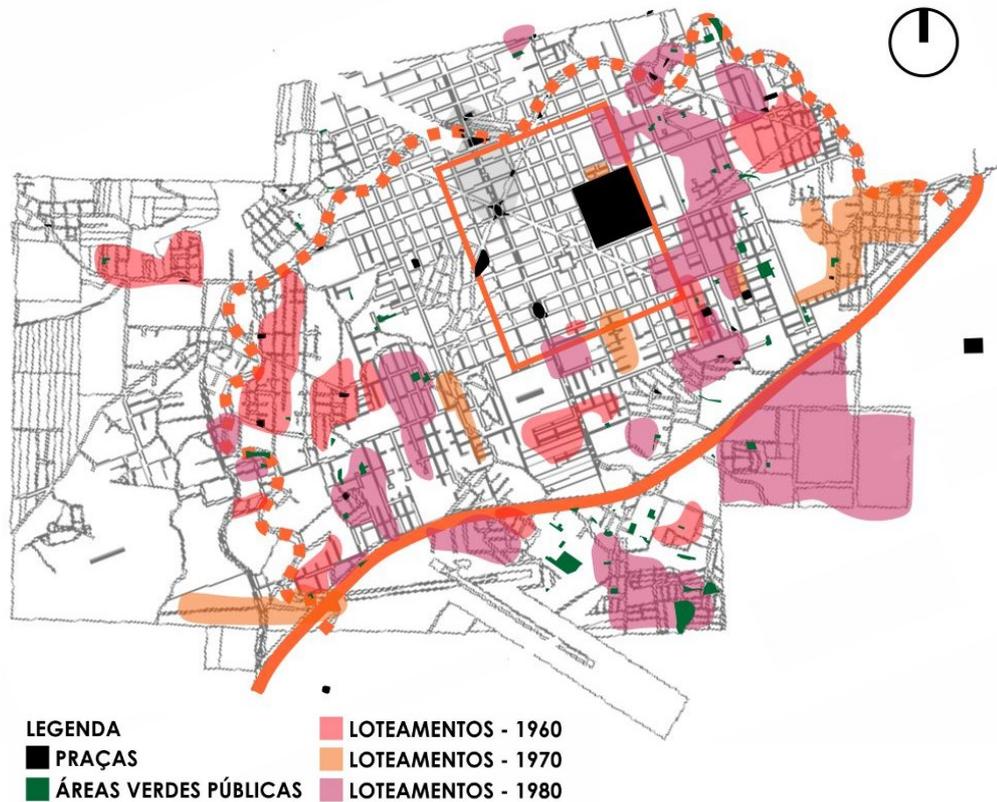
Fonte: Arquivo Histórico Municipal 2021

A base cartográfica de 1981 (Figura 29) apresenta mudanças significativas na paisagem urbana e nos fluxos que alteraram a dinâmica erechinense: ampliação do perímetro urbano, áreas centrais com maior quantidade de lotes, crescimento da ocupação. A BR-153 além de ser um eixo viário de conexões começa a se tornar um importante vetor no crescimento de Erechim para as regiões leste e nordeste, principalmente por absorver diversos serviços e usos da dinâmica urbana. Além disso, a criação do distrito industrial nas proximidades, o traçado e a topografia do entorno condicionaram as expansões periféricas da mancha urbana com a implantação de diversos loteamentos na região. Como essa expansão se deu sob influência de incorporadores, aconteceu de modo disperso no território deixando muitos vazios públicos e privados.

³⁷ Na Constituição o Capítulo II aborda a política de desenvolvimento urbano nos artigos 182 e 183, e foi um grande avanço na legislação brasileira.

³⁸ No início dos anos 1990 houve a super inflação e o Plano Collor com restrição de fluxo monetário.

Figura 29 Mapa de Erechim em 1981



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

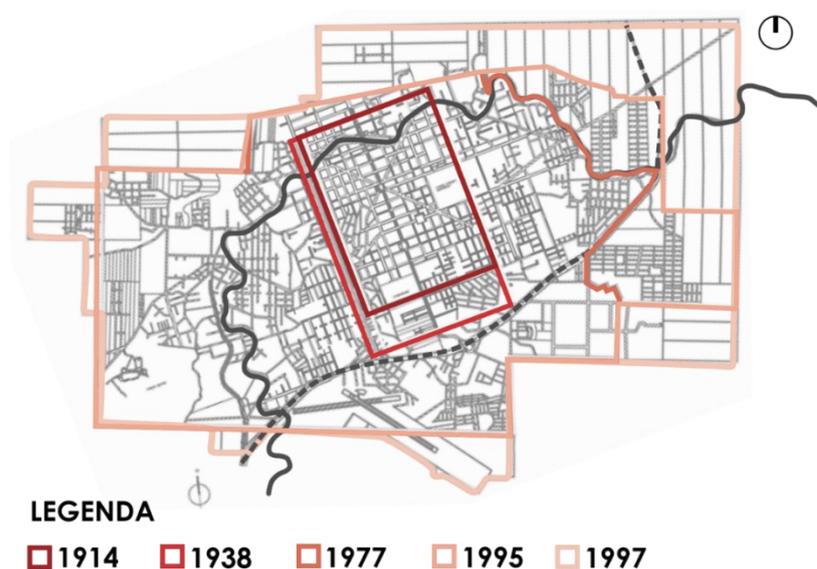
Além disso, a presença de vegetação local originária remanescente nos vazios é um padrão recorrente, conforme observado em períodos anteriores. A investigação permitiu descobrir que atualmente Erechim possui 33 praças oficialmente cadastradas e ao analisar o mapa de 1981 pode-se confirmar que essas praças já existiam. Cabe salientar que não se pode afirmar que as condições de uso, manutenção e de apropriação social eram significativas, porém a delimitação física já existia. Atualmente, as praças centrais por disporem de um entorno com uma dinâmica mais intensa, tornam-se mais atrativas para apropriação de diferentes pessoas. Essa situação é oposta aos bairros periféricos onde a população mais necessita dos espaços públicos que tendem a receber apropriação mais local.

O Plano Diretor teve mudanças pela Lei 2401/1992 que estabeleceu novo zoneamento e em 1993 teve início a implantação do Loteamento Social 10, bairro Atlântico, a sudeste da BR-153 nas proximidades do distrito industrial atraindo investidores e gerando futuramente novos loteamentos na região. Já em 1994, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Erechim altera o zoneamento urbano e cria políticas de desenvolvimento, como a Política Municipal de Habitação Social que estrutura a implantação nove loteamentos sociais em áreas

periféricas desprovidas de infraestrutura básica. O Loteamento Social 01 foi implantado no Polígono Sul próximo à BR-153 e posteriormente a Cooperativa Habitacional da Indústria e do Comércio³⁹ (COOPERHABIC) cria diversos núcleos habitacionais na região do distrito industrial. Essa política habitacional impulsionou em 1997 a implantação de outros três loteamentos sociais a noroeste (FÜNFGELT, 2004).

Como o governo municipal incentivou expansão horizontal urbana pela criação dos loteamentos sociais para além dos limites do perímetro urbano, no final da década o espaço urbano não comportava essa expansão. O perímetro urbano teve ampliações em 1995 e 1997 (Figura 30), período que indica o início da consolidação do crescimento urbano de Erechim.

Figura 30 Perímetro urbano de Erechim no decorrer dos anos

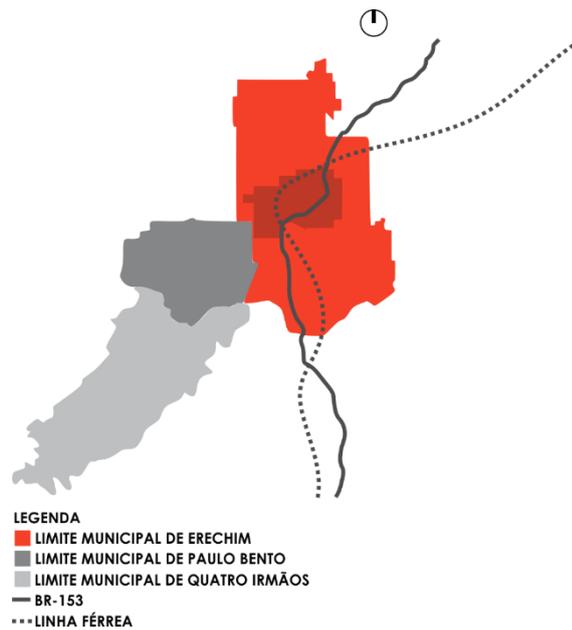


Fonte: Arquivo Histórico Municipal com adaptação da autora, 2020

³⁹ No Brasil, a política habitacional inicia pela criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) no governo do Presidente Castelo Branco (1964-1969). A Lei 4380/64 regulamenta as cooperativas habitacionais pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (SILVA, 2015).

Contudo, a área territorial do município foi reduzida em 1997 (Figura 31), perdendo quase a metade de seu território em decorrência da criação dos municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos (AVER, 2008). Conforme já visto durante essa pesquisa, o crescimento da cidade segue o padrão de ocupação disperso que vinha sendo praticado, principalmente com o grande número de loteamentos implantados nesse período, afastando as camadas populares da região central.

Figura 31 Perda territorial de Erechim – Municípios de Paulo Bento e Quatro Irmãos



Fonte: Base de SEPLAG/DEPLAN – 2010, com elaboração da autora, 2021

Por fim, a plana urbana de Erechim em 1997 reflete todas as transformações socioespaciais e implantações dos novos loteamentos ocorridos nos últimos anos (Figura 32).

Figura 32 Planta de Erechim em 1997



Fonte: Arquivo Histórico Municipal com adaptação da autora, 2020

Da mesma forma, como nos anos anteriores, no que se refere aos espaços livres públicos e áreas verdes não existe incentivo por parte do poder público municipal em criar esses espaços nos novos loteamentos. A Lei 2597/94 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano permanece com as orientações oriundas da Lei Federal 6766/79 conforme já visto na legislação municipal anterior:

Art. 16 - Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à

Fonte: Arquivo Histórico Municipal com adaptação da autora, 2020

preservação das áreas verdes e dos fundos de vale, caso ocorram, as quais se tornarão inalienáveis na forma da Lei Federal 6766/79 e no que couber, dos Decretos - Leis nº58/37 e 271/67, nas partes que não foram implicitamente revogadas, passando ao domínio do Município no ato da inscrição do loteamento no Registro de Imóveis, ressalvados os casos expressos no artigo 20 desta Lei.

§ 1º- O percentual das áreas referidas no presente artigo não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) do total da área bruta.

§ 2º- O percentual das áreas verdes (recreação, arborização), não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) da área total da gleba.

A análise das fotografias gerais da cidade na década de 1990 (Figura 33 e 34) e na base cartográfica de 1997 aponta que a ocupação urbana seguia o padrão disperso com uma vasta implantação de loteamentos sociais, com crescimento na região próxima a BR-153 e a oeste. Em determinadas regiões o traçado urbano é interrompido pela topografia, a vegetação está presente em diversas escalas na cidade e há presença de diversos vazios a leste e ainda há

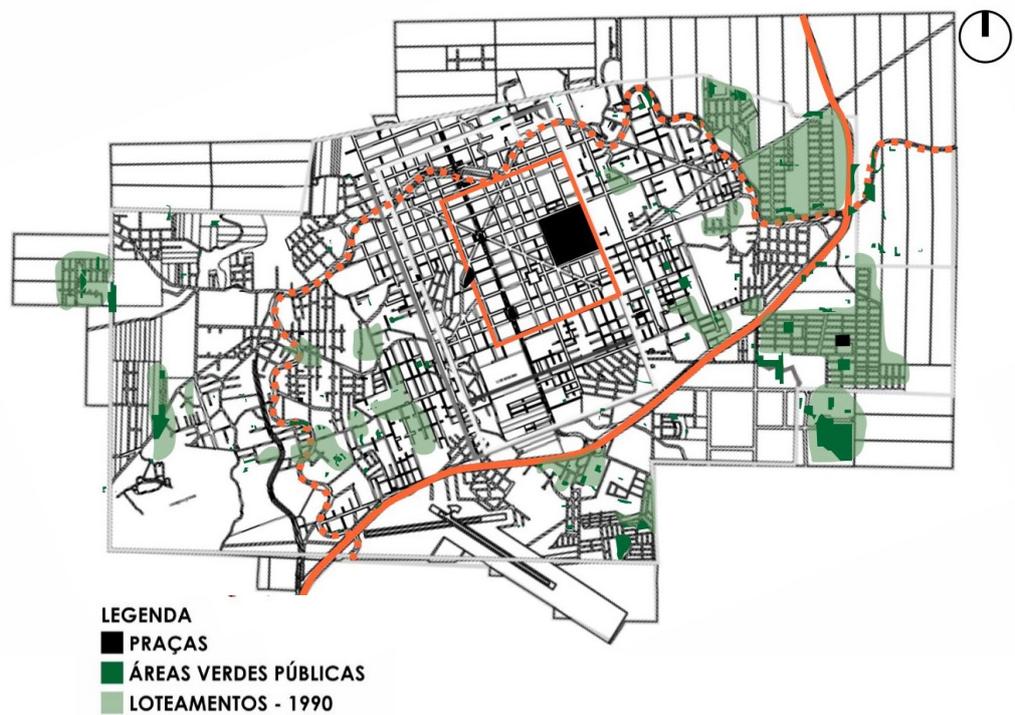
lotes vagos na área central. Além disso, foram identificados novos espaços livres públicos e áreas verdes criadas nos novos loteamentos.

Figura 33 Erechim na década de 1990



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

Figura 34 Mapa de Erechim em 1997



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, adaptado pela autora, 2021

4.1.6 Décadas de 2000 a 2020: a expansão urbana

O início desse período é caracterizado pela publicação do Estatuto da Cidade⁴⁰, Lei 1.257/2001 que aborda normas e diretrizes gerais para a política urbana. Em Erechim há alterações físicas e econômicas, pois a agropecuária passa a representar uma pequena fração, ainda importante, da economia. A atividade comercial se tornou presente nos bairros distantes do centro da cidade, criando novas subcentralidades funcionais (AVER, 2008). O Plano Diretor de 1994 recebeu mudanças pontuais e A Lei número 3.750 de 13 de julho de 2004 modifica alguns artigos pertencentes à Lei Municipal 2.599 de 04 janeiro de 1994, instituindo o Código Administrativo do Município de Erechim (FÜNFGELT, 2004) (Figura 35).

Figura 35 Erechim em 2004 e 2007



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, 2021

Fotografias gerais da cidade do início dos anos 2000 revelam a existência de diversos vazios urbanos entre bairros, algumas áreas com maciços arbóreos e vegetação rasteira. Nota-se o início da ocupação de algumas regiões afastadas do núcleo central⁴¹, como os bairros Copas Verdes, a leste, e Paiol Grande, Frinape, Petit Village, a oeste. Até 2010 houve a consolidação urbana ao sul e a oeste da BR-153, com implantação de bairros na região, caracterizando as maiores transformações na malha urbana a partir da implantação de loteamentos sociais.

Em 2016 foi criada a Lei Municipal número 6.256 de 15 de dezembro de 2016 dispõe sobre o desenvolvimento urbano e o zoneamento urbano. Em fevereiro de 2019, ocorreu o

⁴⁰ A criação do Estatuto da Cidade visava a regulamentação dos artigos 182 e 183 do Capítulo da Política Urbana da Constituição Federal de 1988.

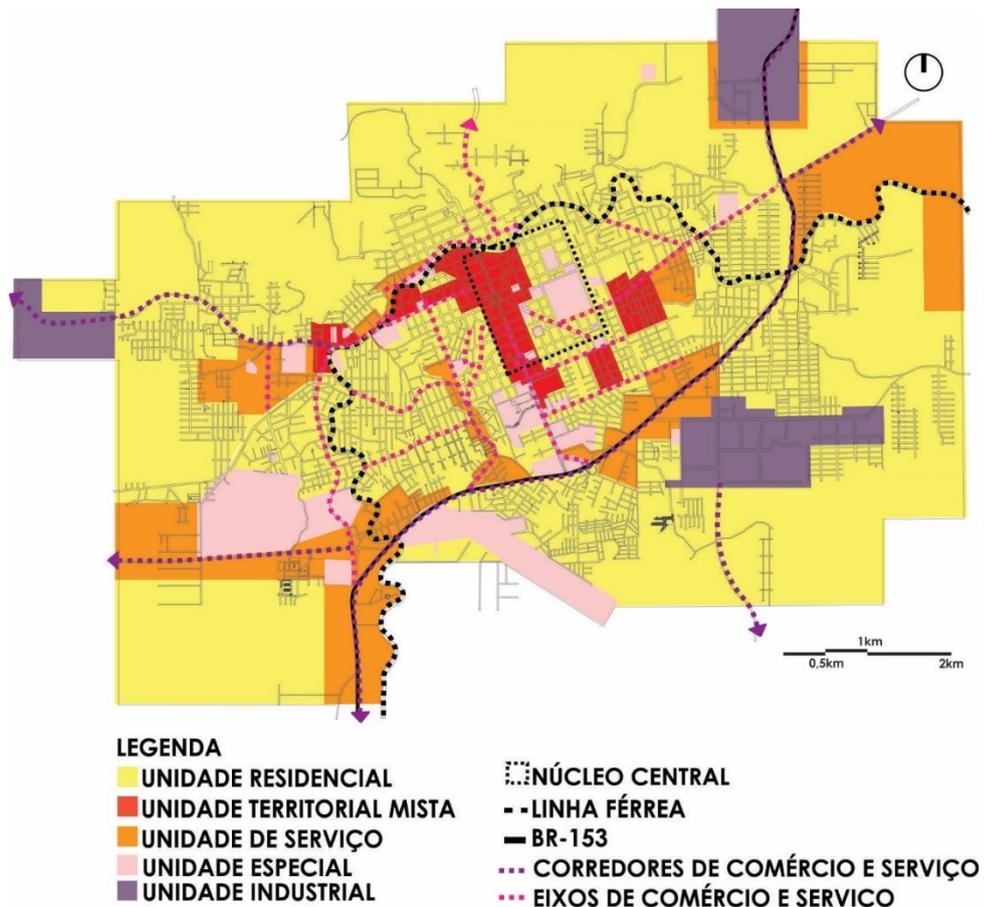
⁴¹ Além do núcleo central, há uma segunda centralidade que se destaca na dinâmica erechinense no bairro Três Vendas e a BR-153 é um eixo fundamental de conexões que fomentam o desenvolvimento da cidade praticamente independente do centro principal abastecendo os bairros das adjacências.

estudo técnico da revisão do Plano Diretor de Erechim para atualizar as legislações, pois como afirma a arquiteta Hachmann (2019) esse estudo buscou:

“Promover o desenvolvimento sustentável da cidade de Erechim atendendo as necessidades das outras gerações. A última revisão do Plano Diretor do município ocorreu há 25 anos, portanto há a necessidade de corrigir erros de semântica e convergência entre normas. Facilitar investimentos no município e corrigir as discrepâncias da legislação.”

Em outubro do mesmo ano foram aprovados o novo plano diretor e a principal alteração que se destaca na revisão é a permissão para construção com altura máxima de 30 pavimentos para a zona central, que até então era de 15 pavimentos. Nesse sentido, entende-se que em Erechim “[...] sempre foram seguidos os conceitos estabelecidos pelos especuladores e as políticas das grandes empreiteiras, os quais transformaram a Cidade de acordo com as diretrizes privadas, e com a anuência do poder público” (FÜNFGELT, 2004, p. 111) (Figura 36).

Figura 36 Usos do solo e principais eixos de Erechim



Fonte: Mapa obtido na Prefeitura Municipal com edição da autora, 2021

É notório que no decorrer dos anos as legislações priorizam o desenvolvimento urbano do núcleo central e por conta disso, as expansões geraram um traçado irregular muitas vezes desconectado com presença de diversos vazios urbanos. Entretanto, quanto aos espaços livres públicos e áreas verdes, a legislação tentou resguardar os mínimos estabelecidos por legislação federal, apresentadas no Anexo 01 ao final desse trabalho. Destaca-se aqui um trecho da Lei Complementar nº 011/2019 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Erechim:

Art. 17. Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas as áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à preservação das áreas verdes e dos fundos de vale, caso ocorram, as quais se tornarão inalienáveis na forma da Lei Federal n.º 6.766/79 e no que couber, aos Decretos-Leis n.º 058/37 e n.º 271/67, nas partes que não foram implicitamente revogadas, passando ao domínio do Município no ato da inscrição do loteamento no Registro de Imóveis, ressalvados os casos expressos no artigo 20 desta Lei Complementar.

§ 2º O percentual das áreas verdes (arborização) não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do total da área a ser parcelada, não podendo resultar em área inferior ao lote padrão previsto no zoneamento (ou Lei específica). Não serão computadas neste cálculo as áreas de Áreas de Preservação Permanente (APPs), e Áreas remanescentes superiores a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados).

Diante disso, a legislação vigente apresenta diversas orientações para a inserção, preservação de espaços livres públicos e áreas verdes nos loteamentos, até mesmo por incentivos fiscais. Observa-se que esses espaços são destinados especialmente às funções recreativas e ambientais. Embora existam determinações, a legislação continua limitada aos 10% da legislação do Parcelamento do Solo Urbano, reforçando a falta de prioridade para os espaços livres públicos principalmente nos bairros implantados em regiões periféricas, descaso que reflete no espaço urbano e nos objetos de estudo dessa pesquisa.

No entanto, há uma parte que se destaca negativamente na legislação refere-se aos condomínios controlados do tipo I, pois esses loteamentos não necessitam destinar áreas verdes. Fato contraditório, pois pelas características descritas são loteamentos de interesse social normalmente implantados em regiões periféricas e como já visto nessa pesquisa, áreas que mais necessitam de espaços livres públicos pela distância que se encontram do centro consolidado. Mais uma vez percebe-se que o desinteresse do poder público municipal em disponibilizar espaços mínimos de convivência aos moradores que habitam esses loteamentos.

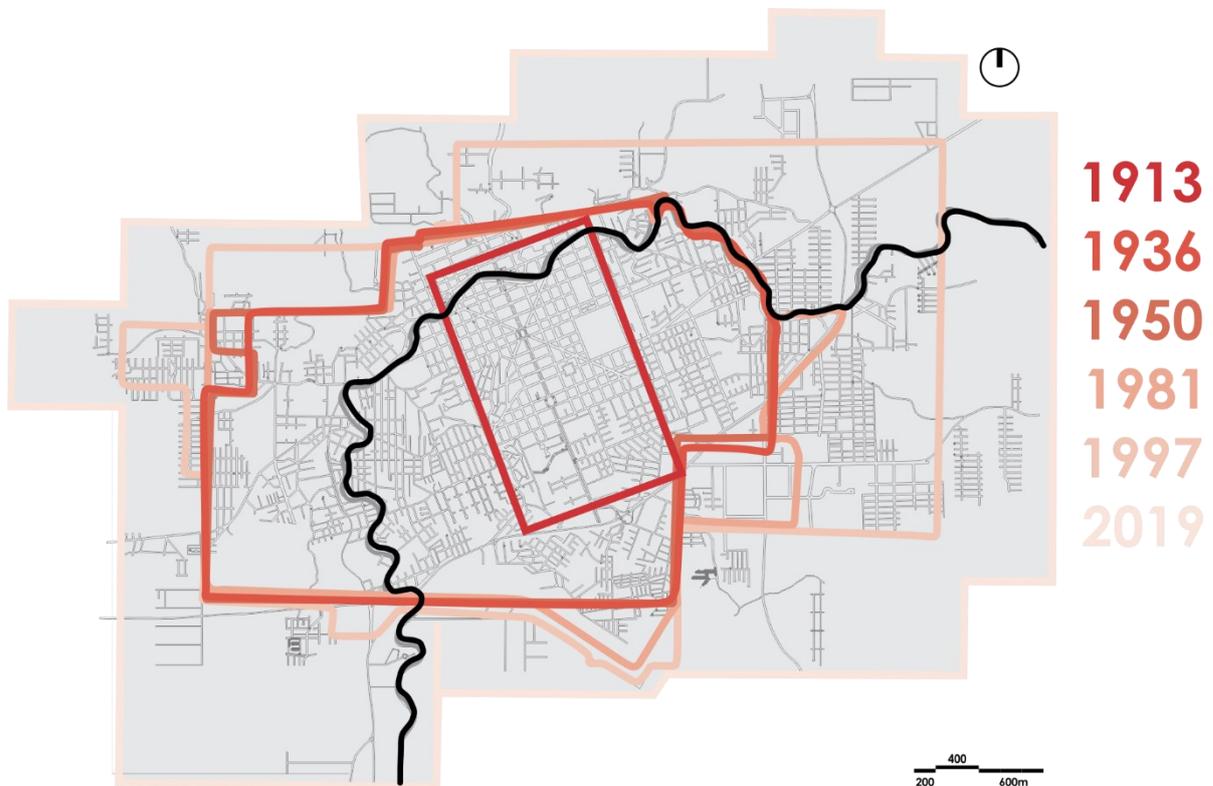
Na última década nota-se que o traçado é regular em áreas de topografia plana e irregular em locais de topografia acidentada, o tecido é bastante consolidado na região entre a linha férrea e a BR-153 que são duas barreiras limítrofes do crescimento de Erechim. Essa

região é mais integrada com maiores possibilidades de acesso e conexão em detrimento das áreas afastadas que se encontram mais segregadas com limitações nas possibilidades de acesso e conexões. Portanto, a malha é mais adensada nas regiões centrais e dispersa nas áreas periféricas. A BR-153 é um elemento que alterou significativamente o traçado e a dinâmica urbana erechinense atraindo novos gerando conexões e adensamento, ainda que disperso, da região sul.

4.1.7 Síntese da linha temporal de Erechim

Diante do exposto, o estudo estruturado nas bases cartográficas disponíveis dos anos 1913, 1936, 1950, 1981, 1997 e 2019 (Figura 37) permitiu a investigação do crescimento da mancha urbana e respectivas mudanças no perímetro urbano. Nesse contexto destacam-se o entendimento do desenvolvimento do traçado, a implantação de bairros e o adensamento de algumas áreas.

Figura 37 Mudanças no perímetro urbano de Erechim



Fonte: Mapa obtido na Prefeitura Municipal com edição da autora, 2020

A ocupação histórica da cidade (Figura 38) teve, portanto, forte influência da legislação, primeiramente estadual e posteriormente municipal, junto aos investidores para os

direcionamentos da consolidação do núcleo central e da expansão urbana. Conforme o processo de urbanização brasileiro, durante os diferentes períodos os processos afastaram as camadas populares para as regiões periféricas desprovidas de infraestrutura mínima, dentre eles os espaços livres públicos. Desse modo é possível compreender a articulação dos diversos atores no crescimento da cidade e de que forma isso se materializou no espaço urbano junto às transformações socioespaciais.

Figura 38 Linha temporal do crescimento urbano de Erechim

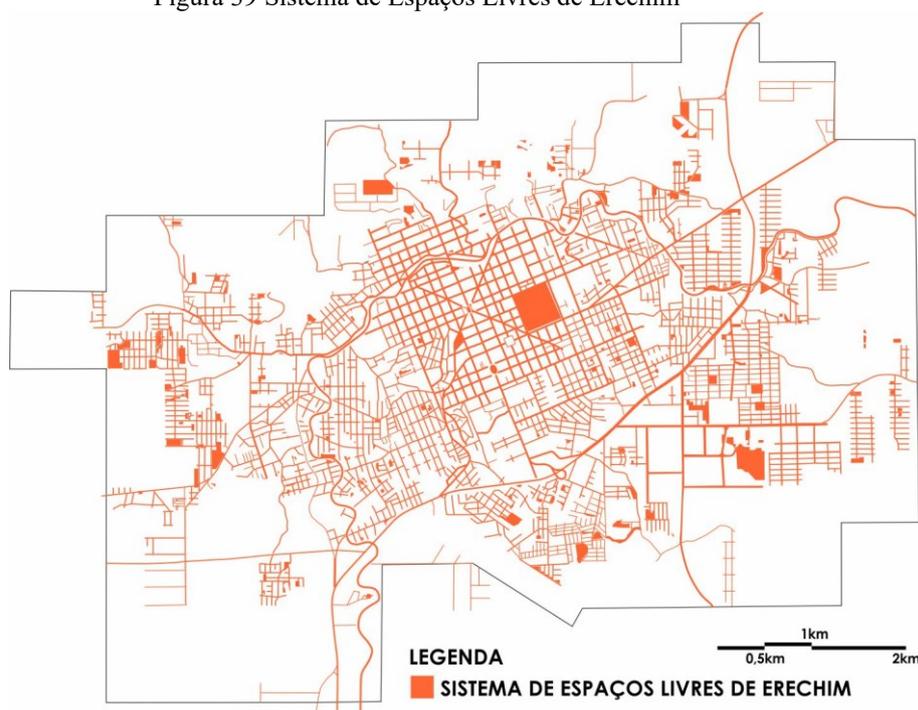


Fonte: Mapas obtidos na Prefeitura Municipal com edição da autora, 2020

A partir da construção da linha temporal da conformação e das transformações socioespaciais de Erechim, teve-se o entendimento das principais características do traçado urbano, espaços livres públicos e vazios urbanos. O intuito dessa abordagem foi compreender em cada período da expansão urbana de Erechim como foram tratadas, ou não, as questões relativas aos espaços livres públicos e áreas verdes livres, como praças e parques públicos com caráter de lazer, esporte, recreação. Esses espaços são conectados pelas ruas, que são os principais espaços públicos da cidade com grande importância para as relações sociais, mobilidade e atividades. Dessa maneira, conformam o sistema de espaços livres (Figura 39). Além disso, pode-se destacar que o lazer na cidade se concentra principalmente na área central, onde os largos e os canteiros centrais das principais avenidas são apropriados pelas pessoas que levam suas cadeiras, tomam chimarrão, sorvete, comem, fortalecem as interações

sociais. Algumas praças dessa região também são utilizadas para esse fim e nos bairros os espaços públicos são utilizados de modo mais localizado com práticas esportivas e de estar. Diante disso e das desigualdades na distribuição dos espaços livres públicos nos bairros, fica evidente que esse sistema está desarticulado, visto que os principais espaços públicos do início do século XX que foram planejados de modo sistêmico com as vias estão desconectados dos espaços criados no decorrer dos anos até essas duas primeiras décadas do século XXI.

Figura 39 Sistema de Espaços Livres de Erechim



Fonte: Mapa obtido na Prefeitura Municipal com edição da autora, 2020

Baseado em todas as informações levantadas e investigadas nesse capítulo, para estruturar as transformações socioespaciais de Erechim foi criado um quadro-síntese (Quadro 5) com os principais momentos de cada recorte temporal estudado. O eixo estruturador dessa síntese é conformado pelas quatro categorias estudadas por Santos (1985) apresentadas anteriormente: função, forma, estrutura e processo e as principais legislações envolvidas. Nessa abordagem, os processos consideram a relação entre aspectos no plano internacional, nacional e local que influenciaram no desenvolvimento de Erechim.

Quadro 5 Síntese da periodização da conformação histórica de Erechim

PERÍODO	PROCESSO	LEGISLAÇÃO	FUNÇÃO	FORMA	ESTRUTURA
1900-1910	Plano Nacional e Local: a implantação da República deu ao Governo Estadual autonomia para conter a ocupação irregular através da legislação.	Plano de Imigração e Colonização do Estado: distribuição de terras e organização da vila	Habitar. Trabalhar. Economia: agricultura. A circulação ordenou o traçado.	Ocupações irregulares por índios, bandeirantes, foragidos da justiça e de revoluções e invasões	Ocupação na região próxima à estação ferroviária, com barracões e enfermarias na localização da atual cidade de Getúlio Vargas.
1910-1920	Plano Nacional: no contexto republicano destacam-se os ideais positivistas. Plano Local: o estado normatizador centraliza as funções na praça central de Erechim	Decreto 247 que regula as colônias. Decreto Municipal 17 delimitando área urbana e suburbana	Habitar. Trabalhar. Economia: agricultura, extração de erva-mate e madeira, pontos comerciais.	Presença de edificações em madeiras com casas comerciais, residências, igrejas e a Sede de Comissão de Terras	Início da implantação do traçado na localização atual de Erechim com as principais vias. O plano urbano disponha de 2500 lotes e previsão para 15mil habitantes e áreas para expansão
1920-1930	Plano Local: consolidação do núcleo central a partir da implantação do plano urbano	1918: Emancipação de Erechim 1920: Lei Orgânica do Município	Habitar. Trabalhar. Economia: relacionados à madeira e produção agrícola	Predomínio de edificações em madeira.	Estruturação das vias e funções básicas
1930-1940	Plano Internacional: a queda da bolsa de Nova York fez a economia mundial recuar, com reflexos na economia, ainda rural, do Brasil como a	Ato 22: proibição de construções em madeira, passando pela exigência na área central de alvenaria em dois pavimentos.	Habitar. Trabalhar. Vivenciar. Economia: agricultura	Transformações na área central com a construção do edifício da Prefeitura, melhorias na Praça da	Implantação pontual a sudoeste do traçado irregular. Edificações em alvenaria na área central e em madeira nas áreas periféricas. Alterações no

	<p>queda do preço do café.</p> <p>Plano Nacional: contudo, o Estado Novo (pela perigosa dependência econômica da agricultura) fomenta a industrialização do país.</p> <p>Plano Local: O Governo Estadual determinou alterações na malha urbana a fim de adequar-se à topografia. Modificações na paisagem, passando a imagem de uma cidade moderna.</p>	<p>Ato 73: Código de construções</p> <p>Decreto 8053: alterações urbanas</p>		<p>Bandeira.</p> <p>Implantação dos primeiros loteamentos sociais: Chácara para Indigentes.</p>	<p>perímetro urbano.</p> <p>Presença de traçado xadrez e orgânico.</p>
1940-1950	<p>Plano Local: População de 7511 habitantes. Regulamento dos lotes passa a ser encargo municipal. Iniciativa privada começa a investir em loteamentos. Crescimento urbano: indústrias, comércio e produção de produtos agropastoris</p>	<p>1944: O município é denominado Erechim</p>	<p>Habitar.</p> <p>Trabalhar.</p> <p>Economia: comércio e indústria de produtos agrícolas, Erechim se torna polo comercial da região. Extração de madeira.</p> <p>Ambiental: Parque Longines Malinowski</p>	<p>Cidade passando a ser mais urbanizada pela presença de comércios e indústrias.</p>	<p>1942: Implantação do aeroporto</p> <p>1948: Implantação do Parque Longines Malinowski</p>
1950-1960	<p>Plano Internacional: a Guerra Fria alimentava a</p>	<p>Política Nacional de Incentivo ao Plantio do</p>	<p>Habitar.</p> <p>Trabalhar.</p>	<p>Presença de indústrias,</p>	<p>Expansão horizontal: loteamentos sociais – Vila</p>

	<p>competição econômica entre os blocos.</p> <p>Plano Nacional: o desenvolvimentismo (endividado) do governo Kubitschek deu ares de modernidade ao cenário socioeconômico e cultural brasileiro.</p> <p>Plano Local: O RS aproveitou o momento, com forte crescimento dos setores industrial (secundário) e agrícola (primário).</p> <p>População: 14418 habitantes</p> <p>Crescimento populacional anual de 6%, com população urbana ultrapassando a rural. Maior urbanização pela vinda de indústrias, implantação de loteamentos</p>	<p>Trigo.</p> <p>Lei 196/1952: Isenção de impostos municipais às novas indústrias</p>	<p>Economia: expansão industrial, chegando a 4% do Estado. Ainda predomínio agrícola.</p>	<p>residências populares, frigoríficos a oeste. Construção de um edifício de doze pavimentos na área central.</p>	<p>Operária nas periferias; área central mais urbanizada. Malha xadrez e irregular</p>
1960-1970	<p>Plano Local: Estagnação da economia decorrente da decadência do transporte ferroviário.</p>	<p>Inexistência de legislação específica para o parcelamento do solo.</p>	<p>Habitar. Trabalhar. Economia: destaque da produção agrícola</p>	<p>Núcleos de casas populares. Demolição da igreja matriz</p>	<p>1979: Construção do Viaduto Rubem Berta</p>
1970-1980	<p>Plano Nacional: a</p>	<p>Lei 6503/72: regulamento.</p>	<p>Habitar.</p>	<p>Presença de diversos</p>	<p>Estruturação da malha</p>

	<p>expansão econômica (chamado "Milagre Econômico Brasileiro") articulada com a expansão mundial, incentivou a especialização e mecanização do campo, acelerando a migração rural também para cidades de médio e pequeno porte, em processos de industrialização, como Erechim. Criação da Lei Federal 6766 de 1979 do Parcelamento do Solo Urbano. Plano Local: População 1970: 48 677 habitantes. O distrito industrial e a BR-153 foram os marcos, fomentando a economia. Especulação imobiliária gerou vazios urbanos nas áreas centrais e ocupação das periferias. Construção da ponte que conecta RS e SC.</p>	<p>Decreto 23430/74: análise de projetos, parcelamento e edificações Lei Municipal 1659/78 instituiu a área industrial</p>	<p>Trabalhar. Economia comércio e serviços começam se destacar em relação à agricultura.</p>	<p>loteamentos sociais, do distrito industrial.</p>	<p>conectando-se com distrito industrial, implantação de loteamentos no entorno. Expansão da malha com densidade baixa. 1977: ampliação do perímetro urbano</p>
1980-1990	<p>Plano Nacional: Promulgação da Constituição Federal Brasileira, 1988, com</p>	<p>Primeiro Plano Diretor: 1733/81 zoneamento 1734/81 sistema viário 1735/81 parcelamento do</p>	<p>Habitar. Trabalhar.</p>	<p>Verticalização da área central com edifícios com mais de quatro</p>	<p>Determinação da zona de expansão e contensão urbana</p>

	<p>definições sobre o papel da propriedade na cidade.</p> <p>Plano Local: População 1991: 72.318 habitantes. Via central comercial, nas vias próximas edificações mistas. Indústrias presentes próximas à Br-153 e RS-480.</p> <p>Valorização da área central, acarretando na verticalização. Demolição de edificações antigas</p>	<p>solo</p> <p>1736/81 código de edificações</p>		<p>pavimentos</p>	
1990-2000	<p>Plano Local: População 2000: 90.000 habitantes Bairro Três Vendas se consolida como núcleo comercial. Crescimento populacional de 3% anual. Incentivo do adensamento na área central com edificações residenciais, comerciais e de serviços</p>	<p>1992: Plano Diretor: zoneamento e código de edificações. Política de Habitação Social</p> <p>1994: Novo Plano Diretor</p>	<p>Habitar. Trabalhar. Economia: fortalecimento das indústrias, comércio e serviços</p>	<p>Adensamento da verticalização nas áreas centrais. Implantação de diversos loteamentos sociais. Maior urbanização da área próxima ao final da Avenida Sete de Setembro, com mais usos próximos à URI, a partir de sua implantação em 1992.</p>	<p>Loteamentos trouxeram a necessidade de expansão do perímetro urbano em 1995 e 1997. Perdeu território com emancipações</p>
2000-2010	<p>Plano Nacional: criação do Estatuto da Cidade, 2001, e</p>		<p>Habitar. Trabalhar.</p>	<p>Consolidação de alguns loteamentos</p>	<p>2010: Determinação do local do campus da UFFS</p>

	<p>suas implicações sobre a função social da propriedade que influi nos espaços vazios (especulativos).</p> <p>Plano Local: População (IBGE, 2010): 96.087 habitantes</p> <p>Mancha urbana concentrada na região entre a linha férrea e a BR-153, expandindo aos poucos em algumas regiões para além desse limite, apontando tendências de expansão.</p>		<p>Economia:</p> <p>diminuição agropecuária, surgimento de comércios de bairros, crescimento do distrito industrial e serviços.</p>		<p>– ampliação do perímetro urbano</p>
2010-2020	<p>Plano Local: População estimada 2020: (IBGE, 2010): 106.633 habitantes. Maior horizontalização da mancha urbana, se estendendo em áreas periféricas, principalmente nas regiões sudeste e oeste.</p>	<p>Lei Complementar Nº 9, 2019: Plano Diretor do Sistema Viário Urbano</p> <p>Lei Complementar Nº 10, 2019: desenvolvimento urbano, sobre o zoneamento de uso do solo urbano</p> <p>Lei Complementar Nº 11, 2019: parcelamento do solo urbano</p> <p>Lei Complementar Nº 12, 2019: edificações na área urbana</p>	<p>Habitar.</p> <p>Trabalhar.</p> <p>Vivenciar.</p> <p>Economia: Setor Industrial, seguido de comércio e serviços e por fim agricultura</p>	<p>Implantação de loteamentos populares nas regiões sudeste e oeste.</p> <p>Adensamento da área central pela verticalização.</p> <p>Maior ocupação no distrito industrial e implantação de indústrias nas rodovias.</p>	<p>A malha do traçado inicial permanece destacada no desenho da cidade. As expansões urbanas muitas vezes não ocorreram alinhadas a esse traçado, tornando-se fragmentado em regiões periféricas.</p>

		Lei Complementar Nº 13, 2019: Código Administrativo do Município Lei Municipal Nº 220 - 2019: Define os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV)			
--	--	--	--	--	--

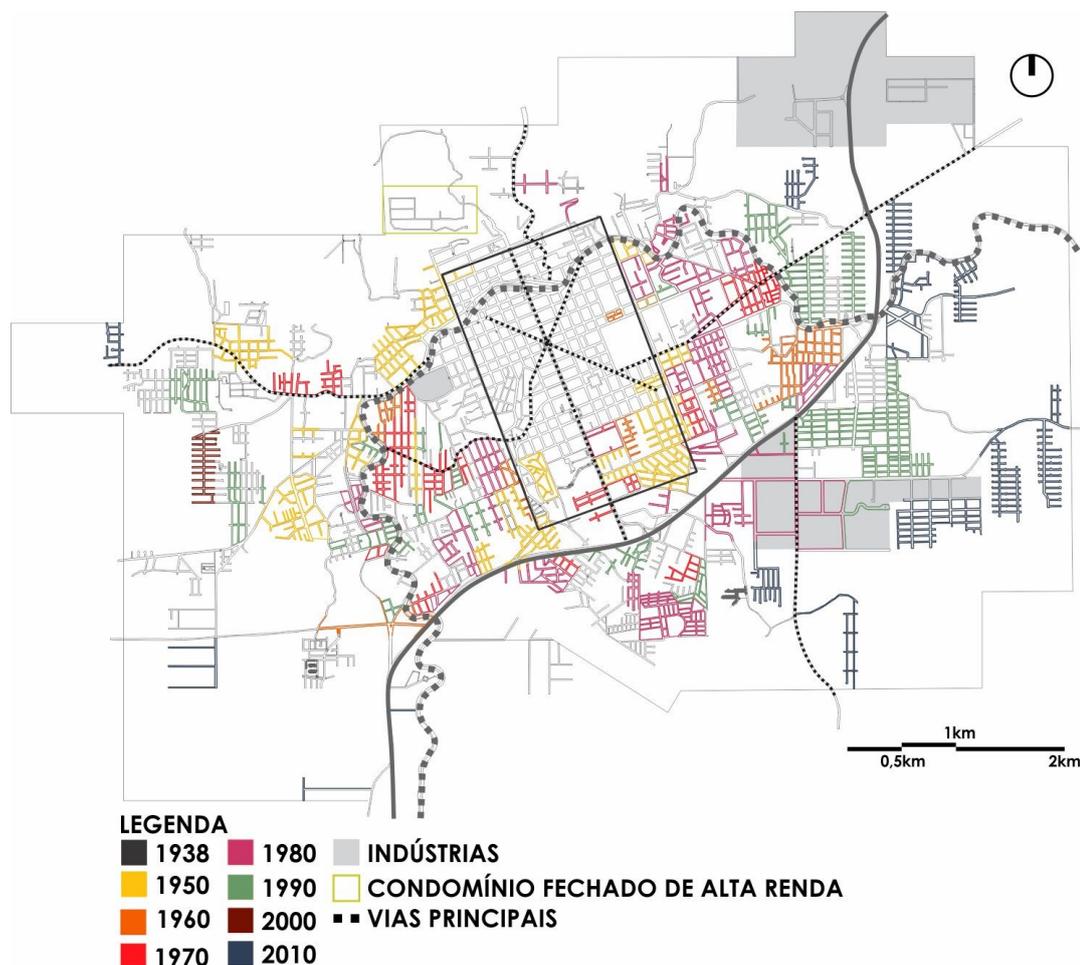
Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Diante do exposto, as análises exploratórias mostram que o espaço urbano atual de Erechim (Figura 40) é conformado pelo traçado ortogonal no núcleo central cercado de tramas menos regulares e orgânicas com expansão dando continuidade à implantação de assentamentos ao longo de vias estruturantes, uns formais, outros informais, ora mais ora menos afastados. Identificam-se padrões que permaneceram ao longo do crescimento urbano, como vegetação em toda malha, vazios urbanos e terrenos vagos particulares em diversos bairros. Algumas das ocupações, especialmente as localizadas para além da linha férrea e da BR-153 são separadas por grandes glebas vegetativas, muitas fazem a transição entre essas ocupações e áreas ainda com características rurais. A inserção de núcleos isolados⁴² em épocas distintas sem a devida preocupação em dar continuidade ao traçado existente resulta hoje num tecido composto por diversas aglomerações urbanas com poucas conexões entre si. A cartografia mostra que a expansão horizontal da malha viária resultou em diversos vazios urbanos durante seu desenvolvimento, aumentando o valor dos terrenos na área central e impulsionando o crescimento para áreas periféricas com terrenos mais baratos, gerando loteamentos isolados. Esse cenário indica a expansão imobiliária⁴³ como principal vetor desse crescimento com o surgimento de novas centralidades em regiões mais afastadas do núcleo central.

⁴² Destaca-se a presença de somente um bolsão de alta renda, aspecto que diferencia Erechim dos processos de urbanização brasileiro, presente também em cidades médias, com a criação de condomínios fechados ou loteamentos para as classes mais altas normalmente nas periferias urbanas.

⁴³ O crescimento imobiliário teve sua consolidação nos anos 1980.

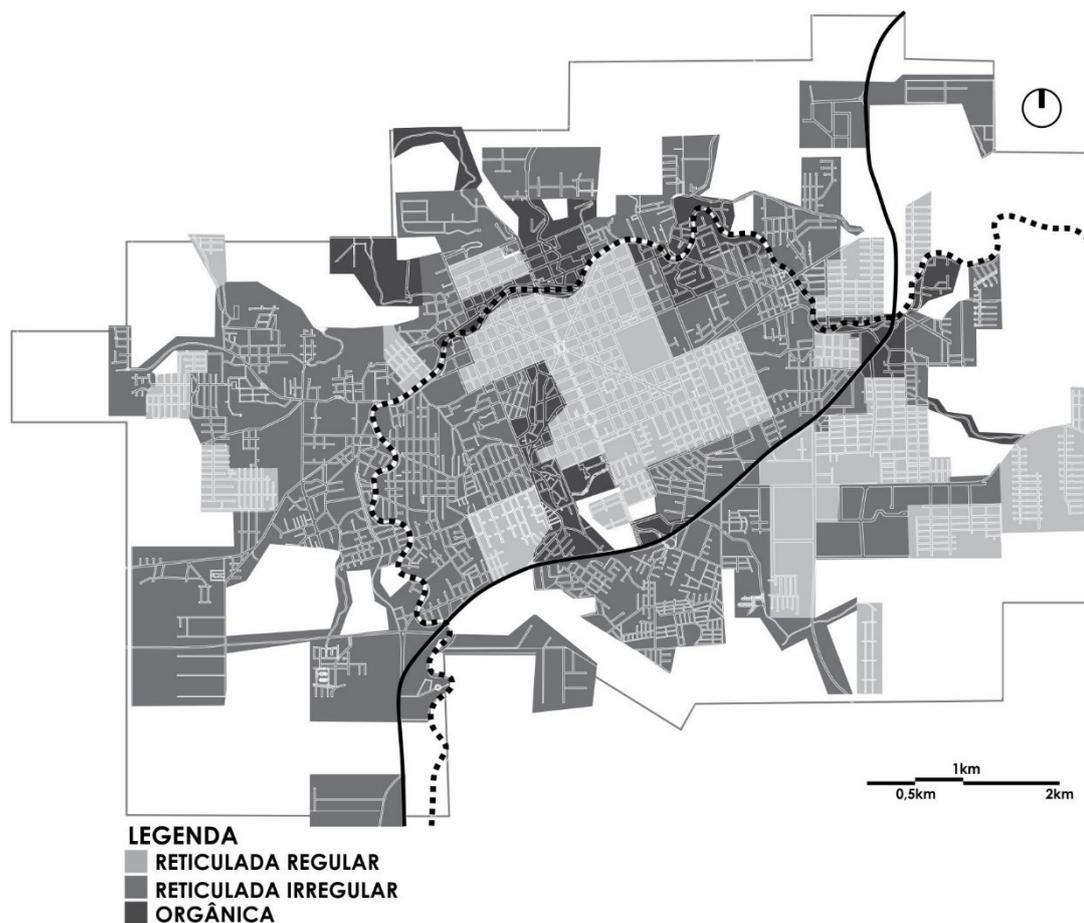
Figura 40 Implantação dos loteamentos por décadas



Fonte: Mapa Prefeitura Municipal com base em Funfgelt (2004), adaptado pela autora, 2021

O desenho da cidade que era predominantemente regular necessitou ser adaptado ao relevo existente, resultando numa malha conformada por diversos desenhos e a interrupção do traçado ocorre em locais com topografia acidentada ou em áreas periféricas que aguardam futuras implantações e continuidades. As ocupações dispersas nos períodos de expansão não seguiam uma continuidade, gerando um tecido fragmentado com diferentes padrões morfológicos (desenhos reticulados, orgânicos, irregulares ou mistos) permeados por diversos vazios urbanos (públicos e privados) e pouca consideração aos espaços livres públicos. Além disso, em determinados períodos o crescimento da mancha urbana não teve acompanhamento periódico por parte dos órgãos de planejamento especialmente no que diz respeito aos espaços livres públicos para adequar o espaço às necessidades da sociedade de cada época. Conforme o mapeamento realizado, observa-se a existência de distintos padrões de malha que compõem a estrutura de Erechim, consequência das diversas camadas históricas do tecido urbano (Figura 41).

Figura 41 Padrões da malha urbana de Erechim



Fonte: Mapa Prefeitura Municipal, elaborado pela autora, 2021

A revisão de períodos e momentos socioeconômicos, culturais e de legislação revela que em Erechim o espaço de uso público para além da circulação não vem sendo contemplado pelas legislações, se restringindo de modo relativo e setorializado, não entendido como uma peça do zoneamento ou como parte de um sistema de espaços que incentive as relações humanas. Além disso, não são considerados em seu potencial de peças-chaves no desenvolvimento das partes desassistidas da cidade. Em diversos períodos não foram implantados espaços livres públicos cadastrados oficialmente, como praças e parques, estagnando a criação desses espaços. A maioria dos espaços livres públicos de Erechim restringem-se à Lei do Parcelamento do Solo Urbano⁴⁴, ou seja, 10% em loteamentos novos e em condomínios, sendo que estes são pouco publicizados, seja pela localização internalizada ou pelo uso privatizado.

⁴⁴ Lei Federal 6766/1979.

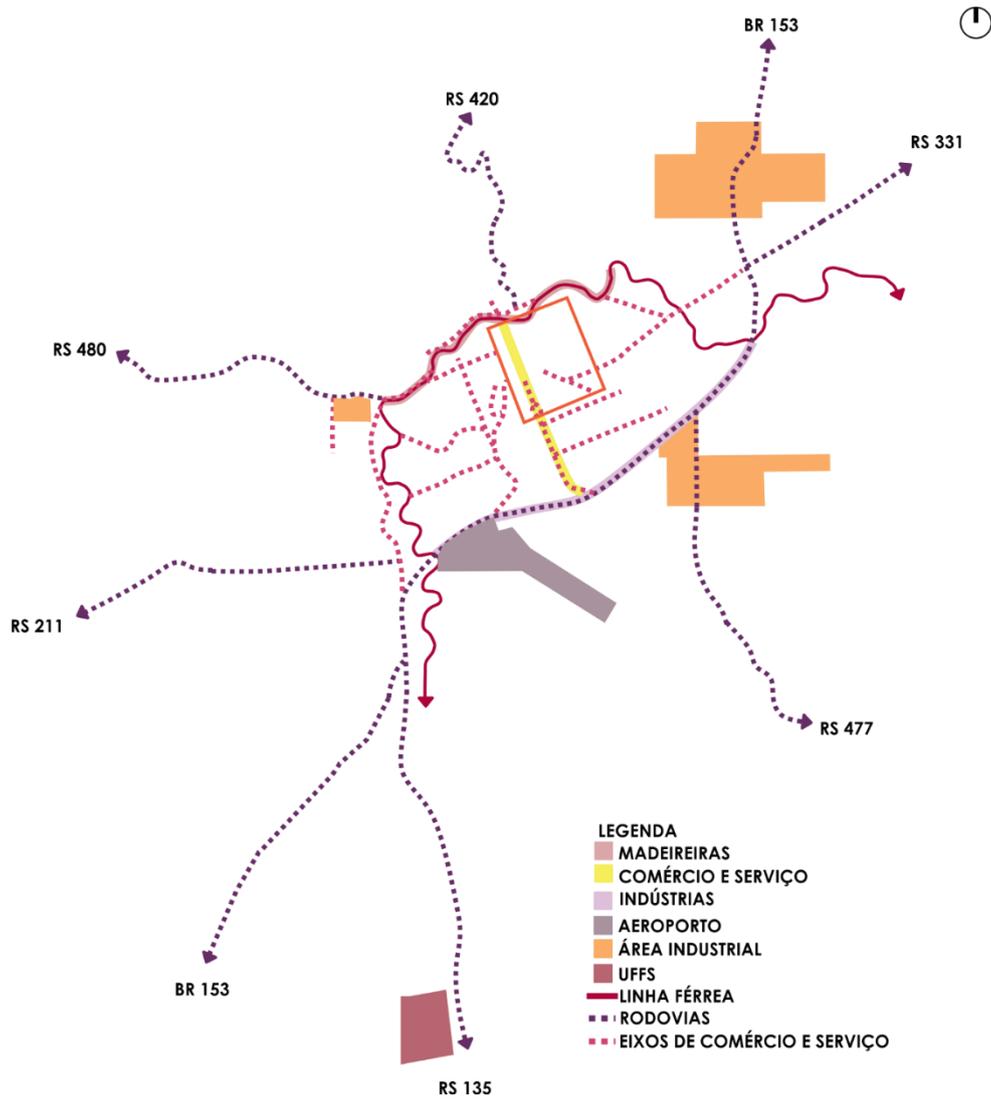
A investigação mostra que não existe preocupação em distribuir os espaços livres públicos em toda a cidade, pois os primeiros foram planejados no projeto do plano urbano de Erechim e a grande maioria dos espaços criados posteriormente são oriundos da legislação. A desconsideração das demandas sociais nos períodos de expansão resultou em zonas da cidade ficaram sem espaços livres públicos de qualidade numa cidade com grande quantidade de vazios urbanos. O próximo capítulo busca identificar os vazios urbanos na escala da cidade em sua conformação atual e também verificar como alguns vazios urbanos públicos hoje existentes, especialmente em zonas segregadas, são potencialmente passíveis de transformação para atender a carência de espaços livres públicos.

5 VAZIOS URBANOS: ESPAÇOS QUE CONFORMAM O TECIDO URBANO

A pesquisa desenvolvida mostra os diversos atores que influenciaram na conformação do espaço urbano de Erechim nos períodos de expansões da mancha urbana, resultando num tecido urbano fragmentado com carência de espaços livres públicos. Diante disso, torna-se necessário estudar os vazios urbanos na cidade e os tipos existentes de acordo com a literatura estudada, além de investigar a distribuição vazios urbanos públicos, caracterizá-los conforme sua situação atual para posteriormente avaliar as possibilidades de reinserção socioespacial.

Os dados levantados no decorrer da pesquisa permitiram construir o mapeamento dos vetores de ocupação do espaço urbano de Erechim (Figura 42) e com base em Zanin, Pereira e Pires (2016), foram mapeadas as principais atividades econômicas e pontos de ocupação e desenvolvimento da cidade atrelados ao surgimento de vazios urbanos. A ocupação urbana tem relação com processos econômicos principalmente pela conexão com a ferrovia e as rodovias que indicam consolidação da área central como a região mais nobre e valorizada em detrimento das áreas periféricas. Como direcionadores do crescimento urbano destacam-se as indústrias próximas à estação férrea nos primeiros anos, seguido da implantação do aeroporto nos anos 1940, a construção da BR-153 na década de 1970 conectada ao eixo principal de comércio e serviços da cidade e a implantação do distrito industrial nas proximidades. Nos últimos anos, a expansão sofreu influência da implantação do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na BR-153 que demandou a ampliação do transporte coletivo, readequações viárias e de mobilidade (ZANIN, PEREIRA E PIRES, 2016). Essas transformações caracterizam e fortalecem Erechim como um polo regional, permitindo diversas conexões locais com as cidades adjacentes e também nacional com outros estados, além de atrair pessoas, empreendimentos e indústrias.

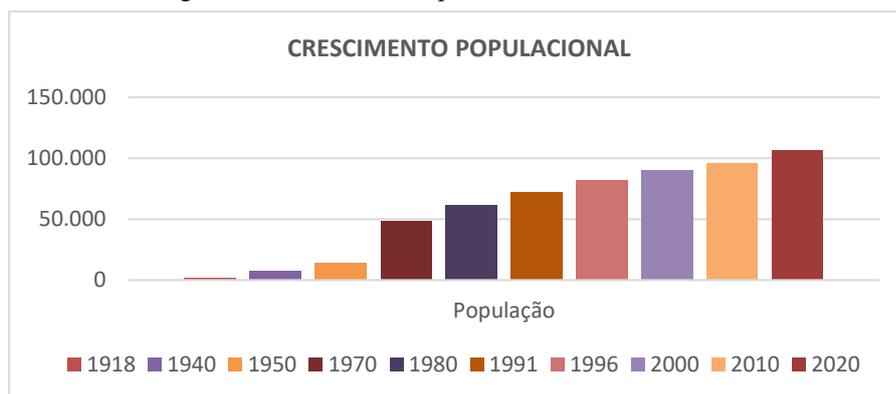
Figura 42 Principais ocupações de Erechim



Fonte: Baseado em Zanin, Pereira e Pires (2016), adaptado pela autora, 2021

O gráfico da distribuição populacional de Erechim por décadas (Figura 43) revela que o período de desenvolvimento de maior destaque se deu na década de 1940 para 1950 pelo auge do aumento populacional e da evolução da cidade com maior urbanização, loteamentos, usos, fortalecimento da economia. Nas demais décadas observa-se crescimento com ritmo proporcional sem grandes alterações.

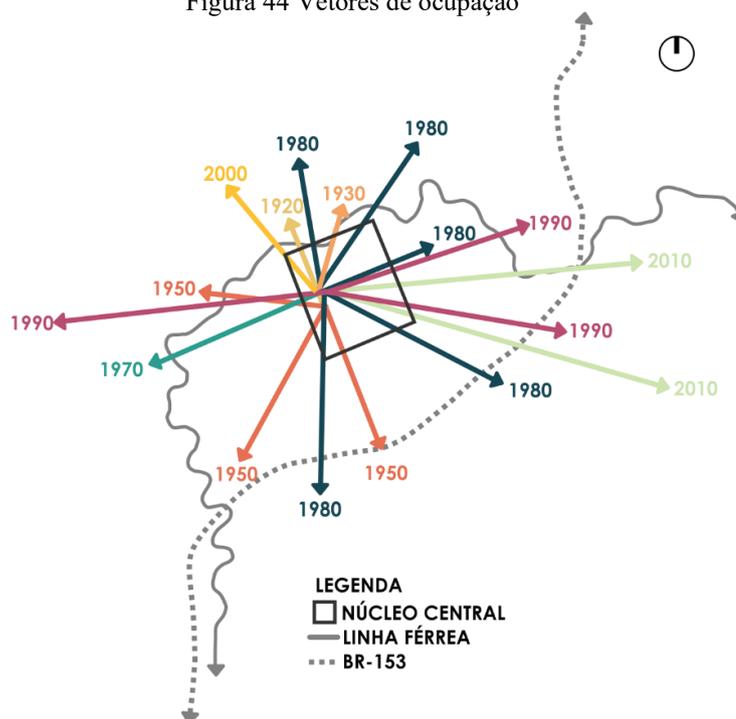
Figura 43 Crescimento Populacional de Erechim



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

Os direcionamentos da expansão urbana seguiram direções distintas nos períodos de consolidação, especialmente nas décadas de 1950, 1980 e 1990, espacializando-se em regiões dispersas. Esse entendimento confirma que o crescimento urbano erechinense se consolidou através de implantações pontuais com pouca ou nenhuma preocupação em dar continuidade ao tecido existente (Figura 44).

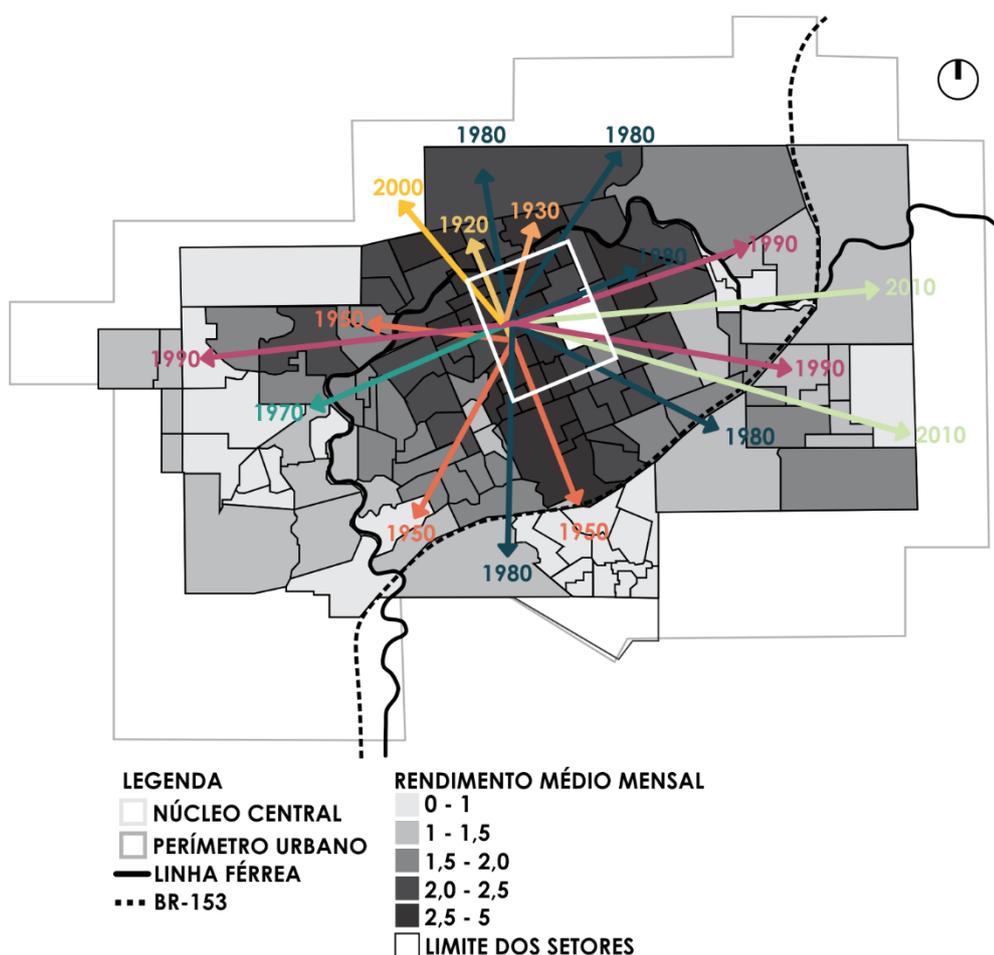
Figura 44 Vetores de ocupação



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

A sobreposição dos mapeamentos de vetores de ocupação e do levantamento da distribuição da faixa de renda mensal no espaço urbano de Erechim (Figura 45) aponta que as regiões que possuem faixa de rendimento menor correspondem predominantemente a alguns dos vetores dos anos 1950 e 1990, conformados por bolsões em diversos pontos do perímetro urbano. Esses dois períodos marcaram a ascensão do desenvolvimento urbano e econômico, e consequentemente a implantação de loteamentos sociais. Desse modo, as regiões com maior renda estão concentradas nos bairros centrais em contraste aos bairros mais afastados da estrutura consolidada que dispõem de moradores pertencentes a menor faixa de renda.

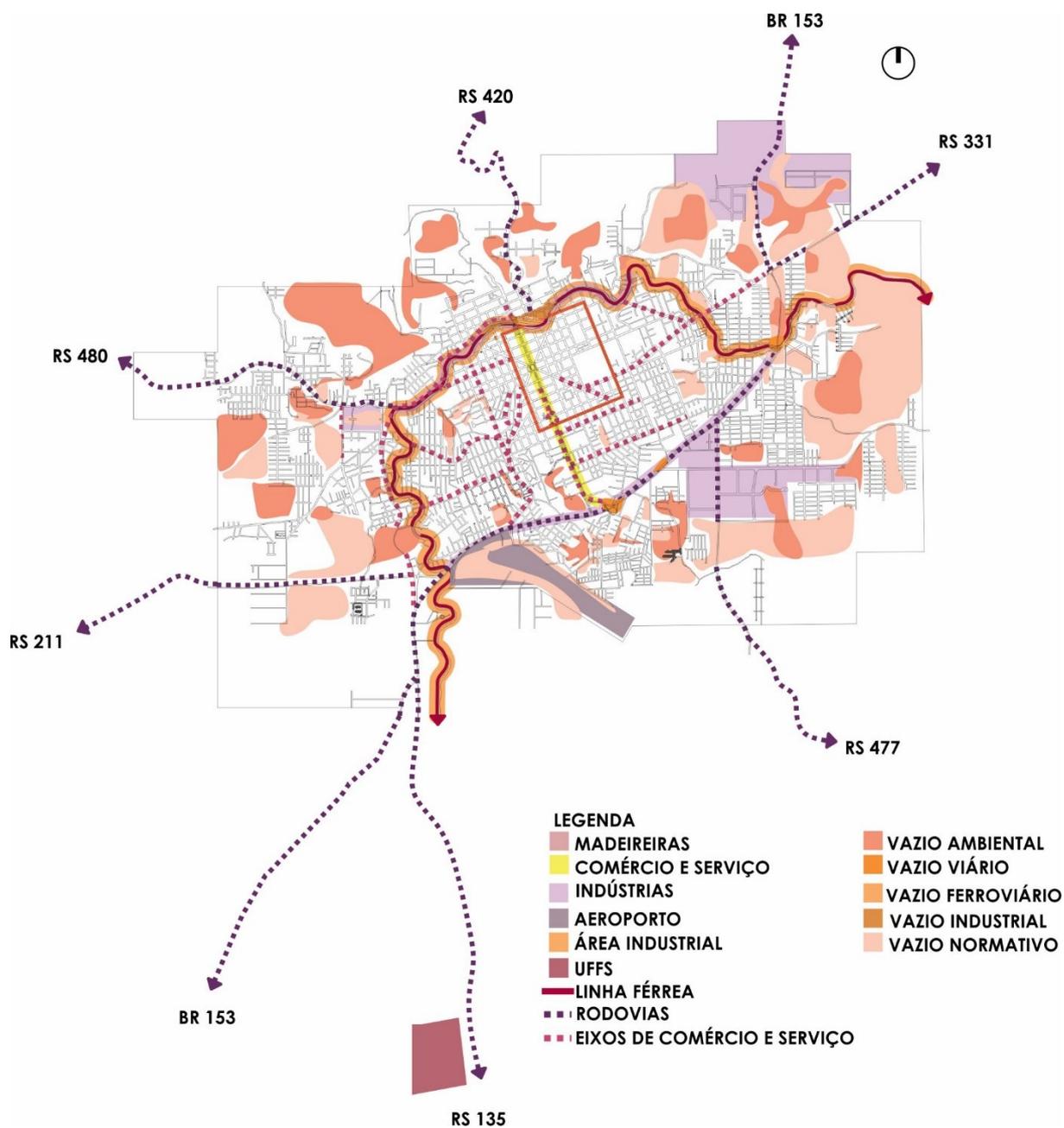
Figura 45 Vetores de ocupação e mapa de faixas de renda



Fonte: IBGE (2010), adaptado pela autora, 2021

As análises do levantamento dos vazios urbanos na cidade permitem verificar diversos conjuntos de vazios urbanos de origem estrutural e projetual em Erechim, revelando a diversidade de situações existentes, pois as camadas históricas resultaram em vazios urbanos oriundos de distintos períodos (Figura 46).

Figura 46 Vetores de expansão e tipos de vazios urbanos



Fonte: Base Google Earth, adaptado pela autora, 2021

Conforme visto, o elemento norteador da ocupação de Erechim é a linha férrea⁴⁵ e ao analisar essa região nos dias atuais identifica-se a presença de **vazios ferroviários, portanto conjunturais**, que constituem toda a extensão da linha desativada no perímetro urbano. O

⁴⁵ A ferrovia impulsionou o desenvolvimento de Erechim pela urbanização de áreas do entorno principalmente de caráter industrial.

núcleo desse vazio encontra-se no entorno da edificação da antiga estação, um espaço linear que não está integrado ao tecido urbano. Desde a desativação do transporte ferroviário não foram executados projetos ou ações de planejamento com a finalidade de reinseri-lo na dinâmica urbana e a edificação era utilizada para ensaios por grupos de dança étnica. Nos demais bairros por onde passa a linha há usos distintos como plantações na sua extensão, habitações irregulares beira-trilhos, áreas vegetadas, apropriação social, como brincadeiras, jogos de bola. Essa conjuntura revela distintas situações de vazios ferroviários, pois os terrenos pertencem a América Latina Logística (ALL), e permanecem obsoletos desde a desativação (Figura 47). Diante disso, a linha férrea de Erechim é caracterizada como um importante vazio simbólico e estruturante da malha urbana de Erechim, percorrendo toda a extensão da cidade.

Figura 47 Vazios Ferroviários: 1. Estação Férrea de Erechim; 2. Trilhos na região da estação. 3. Habitações informais beira-trilhos no bairro São Vicente de Paula; 4. Plantações nos trilhos na no bairro Novo atlântico



Fonte: Acervo da autora, 2021

Em consequência de mudanças econômicas e funcionais, a decadência do transporte ferroviário somado ao crescimento urbano e incompatibilidade da permanência de indústrias na área central gerou uma região abandonada com diversos galpões e edificações vazias. Esse cenário é conformado por **vazios industriais, que são estruturais**, que aguardam a valorização do solo e alguns desses galpões já receberam novos usos, e por isso, os vazios industriais significam a subutilização da infraestrutura existente e o esvaziamento simbólico do núcleo fundador de Erechim (Figura 48).

Figura 48 Vazios Industriais na região norte próximo à linha férrea.



Fonte: *Google Street View*, 2021

As alterações viárias também geraram **vazios viários, que são projetuais** (Figura 49). A construção do Viaduto Rubem Berta no final da década de 1960 é uma extensão do eixo principal da cidade ao norte, sobrepassa a linha férrea e fomentou o surgimento de várias áreas intersticiais como uma sobra física na malha urbana junto aos vazios ferroviários. Além disso, a implantação do terminal de transporte público em 2012 no terreno da antiga estação férrea também gerou vazios, pois desconsiderou a edificação existente e todo valor histórico e simbólico que tem para a cidade. O viaduto da BR-153 conecta a rodovia ao eixo principal de Erechim e nas adjacências há diversas áreas residuais resultantes da sua implantação como áreas gramadas sem uso próximo aos bairros periféricos. Outro ponto que originou vazios é o viaduto localizado no acesso do atual bairro Novo Atlântico, em que a travessia por seu baixo que conecta bairros de baixa renda ocorre por uma passagem informal realizada por pedestres que habitam na região em meio a vegetação densa. Recentemente foi implantada a elevação na BR-153 no ponto de acesso ao distrito industrial, que também ocasionou alguns vazios residuais no entorno.

Figura 49 Vazios Viários: 1. Baixio do Viaduto Rubem Berta; 2. Área residual entre o Terminal de Transporte Público e a antiga estação férrea; 3. Baixio do viaduto de acesso ao distrito industrial; 4. Baixio do Viaduto no bairro Novo Atlântico.



Fonte: Acervo da autora e *Google Street View*, 2021

As observações permitem constatar a existência de **vazios arquitetônicos estruturais**, pelas diversas edificações históricas presentes especialmente no núcleo central que se encontram em situação de abandono, além de obras em edifícios há anos embargadas. **Vazios ambientais estruturais** são as diversas glebas existentes no tecido consolidado que não são passíveis de utilização por seu relevo, inclinação e se tornam glebas vegetadas. O padrão repetido durante o processo de expansão urbana durante diversos períodos reflete no tecido fragmentado e disperso. Essas implantações pontuais ocasionaram o surgimento de **vazios normativos projetuais** resultantes das legislações aprovadas (Figura 50).

Figura 50 Vazios Arquitetônicos (1. Edificação antiga dos Correios) e Normativos (2. Bairro São Cristóvão; 3. Bairro Espírito Santo; 4. Rótula na área central).



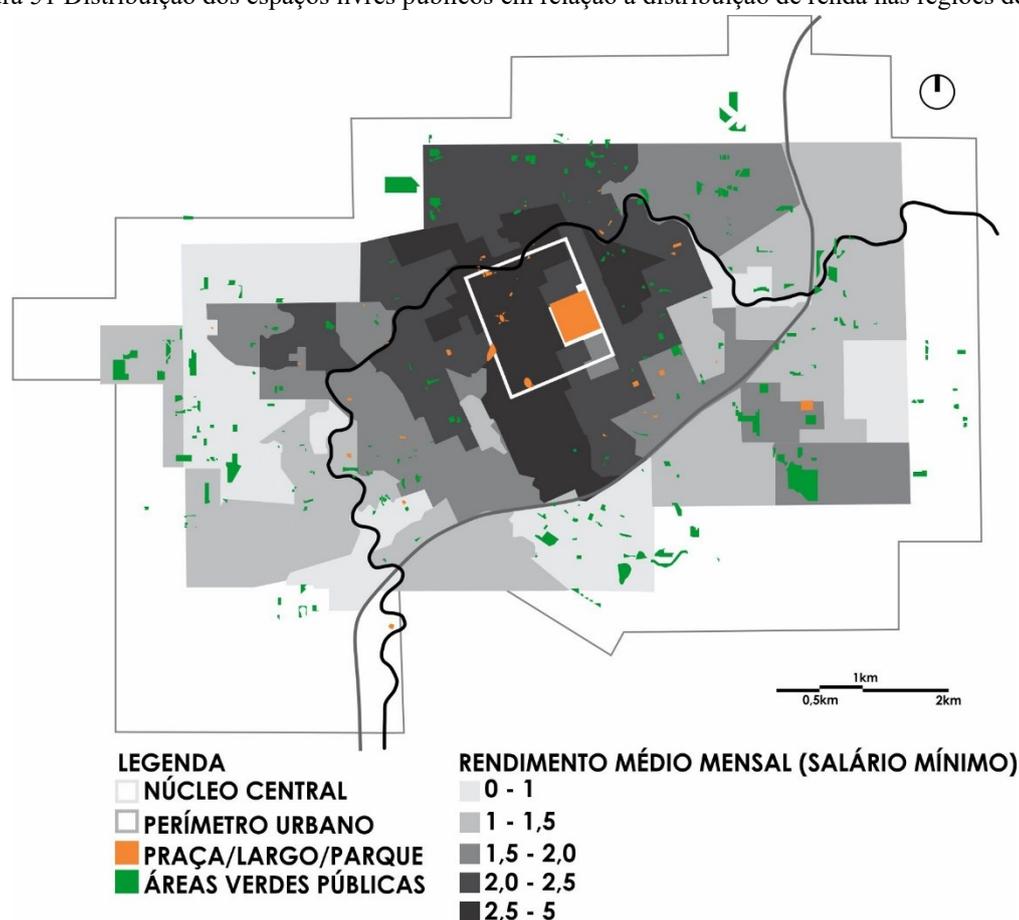
Fonte: *Google Street View*, 2021

Diante do exposto, é possível afirmar que o processo de expansão de Erechim resultou num tecido heterogêneo de estrutura fragmentada com diversos tipos de vazios urbanos oriundos de processos distintos. Entende-se o vazio como elemento que faz parte da construção do tecido urbano e assume distintos papéis, pois pode integrar ou segregar áreas, conformando permanências e discontinuidades. No entanto, dependendo da situação, pode gerar deseconomias na cidade, como a necessidade de estender infraestruturas, além de discontinuidades socioespaciais que, ao separar e afastar grupos sociais, podem levar a segregação social. Ao mesmo tempo que podem ser entendidos como problemas, podem ser elementos de reconexão social por meio de sua reinserção no sistema de espaços livres, potencializando sua reintegração como área de apropriação social, seja como praça de lazer, interações sociais, contemplação de paisagens ou esportiva. A partir deste panorama da cidade, optou-se por concentrar a investigação nos vazios urbanos públicos periféricos pela possibilidade de servir de espaço para as práticas sociais em áreas habitadas por populações mais dependentes do uso do espaço público e carentes de áreas de lazer, estabelecendo o debate da reinserção desses espaços para a função social da terra.

5.1 VAZIOS URBANOS PÚBLICOS PERIFÉRICOS E SUAS POTENCIALIDADES

O intuito desse momento da pesquisa é avaliar o potencial de uso dos vazios urbanos a partir da análise dentro do sistema urbano mediante o aprofundamento da investigação que se concentra nos vazios urbanos públicos de bairros periféricos pouco servidas de espaços livres públicos para a apropriação de comunidades menos favorecidas. Após o entendimento da evolução e situação urbana atual pretende-se verificar possibilidades de incorporação desses vazios no sistema de espaços livres utilizáveis, pois compreende-se a importância da socialização para os seres humanos. Embora a circulação de veículos e pedestres tenha sido o elemento norteador na implantação de Erechim, os espaços livres públicos foram fundamentais no desenho da cidade, especialmente as avenidas largas com canteiros centrais e praças na confluência viária (ZANIN, PEREIRA E PIRES, 2016). Os mapeamentos evidenciam que praças, parques e largos oficiais estão concentrados sobretudo nos bairros centrais e as áreas periféricas dispõem de áreas verdes públicas, que correspondem às regiões com rendimento mensal menor (Figura 51).

Figura 51 Distribuição dos espaços livres públicos em relação à distribuição de renda nas regiões de Erechim



Fonte: IBGE (2010) e Prefeitura Municipal, adaptado pela autora, 2021

Esse panorama permite aferir que em Erechim os bairros periféricos estão menos abastecidos de infraestruturas e serviços públicos e há menores possibilidades de acesso e mobilidade entre áreas, limitando as vias principais para a circulação. Além disso, a oferta de espaços livres públicos para a cidade foi se diluindo com a expansão da mancha urbana principalmente nesses bairros, onde a presença de praças e largos oficiais é reduzida ou inexistente. Entretanto, o levantamento das áreas verdes públicas⁴⁶ revela que estão distribuídas de forma mais equilibrada na maioria dos bairros centrais e periféricos, ainda que contemplem tamanhos, proporções e características variadas que resultam em diferentes possibilidades de apropriação.

Diante do exposto, entende-se que o desequilíbrio na distribuição dos espaços livres públicos é decorrente do crescimento populacional acelerado e falta de aplicação das ferramentas de planejamento, demonstrando que o poder público municipal não conseguiu planejar o espaço urbano buscando equilíbrio entre áreas privadas e espaços livres públicos apropriáveis para outras atividades além da circulação. Esse cenário é resultante da legislação que não se preocupava com o desenho do loteamento como um todo, restringindo aos arruamentos e índices de regulamento das edificações. A desconsideração das áreas verdes e os espaços livres públicos desvia as exigências da Lei de Parcelamento do Solo de 1979, que também não regulamentou de modo adequado o uso dos 10% de espaços públicos, que se espacializam em arruamentos ao invés de praças, e além disso, a possibilidade de criação de condomínios fechados permite a utilização privada de áreas verdes livres.

Por conta disso, 28 bairros localizados em áreas mais periféricas num primeiro momento são passíveis de serem estudados⁴⁷. De forma geral, são bairros de renda média para baixa, não dispõem de praças, parques ou largos, com pouco ou nenhum equipamento público. A carência de espaços que possibilitem vivências urbanas traz à tona a problemática envolvendo a vida social e pública desses bairros em Erechim e torna-se necessário descobrir como e onde essa população realiza suas práticas sociais. Nessa investigação busca-se analisar as áreas verdes públicas que estejam em situação de vazio urbano. As áreas verdes dos bairros

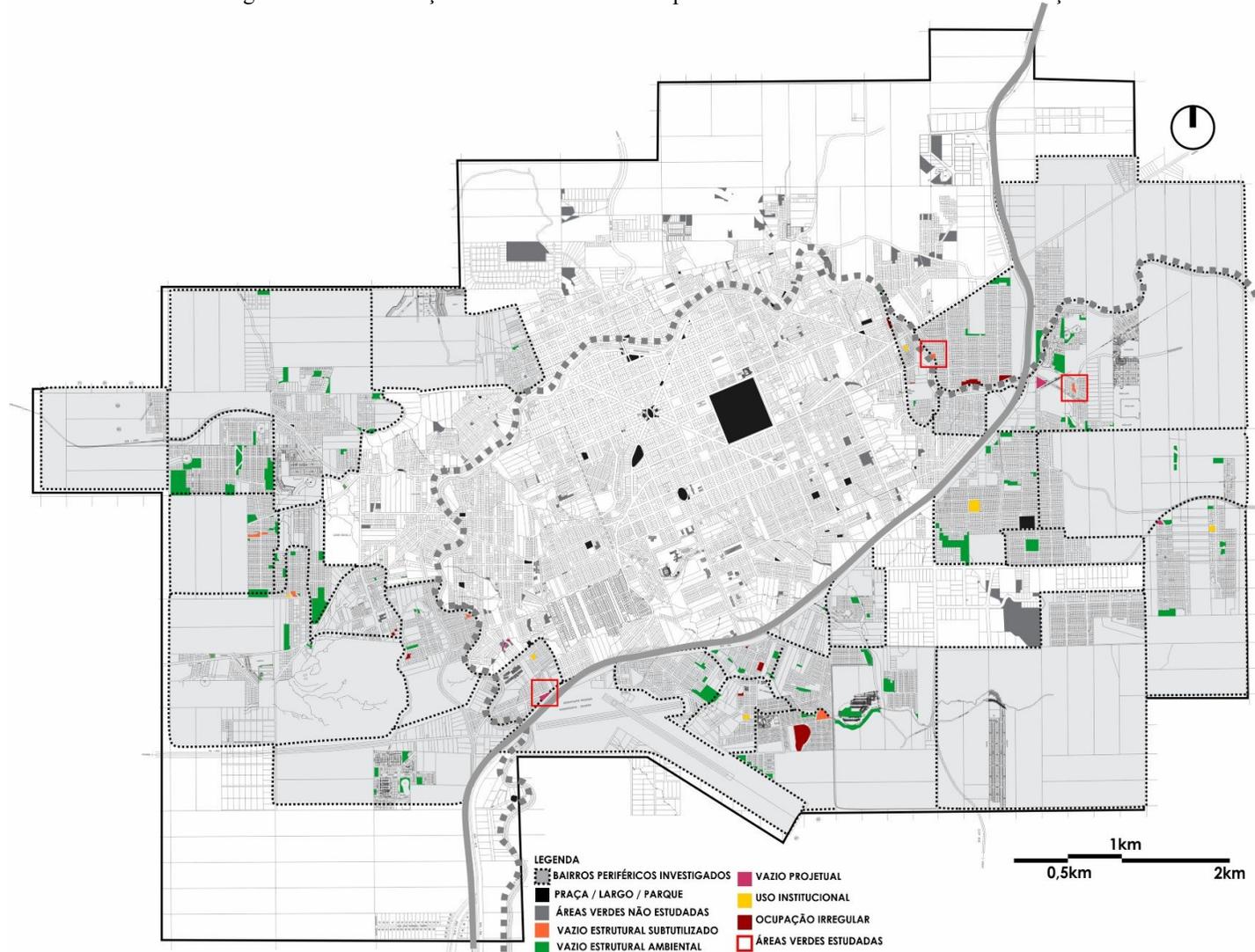
⁴⁶ No que diz respeito às áreas verdes, a Resolução CONAMA n° 369/06 trouxe avanços significativos, considerando a necessidade de adequar os parâmetros de restrição a determinadas demandas de uso desses espaços. Ao tornar a lei mais flexível, reconhece os casos de utilidade pública e interesse social, regula o uso das APPs como áreas verdes públicas e permite a implantação infraestruturas como caminhos, trilhas, travessias e equipamentos de lazer nessas áreas e a supressão de até 15% de cobertura vegetal e até 5% de área impermeabilizada. Esse direcionamento das possibilidades que a legislação nacional que permite intervir nesses espaços.

⁴⁷ Conforme os critérios estabelecidos nos procedimentos metodológicos.

pré-selecionados foram observadas virtualmente a partir da fotointerpretação no *Google Street View* a fim de identificar elementos que possam indicar apropriação⁴⁸, como mobiliários, traves de futebol, brinquedos, bancos. O mapeamento e a caracterização dessas áreas de acordo com sua situação atual revelam a existência diversos tipos de vazios urbanos: estrutural subutilizado, estrutural ambiental, projetual residual. Entretanto, algumas dessas áreas verdes públicas estão ocupadas por edificações de equipamento público e também por habitações informais (Figura 52).

⁴⁸ Tenório (2012), Gehl (2013).

Figura 52 Caracterização dos ELP's dos bairros periféricos estudados conforme sua situação atual



Fonte: Mapa obtido na Prefeitura Municipal com elaboração da autora, 2021

Os **vazios estruturais ambientais** (Figura 53), que embora tenham grande importância nas questões ambientais, dispõem de maciços arbóreos fechados que a princípio não propiciam relações com a população do entorno, não recebem tratamento ou planejamento que integre essas áreas na dinâmica urbana. Além disso, algumas áreas contemplam vegetação rasteira e estão aparentemente abandonadas.

Figura 53 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural ambiental nos bairros: 1. Paiol Grande; 2. Presidente Vargas; 3. Novo Atlântico; 4. Liberdade.



Fonte: Acervo da autora e *Google Street View*, 2021

Os **vazios estruturais subutilizados** (Figura 54) basicamente são espaços que possuem algum tipo de mobiliário, bancos, brinquedos, contudo não são efetivamente planejados, desprovidos de configuração adequada, há pouca vegetação e/ou integração entre ambiente natural e construído apontando a inexistência da articulação entre ambos.

Figura 54 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano estrutural subutilizado nos bairros 1. Copas Verdes; 2. Boa Vista; 3. Novo Atlântico; 4. Cristo Rei



Fonte: Acervo da autora e *Google Street View*, 2021

Os **vazios projetuais residuais** são remanescentes da implantação viária, porém, encontram-se de forma pontual na área de estudo, pois foram identificados dois espaços com essas características (Figura 55).

Figura 55 Áreas verdes públicas em situação de vazio urbano projetual residual nos bairros 1. Victória I; 2. Novo Atlântico



Fonte: Acervo da autora e *Google Street View*, 2021

As áreas verdes identificadas com **equipamentos públicos** dispõem de usos que propiciam de alguma forma algumas práticas sociais, como creches ou salões comunitários de bairros. Contudo, observa-se em diversos bairros áreas com **ocupação informal**, principalmente residências, reduzindo possibilidades de aproveitar esses espaços para propiciar práticas sociais nas áreas periféricas. No entanto, em quatro bairros essas áreas são inexistentes, não havendo uma parcela do solo destinado para o uso público (Figura 56).

Figura 56 Áreas verdes públicas com uso institucional nos bairros: 1. Atlântico; 2. Victória I; e com ocupação informal nos bairros 3. Cristo Rei; 4. Copas Verdes.



Fonte: Google Street View, 2021

No quadro a seguir (Quadro 6) apresenta-se o levantamento das áreas verdes dos bairros de periferia conforme suas características espaciais. As análises desenvolvidas permitem verificar que a maior parte se encontra em situação de vazio urbano nas esferas estrutural e projetual, além da predominância de áreas com caráter ambiental, mostrando um potencial existente nesse aspecto. Ao relacionar essa constatação com a escala da cidade, os espaços livres públicos de Erechim não são tratados como um sistema efetivamente integrado que permeie todo tecido urbano, pois esses espaços⁴⁹ estão distribuídos pontualmente nos bairros. Os espaços livres públicos mais integrados ao restante da cidade que recebem manutenção e projetos de revitalização estão localizados nas áreas centrais e os espaços livres públicos das regiões periféricas encontram-se desassistidos desses serviços.

⁴⁹ Espaços oficiais, como praças, largos ou parques, quanto áreas verdes públicas oriundas da legislação que englobam vegetação remanescente ou alterada.

Quadro 6 Classificação das áreas verdes públicas dos bairros periféricos estudados

Bairro ⁵⁰	Vazio Estrutural Ambiental	Vazio Estrutural Subutilizado	Vazio Projetual Residual	Institucional ⁵¹	Ocupação Informal ⁵²	AV Inexistente
São Vicente de Paulo	2	-	-	1	2	
<i>Copas Verdes</i>	2	1	-	-	2	
Parque Lúvia						x
União						x
Demoliner	1	-	-	-	-	
<i>Novo Atlântico</i>	9	1	1	-	-	
Maria Clara	4	-	-	-	-	
Parque Redenção	1	-	-	-	-	
Amizade						x
Liberdade	5	-	1	1	-	
Rio Tigre	4	-	-	-	-	
Estevam Carraro	2	-	-	-	-	
Presidente Castelo Branco	1	-	-	-	-	
<i>Cristo Rei</i>	6	1	-	-	1	
Progresso	-	-	-	1	1	
Petit Village	2	-	-	-	-	
São José	5	-	-	-	2	
Victória I	3	-	-	-	-	
<i>Victória II</i>	-	-	1	2	-	
Frinape	5	-	-	-	-	
Boa Vista	3	1	-	-	1	
<i>Agrícola</i>	7	1	-	1	-	
<i>Cotrel</i>	5	2	-	-	-	
Bandeirante	4	-	-	-	-	
Vale dos Parreirais						x
Paiol Grande	10	-	-	-	-	
Dal Molin	1	-	-	-	-	
Presidente Vargas	1	-	-	-	2	

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

⁵⁰ Os bairros em itálico são onde existe uma área verde pública com mobiliário e os bairros em negrito marcados na cor cinza são os locais estudados de modo localizado.

⁵¹ O uso institucional das áreas verdes públicas refere-se a creches, igrejas, salões comunitários, campos de futebol ou ginásios.

⁵² Durante esta pesquisa foram identificadas algumas áreas verdes públicas com ocupação informal especialmente de habitações.

Para entender o contexto urbano dessas áreas, optou-se por fazer uma aproximação em três bairros a fim de investigar a vida urbana dessas regiões. O intuito é descobrir vazios urbanos públicos apropriados pela população residente no entorno e se são transformados em pontos de encontro e trocas sociais. A partir disso, o local é analisado para avaliar suas potencialidades de reinserção na dinâmica urbana para incentivar a apropriação. Assim, são objetos de estudo áreas verdes públicas de bairros implantados em distintos períodos. Os anos 1990 tiveram grandes implantações de loteamentos em regiões periféricas e o Local 01 pertence ao bairro Copas Verdes localizado a nordeste, que ainda está em desenvolvimento, com proximidade da linha férrea e da rodovia BR-153. Este bairro está integrado à estrutura urbana com sistema viário planejado de malha ortogonal. Além disso, é carente de praças, fato observado também nas adjacências, e dentre as áreas verdes existentes duas têm uso residencial, portanto, sem uso público.

Na década de 1980, momento da recente implementação da BR-153 e implantação de indústrias, encontra-se o bairro Vitória II ao sul da cidade onde o vazio projetual selecionado, Local 02, está inserido. Um bairro localizado em paralelo a BR-153 com traçado irregular com descontinuidades viárias. Além disso, há algumas regiões vazias em contraponto às áreas com maior densificação. Por fim, nos anos 2010 foi selecionada uma região periférica que está se tornando um vetor de crescimento urbano que ainda tem intersecção com áreas e paisagens rurais. O Local 03 é um vazio estrutural localizado no Novo Atlântico, um bairro mais recente no processo de expansão de Erechim, a leste da BR-153 para além da malha urbana consolidada, segregada do restante da cidade. Por ser um bairro em desenvolvimento, está parcialmente integrado ao sistema urbano, conectado apenas com vias principais pelo sistema viário de espinha de peixe, e conseqüentemente dispõe de menores possibilidades de mobilidade dentro do bairro e não possui equipamentos públicos.

A etapa seguinte corresponde ao estudo desses três locais, suas relações com o entorno e estrutura interna que permite elaborar um diagnóstico que embasa a parte final da dissertação.

5.1.1 LOCAL 01 – Bairro Copas Verdes

O Local 01 está inserido no bairro Copas Verdes (Figura 57) que é resultante da expansão urbana dos anos 1990, seu traçado é ortogonal e possui conexões pontuais de deslocamento para outras regiões da cidade, seus limites são a linha férrea e a BR-153, e a leste dispõe de uma área verde densa criando uma barreira que separa a parte urbanizada da rodovia. Referente ao uso do solo é predominantemente residencial com edificações de até dois pavimentos, densidade baixa e com população pertencente à classe baixa. Algumas das residências são irregulares com ocupações na beira dos trilhos desativados da linha férrea. O bairro também dispõe de pontos comerciais e de serviços. Por fim, das cinco áreas verdes existentes duas são vazios estruturais ambientais, as outras duas dispõem de ocupação informal e a área estudada é um vazio estrutural subutilizado.

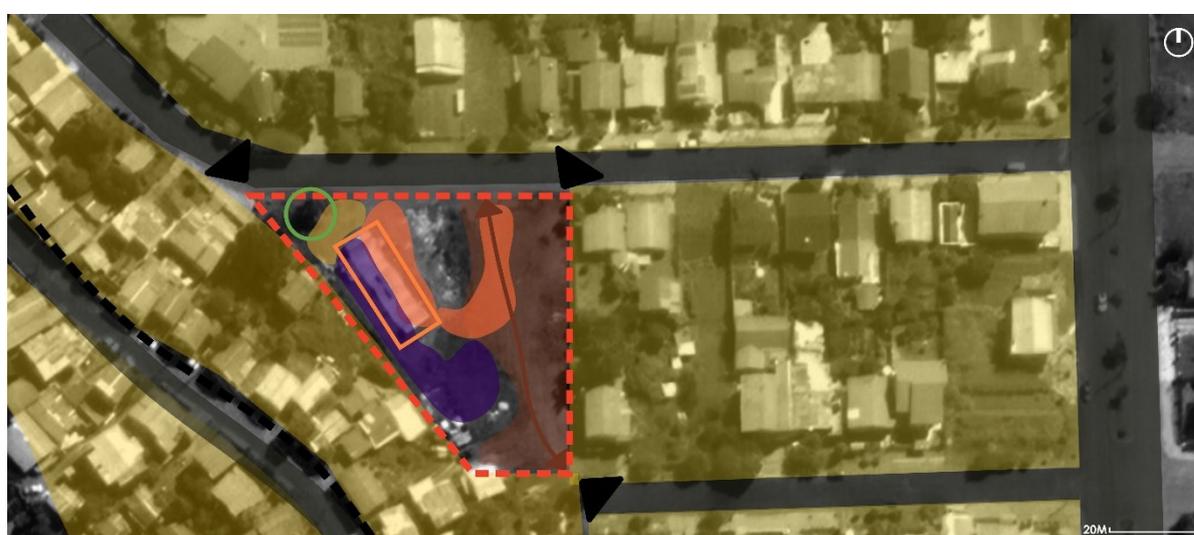
Figura 57 Inserção urbana do Local 01



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

No que diz respeito ao seu entorno imediato, o Local pode ser acessado por duas vias paralelas e seu entorno percebido é predominantemente residencial e uma de suas extremidades tem como limite habitações informais. As observações presenciais permitiram averiguar as condições físicas atuais da estrutura interna desse espaço que dispõe de uma pista para manobras de skate e bicicleta, grande quantidade de entulho e lixo, possui pouca vegetação. Essa conjuntura possibilita sua caracterização como vazio urbano por estar subutilizado e em situação de abandono (Figuras 58 e 59).

Figura 58 Estrutura interna do Local 01



LEGENDA		
□ OBJETO DE ESTUDO	— VIAS DE ACESSO	■ JOGOS - ADOLESCENTES
○ VEGETAÇÃO ARBÓREA	■ RESIDENCIAL	■ BRINCADEIRAS - CRIANÇAS
□ MOBILIÁRIO EXISTENTE	--- LINHA FÉRREA	■ CONTEMPLAÇÃO - ADULTOS E IDOSOS
■ NÍVEL MAIS ALTO	▲ ACESSOS	
↔ FLUXOS		

Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

Figura 59 Principais elementos do Local 01: 1. Caminho utilizado para circulação de pedestres, ciclistas e veículos; 2. Pista para manobras; 3. Pista de manobras vista do caminho de circulação, e nota-se a vegetação alta; 4. Existência de entulhos;



Fonte: Acervo da autora, 2021

Os períodos de observação também permitiram verificar distintas práticas sociais, principalmente de lazer e circulação. Havia diversas crianças brincando no local especialmente na pista de manobras, a maioria com faixa de idade até oito anos e os adultos que acompanhavam essas crianças permaneciam no entorno da pista. Além disso, o platô mais elevado é utilizado para travessia entre as vias paralelas por pedestres, ciclistas e veículos particulares. Na região dos entulhos havia animais se alimentando (Figura 60).

Figura 60 Local 01 sendo apropriado: 1. Crianças brincando na pista; 2. Crianças e adultos utilizando a pista



Fonte: Acervo da autora, 2021

Abaixo, apresenta-se o quadro-síntese (Quadro 7) das observações conforme aspectos selecionados para análise tanto no nível urbano como mais localizado, em que estão descritas de modo resumido suas condições e destacadas as situações em que se encontram na cor cinza escuro.

Quadro 7 Análise Socioespacial do Local 01

LOCAL 01 ANÁLISE SOCIOESPACIAL				
ESCALA DA CIDADE				
Inserção Urbana				
Configuração	Configuração trapezoidal vinculada ao quarteirão adjacente			
Sistema Viário	Integrado, contudo, não tem continuidade nas vias limítrofes com a linha férrea.			
Acessos	Pode ser acessado por duas vias locais, ambas com passeio público descontínuo, com pavimentação asfáltica com circulação de veículos.			
Usos do Solo	Predominantemente residencial, com residências beira-trilhos na linha férrea.			
Quanto ao tecido urbano				
Consolidado	Em consolidação	Em formação	Remanescente de intervenção urbana	Franjas de intervenção
Situação Fundiária				
Público		Privado	Conflito	
Permanência				
Novo		Semi-novo	Histórico	
Localização – Grau de consolidação				
Vazio central			Vazio periférico	
Meio ambiente				
Preservação ambiental			Conflito Ambiental	

ESCALA DO VAZIO URBANO				
Dimensão				
Intersticial	Intermediário		Grande Gleba	
Condições de Conservação				
Conservado	Preservado	Interrompido	Degradado	Ruína
Usos e Ocupação				
Desafetada	Desocupada	Subutilizada		Desestabilizada
Uso anterior	Ocupação anterior	Estacionamento / Atividades culturais/lazer		Obsoleto / Provisório
Relação com a área de entorno - impacto morfológico				
Cisão espacial	Alteridade	Transbordamento	Integração	Circulação
Normativa Urbanística				
LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2019 Art. 11. Para os efeitos desta Lei Complementar se considera: II – Áreas de Recreação, destinadas a atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais, centros esportivos e áreas verdes; Art. 17. Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas as áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à preservação das áreas verdes.				
Estrutura Interna				
Topografia	Desnível em torno de um metro em patamares. Pouca vegetação.			
Estado de Manutenção	Não existe manutenção no espaço, contém depósito de lixo, entulho.			
Mobiliário	Dispõe de uma pista de skate abandonada.			
Práticas Sociais				
Atividades	Brincadeiras de correr, bicicleta, circulação.			
Faixas Etárias	Crianças de até oito anos e adultos.			
Relações	Apropriação espontânea das crianças e adultos só acompanham, não utilizam efetivamente o espaço.			
Intensidade das Apropriações ⁵³	Moderada			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

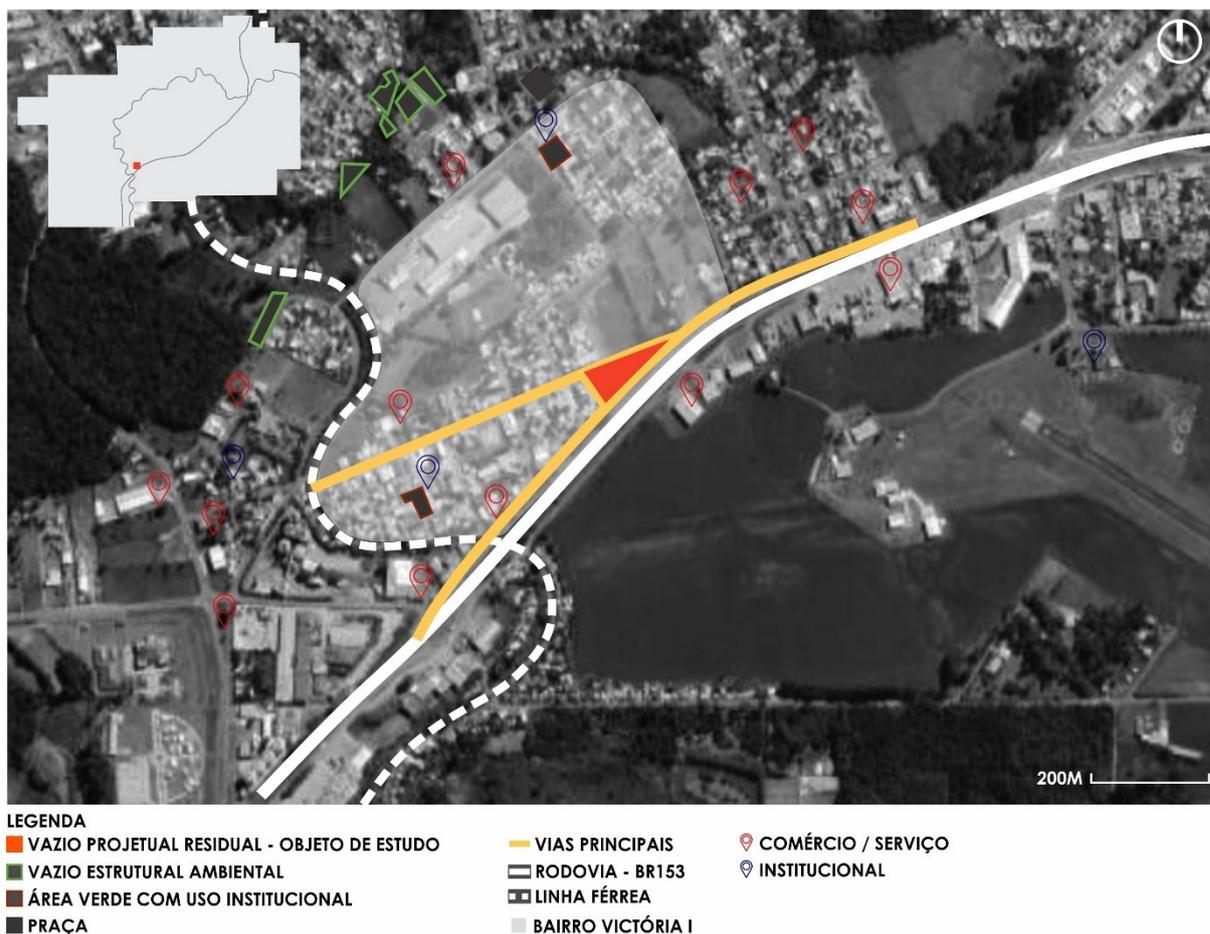
5.1.2 LOCAL 02 – Bairro Victória II

O Local 02 está localizado nas proximidades da BR-153 no bairro Victória II (Figura 61) que é resultante do processo de expansão urbana da década de 1980, possui traçado irregular com quadras de dimensões variadas, tendo a rodovia e a linha férrea como elementos limítrofes do seu perímetro. Referente aos usos do solo, a região com densidade alta é predominantemente residencial com edificações de até dois pavimentos e faixa de renda baixa. Além disso, dispõe de alguns pontos de comércio e serviços. Dentre as áreas verdes

⁵³ A classificação da intensidade das apropriações se dá pela existência de práticas sociais. Forte se em todas as visitas houveram apropriações. Moderada se houveram apropriações na grande maioria das visitas e Fraca caso haja mínimas apropriações durante as visitas.

públicas do bairro, duas estão com uso de equipamento público e a estudada caracteriza-se como vazio normativo projetual.

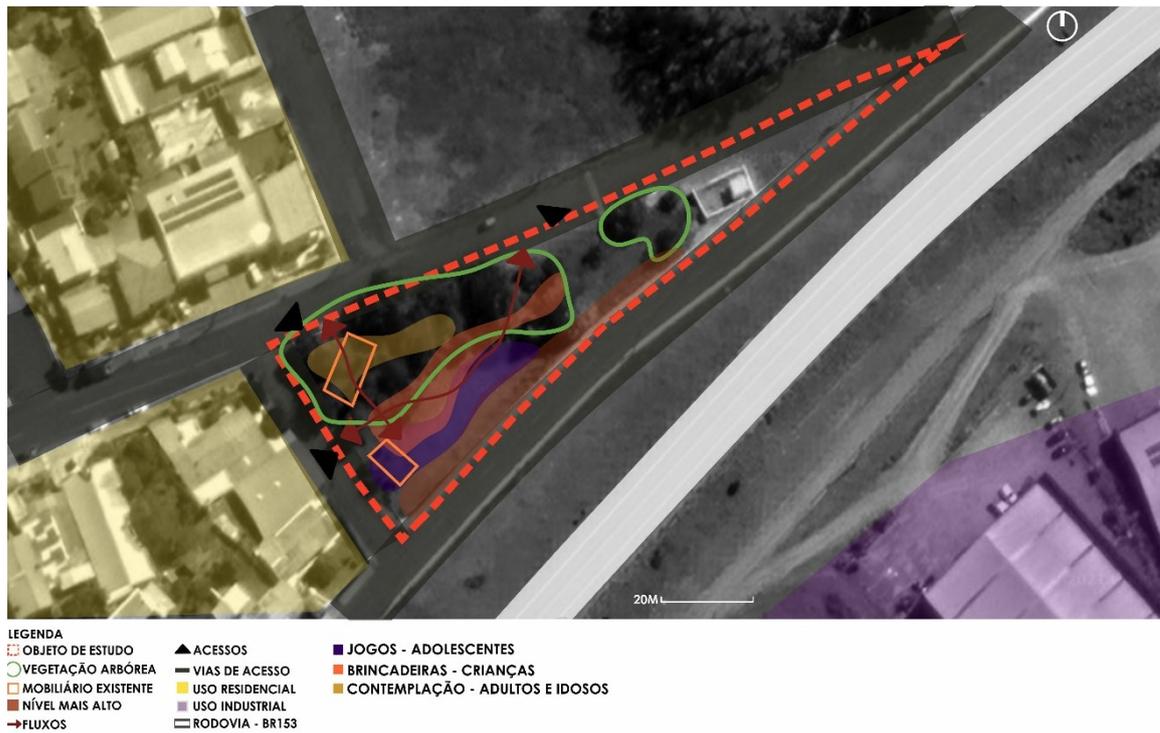
Figura 61 Inserção urbana do Local 02



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

A área verde está inserida num nível abaixo da BR-153 e é acessado por três vias. A forma desse espaço é triangular por ser remanescente da implantação do traçado viário, portanto, residual. Comporta uma área vegetada mais densa e de pequeno porte, além de trave para jogo de futebol, churrasqueira com bancos construídos de forma artesanal. Esses mobiliários são implementados pelos moradores, evidenciando sua identificação com o local ao inserir mobiliários para atender suas necessidades. Por não ter manutenções e projetos urbanos que melhorem as condições físicas, é um espaço subutilizado caracterizado como vazio urbano (Figuras 62 e 63).

Figura 62 Estrutura Interna do Local 02



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

Figura 63 Principais elementos do Local 02: 1. Trave de futebol; 2. Vista geral a partir do ponto mais alto, onde observa-se a vegetação; 3. Mobiliário feito de alvenaria pelos moradores locais inseridos entre as árvores; 4. Vegetação vista da rua;



Fonte: Acervo da autora, 2021

Durante as observações identificou-se a apropriação desse espaço pelos moradores do entorno, principalmente por crianças jogando bola acompanhadas por adultos, além de outros adolescentes brincando no espaço, de esconde-esconde, subindo nas árvores, se escondendo entre a vegetação arbustiva, utilizando o declive no terreno, aproveitando as possibilidades que o espaço proporciona (Figura 64).

Figura 64 Apropriação no Local 02: 1. Crianças e adultos jogando bola na trave e adolescentes brincando; 2. Adolescentes andando de bicicleta



Fonte: Acervo da autora, 2021

Diante do exposto, os dados coletados são apresentados no quadro-síntese das observações conforme aspectos selecionados para análise da inserção urbana e do vazio urbano (Quadro 8).

Quadro 8 Análise Socioespacial do Local 02

LOCAL 02 ANÁLISE SOCIOESPACIAL	
ESCALA DA CIDADE	
Inserção Urbana	
Morfologia	Configuração triangular caracterizada como remanescente viário segregado no tecido urbano.
Sistema Viário	Segregado. Possui fragmentações.
Acessos	Pode ser acessado por duas vias, arterial e coletora, ambas com passeio público descontínuo, com pavimentação asfáltica com circulação de veículos e até mesmo caminhões menores.
Usos do Solo	Predominantemente residencial.
Quanto ao tecido urbano	

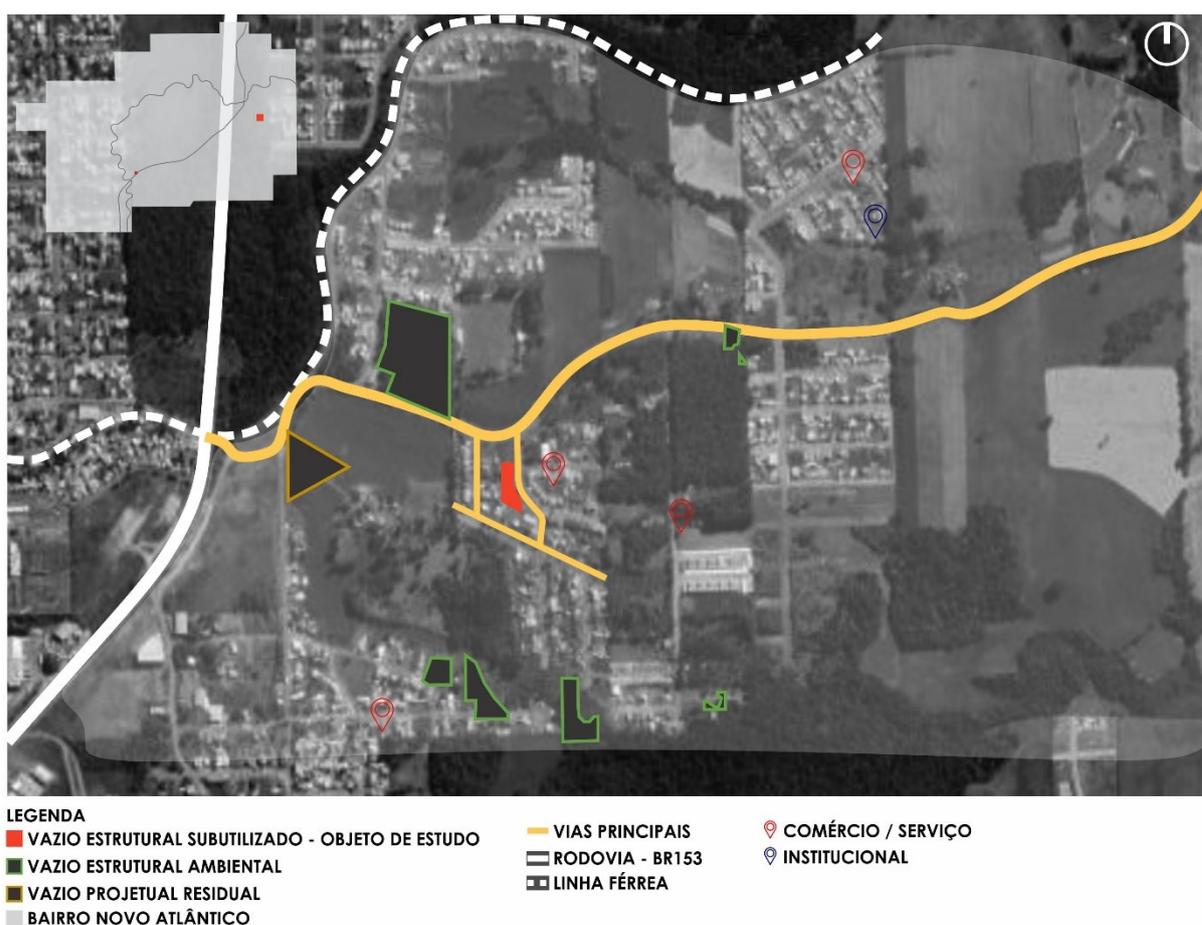
Consolidado	Em consolidação	Em formação	Remanescente de intervenção urbana	Franjas de intervenção
Situação Fundiária				
Público		Privado	Conflito	
Permanência				
Novo		Semi-novo	Histórico	
Localização – Grau de consolidação				
Vazio central			Vazio periférico	
Meio ambiente				
Preservação ambiental			Conflito Ambiental	
ESCALA DO VAZIO URBANO				
Dimensão				
Intersticial		Intermediário	Grande Gleba	
Condições de Conservação				
Conservado	Preservado	Interrompido	Degradado	Ruína
Usos e Ocupação				
Desafetada	Desocupada	Subutilizada		Desestabilizada
Uso anterior	Ocupação anterior	Estacionamento / Atividades culturais/lazer		Obsoleto / Provisório
Relação com a área de entorno - impacto morfológico				
Cisão espacial	Alteridade	Transbordamento	Integração	Circulação
Normativa Urbanística				
LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2019 Art. 11. Para os efeitos desta Lei Complementar se considera: II – Áreas de Recreação, destinadas a atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais, centros esportivos e áreas verdes; Art. 17. Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas as áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à preservação das áreas verdes.				
Estrutura Interna				
Topografia	Desnível em torno de um metro mais acentuado abaixo de uma das vias de acesso. Grande concentração de vegetação arbórea, com árvores frutíferas e arbustos.			
Estado de Manutenção	Não existe manutenção no espaço, contém depósito de lixo, entulho.			
Mobiliário	Dispõe de uma trave de futebol, churrasqueira e alguns bancos, todos feitos artesanalmente.			
Práticas Sociais				
Atividades	Futebol, brincadeiras de correr, bicicleta, alimentação.			
Faixas Etárias	Crianças, adolescentes e adultos.			
Relações	Apropriação espontânea das crianças, adolescentes e adultos, utilizando o espaço.			
Intensidade das Apropriações	Moderada			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

5.1.3 LOCAL 03 – Novo Atlântico

O Local 03 pertence ao bairro Novo Atlântico (Figura 65) oriundo da expansão urbana da década de 2010, uma região predominantemente residencial conformada especialmente habitações populares e poucos pontos comerciais e de serviços. No Censo de 2010 esse bairro ainda não existia, portanto, não há dados oficiais sobre renda e densidade demográfica. Contudo, pelas características socioespaciais que o bairro apresenta enquadra-se como de renda média-baixa. É uma região segregada da área consolidada e a configuração do sistema viário se estrutura por vias menores conectadas a uma via principal provavelmente por ser um bairro ainda recente no desenvolvimento de Erechim, mas que possui áreas para futura expansão e consolidação. Dentre as áreas verdes públicas do bairro, sete são vazios estruturais ambientais, uma é vazio normativo projetual e a área estudada é vazio estrutural subutilizado.

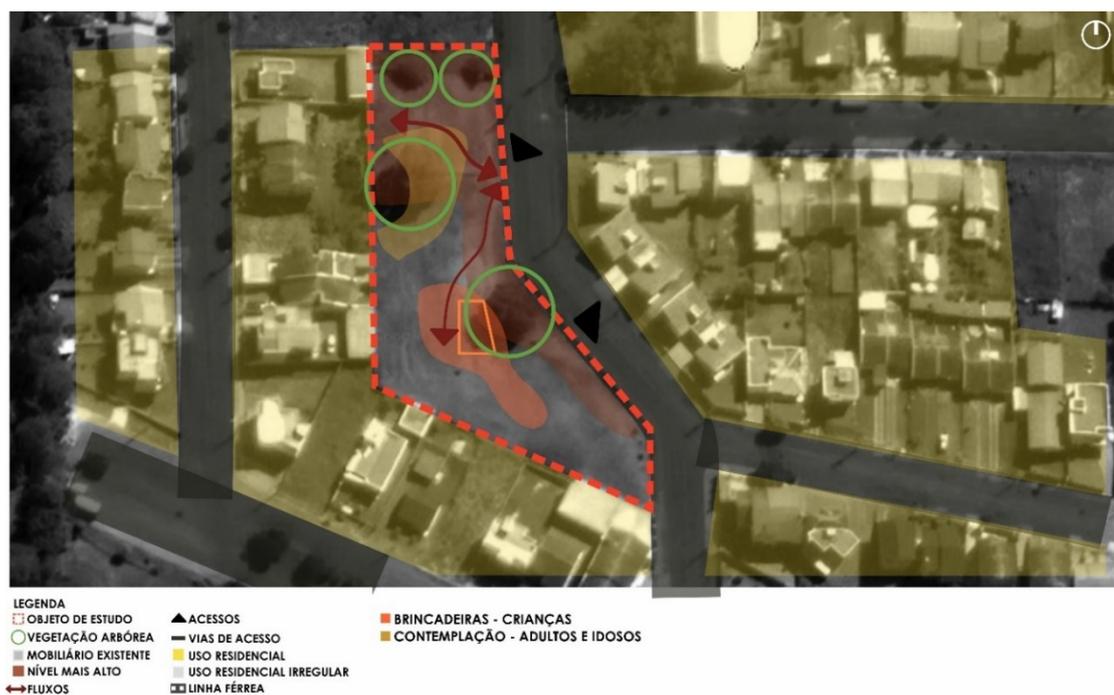
Figura 65 Inserção urbana do Local 03



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

O local de estudo é uma área trapezoidal cercada, vinculada ao quarteirão adjacente com acesso a partir de uma via. Dispõe de vasta cobertura vegetal rasteira em toda extensão, algumas árvores de grande porte localizadas pontualmente e alguns brinquedos implantados de forma dispersa no espaço. Possui um leve desnível com pequenas ondulações ao longo de sua extensão (Figura 66 e 67).

Figura 66 Estrutura interna do Local 03



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

Figura 67 Principais elementos do Local 03: 1. Cercamento e diferença de nível; 2. Brinquedos infantis existentes; 3. Área mais alta do terreno; 4. Local visto da rua.



Fonte: Acervo da autora, 2021

No decorrer das observações foi presenciado apenas um momento de apropriação em que uma mãe fazia caminhadas no platô mais elevado do espaço enquanto seu filho pequeno brincava embaixo de uma árvore (Figura 68).

Figura 68 Local 3 sendo utilizado: mãe caminhando e filho brincando.



Fonte: Acervo da autora, 2021

Dessa maneira, as informações coletadas são apresentadas no quadro-síntese das observações conforme aspectos selecionados para análise tanto no nível urbano como mais localizado (Quadro 9).

Quadro 9 Análise Socioespacial do Local 03

LOCAL 03 ANÁLISE SOCIOESPACIAL				
ESCALA DA CIDADE				
Inserção Urbana				
Morfologia	Configuração trapezoidal vinculada ao quarteirão adjacente			
Sistema Viário	Segregado, conectado à via principal do bairro			
Acessos	Pode ser acessado por uma via com pavimentação de paralelepípedo.			
Usos do Solo	Predominantemente residencial.			
Quanto ao tecido urbano				
Consolidado	Em consolidação	Em formação	Remanescente de intervenção urbana	Franjas de intervenção
Situação Fundiária				
Público		Privado	Conflito	
Permanência				
Novo		Semi-novo	Histórico	

Localização – Grau de consolidação				
Vazio central			Vazio periférico	
Meio ambiente				
Preservação ambiental			Conflito Ambiental	
ESCALA DO VAZIO URBANO				
Dimensão				
Intersticial		Intermediário		Grande Gleba
Condições de Conservação				
Conservado	Preservado	Interrompido	Degradado	Ruína
Usos e Ocupação				
Desafetada	Desocupada	Subutilizada		Desestabilizada
Uso anterior	Ocupação anterior	Estacionamento / Atividades culturais/lazer		Obsoleto / Provisório
Relação com a área de entorno - impacto morfológico				
Cisão espacial	Alteridade	Transbordamento	Integração	Circulação
Normativa Urbanística				
<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2019 Art. 11. Para os efeitos desta Lei Complementar se considera: II – Áreas de Recreação, destinadas a atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais, centros esportivos e áreas verdes; Art. 17. Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas as áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à preservação das áreas verdes.</p>				
Estrutura Interna				
Topografia	Está num platô abaixo da via de acesso em torno de um metro e em alguns pontos fica próximo de dois metros. Possui pouca vegetação arbórea e uma extensa área gramada.			
Estado de Manutenção	Acredita-se que tenha manutenção do gramado.			
Mobiliário	Dispõe de alguns brinquedos e lixeiras.			
Práticas Sociais				
Atividades	Caminhada, brincadeiras.			
Faixas Etárias	Crianças, adolescentes e adultos.			
Relações	Apropriação espontânea das crianças, adolescentes e adultos, famílias.			
Intensidade das Apropriações	Fraca			

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

5.1.4 Vazio urbano privado

Nesse momento, apresenta-se um vazio urbano (Figura 69) que embora seja privado, faz parte dos espaços que se enquadram na abordagem principal desta pesquisa, revela momentos do cotidiano de bairros de periferia. O Local pertence ao bairro Parque Lívias⁵⁴ com traçado irregular tendo limite com a BR-153, a linha férrea e estação de energia da RGE (Rio Grande Energia) numa região de baixa renda predominantemente residencial com habitações de até dois pavimentos. O espaço em questão é um terreno vago particular subutilizado na beira da rodovia, resultando num espaço residual que não possui delimitações físicas do traçado urbano. Dispõe de traves improvisadas e brinquedos feitos de toras de madeira de forma artesanal mostrando a relação dos moradores com o local.

Figura 69 Inserção urbana



Fonte: Base *Google Earth*, adaptado pela autora, 2021

Apesar de ser um espaço residual e não ter sido projetado como um espaço público, a apropriação das pessoas o transformaram em num espaço para suas vivências dentro das

⁵⁴ O bairro Parque Lívias está localizado na região nordeste e é limítrofe ao bairro Copas Verdes, estudado anteriormente.

condições possíveis. Esse espaço é frequentemente utilizado para práticas sociais de crianças e adolescentes que jogam futebol e diversas brincadeiras, é um espaço vazio transformado pela presença dessas pessoas. Internamente, o chão batido de terra vermelha permite o contato direto com a natureza, a vegetação natural do local remete à uma paisagem bucólica no meio da estrutura urbana. Nesse espaço acontece a vida urbana de algumas pessoas que moram no entorno (Figura 70).

Figura 70 Local sendo utilizado: crianças e adolescentes jogando bola na parte que possui as traves.



Fonte: Acervo da autora, 2021

Embora os vazios urbanos privados não sejam o foco desta pesquisa, entendeu-se a importância de apresentar brevemente que esses espaços também são utilizados pela população local, apontando uma oportunidade de apresentar novos estudos que possam embasar ações que visam resgatar a função social de terrenos privados sem uso. É necessário ter o planejamento de toda a área do entorno para que sejam reinseridos à estrutura da cidade, alterando questões de qualidade urbana principalmente das habitações próximas, além das ações do poder público municipal para incentivar os usos.

5.1.5 Vazios urbanos públicos: potencialidades de reinserção socioespacial

As análises dos dados levantados permitiram confirmar que os três locais investigados possuem características semelhantes em diversos aspectos, pois são áreas públicas que não foram efetivamente implantadas e tornaram-se vazios urbanos na dinâmica de Erechim com desconexões socioespaciais. Essa conjuntura revela a real a situação que se encontram essas áreas verdes públicas de regiões periféricas sem condições para cumprir efetivamente com sua função social, consequência principalmente da ausência do poder público municipal desenvolver ações e intervenções para a inserção urbana desses espaços. Além disso, em relação aos aspectos físicos, por exemplo, existem apenas mobiliários dispostos de modo disperso em pouca quantidade e com estado de conservação baixo, sem condições adequadas para utilização.

Embora as atuais condições físicas apresentem-se inadequadas para uso, as observações locacionais mostraram que mesmo em situação de vazio urbano, esses espaços são utilizados para práticas sociais dos moradores locais dentro das possibilidades existentes no seu cotidiano. Entende-se, dessa maneira, a importância desses espaços para crianças, adolescentes e adultos que realizam atividades de permanência e de circulação. As distintas apropriações não programadas e o sentimento de pertencimento dos grupos sociais se refletem, por exemplo, por meio da implantação de mobiliários por iniciativa da população que vivencia o local a fim de atender suas demandas. Esses vazios têm o papel de espaço público ao dar, ainda que de modo precário e provisório, suporte para os bairros periféricos.

A avaliação das características socioespaciais revela o potencial desses espaços para a função de lazer. As áreas verdes públicas analisadas pela observação mais localizada têm, portanto, potencialidade para integrar o sistema de espaços livres da cidade e atender de forma mais efetiva às demandas locais. Isso é possível devido à inserção urbana integrada na malha, à visibilidade no entorno percebido na escala do pedestre e à facilidade de acesso. Na estrutura interna do vazio, os terrenos dispõem de desníveis pouco acentuados, o que possibilita a implantação de usos aproveitando a diferença de nível. Também se torna necessário readequar a cobertura vegetal com as árvores existentes a fim de melhorar as questões ambientais na cidade e de propiciar a aproximação dos moradores com a natureza. Quanto aos usos, é fundamental tirar partido dos dados coletados, dentre eles destaca-se a implantação de área para práticas esportivas, como futebol, bicicleta, skate, vôlei, basquete,

pistas de caminhadas ou corridas, inserção de brinquedos de *playground* e mobiliário urbano para espaços de estar e alimentação.

Diante do exposto, o entendimento do papel dos vazios urbanos na região que estão inseridos permitiu extrair novas perspectivas para esses espaços estarem integrados de forma efetiva na dinâmica de Erechim. Os espaços públicos e subutilizados podem, portanto, contribuir na conformação de áreas verdes na escala da cidade e conectar bairros através do sistema de espaços livres, propiciando convívio social com múltiplas atividades (XIMENES, MAGLIO, FRANCO, 2020). Dessa maneira, apresentam-se orientações das possibilidades de reinserção socioespacial estruturada por três aspectos que se mostraram relevantes durante a pesquisa: inserção urbana, estrutura interna do vazio urbano e práticas sociais (Quadro 10).

Quadro 10 Orientações para reinserção socioespacial dos vazios urbanos públicos

ORIENTAÇÕES PARA REINserÇÃO SOCIOESPACIAL	
Inserção Urbana	
Morfologia	Delimitar o perímetro reforçando seu desenho e inserir barreiras de proteção a fim de propiciar segurança aos usuários, visto que há fluxo de veículos. Adequar o desenho do espaço para possibilitar a articulação de diversas atividades de forma clara e acessível que aproveite toda extensão do espaço.
Acessos	Requalificar as vias de acesso para melhorar a mobilidade. Criar separação do tráfego de veículos. Inserir vias de pedestres que possibilitem o acesso em diversos pontos da extensão do espaço. Adequar os passeios públicos do entorno e ciclofaixa para uso de bicicleta.
Estrutura Interna do Vazio Urbano	
Topografia/ Cobertura do solo	Aproveitar a diferença de nível topográfico para criar diferentes ambientes, pois o desnível cria proteção para a área abaixo. Inserir vegetação de diversos portes de forma significativa, resgatando a função ambiental. Otimizar a vegetação existente para criar áreas de estar integradas ao ambiente natural.
Mobiliário	Projetar um espaço que atenda às necessidades locais de crianças, adolescentes e adultos, especialmente com playground e área para prática de diversas modalidades esportivas, pista para manobras de <i>skate</i> e bicicleta, pistas de caminhada e corrida. Áreas de contemplação e de estar. Áreas de estar com churrasqueira e mobiliário de apoio.
Práticas Sociais	
Atividades	Potencializar essas atividades pela inserção de mobiliário adequado, complementando com outros possíveis usos.

Faixas Etárias	Criar espaços coerentes para fomentar a apropriação de todas as faixas etárias de crianças à adultos.
----------------	---

Fonte: Elaborado pela autora, 2021

A viabilidade de aproveitamento das áreas verdes públicas pode ser estruturada a partir dessas orientações, por exemplo, com implementação condições físicas que possibilitem a integração com o entorno, melhor acesso, maior apropriação, recuperação da massa vegetativa para potencializar a conexão com o sistema ambiental. A partir das readequações espaciais, ações de planejamento urbano sensíveis e participativas podem ser exploradas por iniciativas do poder público municipal através da secretaria de cultura, esportes, lazer, com implementação de eventos que valorizem a apropriação e o direito à cidade, incentivando essas populações vivenciarem o espaço urbano, ampliando e incrementando usos.

Portanto, o estudo trouxe direcionamentos que podem contribuir para que esses locais cumpram de modo efetivo sua função de espaço público nos bairros periféricos, revelando novas formas de articulação com a estrutura e a dinâmica urbana. Essas estratégias visam expandir as práticas existentes para toda a cidade, criando uma rede tanto física (laranja) quanto de ações (branca) que incentivam o uso dessas áreas e reforçam a importância que esses espaços têm para a sociedade (Figura 71). Desse modo, baseado em oportunidades reais é possível apontar possibilidades propositivas adequadas para o sistema de espaços livres e as formas urbanas, que de modo preventivo pode direcionar ações públicas ao longo de décadas e ampliar o uso esses espaços nas cidades (QUEIROGA, SAKATA, 2020).

Figura 71 Rede do sistema de espaços livres e de ações



Fonte: Base *Google Earth*, elaborado pela autora, 2021

5.1.6 Discussão dos resultados

Esta pesquisa teve como princípio compreender a situação dos vazios urbanos periféricos em Erechim-RS visando avaliar o papel e as potencialidades de reinserção socioespacial desses espaços. Após uma leitura ampla da evolução e situação atual da cidade, a investigação se concentrou em bairros periféricos carentes de áreas de lazer planejadas, habitados por grupos sociais menos favorecidos e mais dependentes do uso do espaço público. Os resultados encontrados revelaram a existência de vazios urbanos públicos em Erechim que podem ser incorporados no sistema de espaços livres, especialmente em zonas periféricas desprovidas de espaços públicos. Essa constatação foi possível a partir das questões norteadoras da pesquisa que visavam investigar a existência de vazios urbanos públicos periféricos que recebiam práticas sociais servindo de espaço de encontro através de apropriações não programadas e esporádicas. As análises iniciaram na escala da cidade e

foram direcionadas para a escala dos bairros mediante o estudo de campo que trouxe descobertas que responderam às perguntas iniciais. Dessa forma, os objetivos propostos foram alcançados pelo método estruturado.

A investigação que teve início no estudo da ocupação histórica de Erechim foi fundamental e contribuiu na compreensão da problemática central pela linha temporal elaborada a partir de Santos (1985) estudando processos, legislação, estrutura, forma e função. Erechim é uma cidade média que teve como principais vetores de expansão a conexão com a linha férrea e no final da década de 1970 a BR-153, mostrando a forte ligação com a infraestrutura viária e com a inserção de indústrias. A implantação de loteamentos sociais e a iniciativa de incorporadores privados, na maioria especulativa, foram responsáveis pelo espaço urbano de ocupação dispersa. Essa característica não é exclusividade da cidade, pois segue os processos urbanos latino-americanos e brasileiros estruturados pelos interesses políticos e particulares com apoio da legislação ou da ausência de regulamentação urbana em determinados momentos.

Nos diversos períodos da conformação do espaço urbano de Erechim fica evidente que houve a participação de diferentes atores, além do Estado (nacional, regional e municipal), de incorporadores e mesmo de grupos sem teto que ocupam determinadas áreas, seja para morar ou ter um espaço de lazer e socialização, como nos vazios urbanos. No processo de urbanização se destaca a fraca atuação de controle estatal que, além de não planejar o crescimento da mancha urbana e seus espaços de convívio e lazer, também repete padrões de ocupação dispersa da mancha⁵⁵ junto à forte atuação de incorporadores. Alguns, por serem ou se associarem aos grupos hegemônicos da sociedade, têm mais sucesso em relação a outros. Alguns têm maior impacto do que outros, seja pela intensidade da ação urbanística e até mesmo na formação de novos centros de comércio e serviços.

No entanto, existem aspectos identificados em Erechim que a difere das demais cidades brasileiras. A concentração das regiões com maior renda na cidade está nos bairros centrais, não seguindo o padrão que as grandes cidades apresentam por meio da criação de bolsões de renda alta também em áreas periféricas, seja por loteamentos ou condomínios fechados. Existe apenas um condomínio fechado ao norte da cidade, característica muito distinta de cidades médias no Brasil. Além disso, não existe *shopping* e o uso comercial da

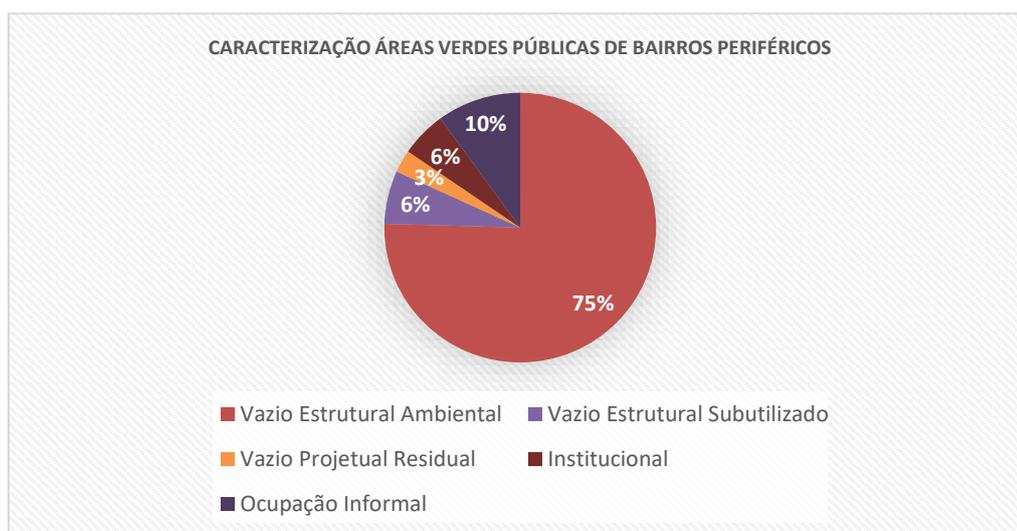
⁵⁵ Banco Nacional de Habitação (BNH), Companhia de Habitação Popular (COOHAB), Minha Casa Minha Vida (MCMV).

cidade concentra-se principalmente nas avenidas centrais, trazendo peculiaridades aos processos econômicos e urbanos.

Entende-se, portanto, que a evolução urbana da cidade está relacionada ao surgimento de vazios urbanos, um padrão repetido em diversos processos históricos oriundos do tecido urbano fragmentado de ocupação dispersa. Embora a maioria dos vazios urbanos sejam particulares e muitas dessas áreas esperam, especulativamente, por melhores condições de aproveitamento construtivo, o foco da investigação foram os vazios urbanos de caráter público localizados em regiões de periferia. O levantamento dos espaços livres públicos de Erechim revelou que os bairros centrais dispõem de praças oficialmente cadastradas na prefeitura da cidade e as regiões mais afastadas possuem áreas verdes.

As áreas verdes públicas dos bairros periféricos estudados são predominantemente vazios urbanos oriundos de fatores processuais e estruturais, as quais encontram-se abandonadas e subutilizadas. O levantamento desenvolvido (Figura 72) revela que 75% das áreas verdes públicas são vazio estrutural ambiental, 10% possuem ocupação informal, 6% vazio estrutural subutilizado, 6% possuem uso institucional, 3% vazio projetual residual. Esse cenário mostra o descaso do poder público municipal em inserir de modo efetivo essas áreas nos bairros gerando diversas áreas que poderiam ter seu uso público e de socialização desconectadas da dinâmica urbana. Esse contexto é decorrente das gestões urbanas que não utilizaram devidamente as ferramentas de planejamento.

Figura 72 Caracterização das áreas verdes públicas dos bairros periféricos estudados



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

O estudo mais aproximado para entender a realidade de três dessas áreas estruturou-se na investigação da inserção urbana entendendo o contexto da configuração - sistema viário, acessos e uso do solo -, da estrutura interna existente – topografia / cobertura vegetal, estados de manutenção e mobiliário - e das práticas sociais - identificação das atividades praticadas e perfil dos usuários pela faixa etária. A análise de todos esses aspectos trouxe a compreensão da situação que esses espaços se encontram e a partir disso foram avaliadas suas potencialidades funcionais e socioespaciais. Apesar do contexto de subutilização, recebem por parte da população local apropriações não programadas, nem organizadas ou apoiadas pelo poder público, o que revela a demanda por esses espaços e o descaso dos gestores urbanos. O cenário atual de Erechim mostra diversas situações que se encontram as áreas verdes e pode-se afirmar que alguns desses vazios urbanos públicos hoje existentes em zonas segregadas são potencialmente passíveis de transformação para atender a carência de espaços livres públicos dessas regiões.

Esses resultados vêm de encontro com as pesquisas dos autores estudados, mostrando que a conformação do espaço urbano de Erechim segue os princípios da urbanização brasileira, onde legislação, interesses imobiliários e fundiários geraram uma cidade de tecido urbano fragmentado. Esse contexto é consequência dos processos envolvidos nos períodos de expansão que direcionaram o crescimento da cidade para regiões dispersas, implantando loteamentos populares em locais mais afastados, reproduzindo um espaço urbano desigual em termos espaciais e sociais.

Além disso, também mostram que os vazios urbanos são decorrentes de diversas origens de ordem processual e estrutural, mas que podem ser potencializados a partir da relação com seu entorno imediato. Dentre as áreas vazias, confirma-se que áreas intersticiais e vazios urbanos recebem múltiplos usos por iniciativa dos moradores, produzindo uma rede de espaços conformados por práticas informais especialmente em regiões de periferia. A reinterpretação dos vazios urbanos na cidade contemporânea se baseou na análise da desconexão socioespacial desses espaços e sua inserção urbana, conflito que abre possibilidades de aproveitamento.

Uma das limitações da pesquisa concentrou-se especialmente na falta de organização e disponibilização de alguns dados importantes, principalmente por parte da administração municipal, como digitalização de mapas, relação do ano de implantação dos loteamentos, informações que poderiam agilizar o levantamento da pesquisa bibliográfica e documental de

Erechim. Outra limitação encontrada foi o cenário pandêmico da COVID-19 a partir de março de 2020, que demandou algumas adaptações na pesquisa, especialmente do estudo de campo que foi realizado seguindo os protocolos de segurança orientados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

No campo teórico que estuda as relações entre vazios urbanos e sociedade, os resultados mostram que os problemas socioespaciais oriundos do planejamento por omissão induzem a distribuição desigual dos grupos sociais na cidade, resultando em áreas afastadas da região consolidada e essa população vivencia o espaço urbano dentro das possibilidades que a realidade permite. Um dos aspectos mais importantes nessa pesquisa foi mostrar a necessidade do planejamento e do poder público planejar as áreas de expansão, especialmente as regiões de periferia, por meio de espaços de qualidade com infraestrutura mínima necessária dispondo dos principais serviços urbanos, saúde, educação, habitação e espaços públicos adequados para essa população.

A inexistência de espaço público qualificado nas regiões periféricas de Erechim revela a necessidade que a população que habita essas áreas tem de realizar suas práticas sociais, mesmo que de forma não programada em espaços carentes de qualidade. O estudo do recorte cotidiano do espaço urbano mostrou-se como imprescindível para observar as reais práticas e compreender como as pessoas percebem e apropriam-se desses espaços. Essas dinâmicas peculiares surgidas das demandas e práticas cotidianas de grupos sociais de baixa renda mostram como oportunidade de resistência e enfrentamento ao sistema hegemônico, segregador e perverso para as populações periféricas.

Diante disso, o estudo da inserção socioespacial dos vazios na malha urbana e a caracterização dos tipos existentes busca avançar na compreensão da dimensão contemporânea dos vazios urbanos em aspectos socioespaciais e simbólicos. A investigação dos locais que recebem a apropriação por iniciativa da população de bairros periféricos mostra sua importância para as pessoas no contexto que está inserido. O diagnóstico resultante, portanto, pode ser referência para futuras intervenções, por exemplo, ao viabilizar melhorias no espaço urbano por meio do aproveitamento das potencialidades das áreas de vazio. Um modo de mitigação dos problemas da falta de inclusão pode ser pela ação de grupos comunitários e vizinhanças pressionando autoridades visando a estruturação de ações para reintegrar os espaços livres públicos em situação de vazio urbano ao sistema de espaços de uso e de convivência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento das dinâmicas das cidades, seus principais processos e sua configuração urbana permitiram identificar que as problemáticas atreladas ao processo de urbanização brasileiro estão presentes em diversas escalas de cidade. Nesse aspecto destacam-se os fenômenos da exclusão e da segregação socioespacial oriundos do privilégio atrelado às áreas que mais interessam aos investidores que resultaram numa cidade fragmentada. Dessa maneira, as diferenças socioespaciais entre áreas centrais e periféricas geraram um espaço urbano desigual constituído por permanências e rupturas. Isso se deve, sobretudo, à ausência de planejamento urbano no decorrer dos anos para regulamentar a expansão urbana de forma adequada e, portanto, esse desequilíbrio resulta também em diversos vazios urbanos.

Os vazios urbanos, nesse contexto, são oriundos de distintos processos, especialmente de fatores estruturais, projetuais ou conjunturais, multiplicidade que produz espaços: desconectados socioespacialmente da dinâmica da cidade, remanescentes da implantação de uma infraestrutura em determinado período e até mesmo que não atendem às atuais demandas sociais pela carência de readequações espaciais. O vazio faz parte da estrutura urbana, mas dependendo do contexto pode gerar deseconomias na cidade, como a necessidade de estender infraestruturas, além de gerar discontinuidades socioespaciais que, ao separar e afastar grupos sociais, podem levar à segregação social. No entanto, ao mesmo tempo que são entendidos como problemas, podem ser elementos de reconexão social por meio de sua reinserção ao sistema de espaços livres, potencializando sua função para a apropriação social, seja como praça de lazer, interações sociais, contemplação de paisagens ou atividades esportivas.

O estudo da estrutura urbana de Erechim e o entendimento de sua ocupação histórica mostra que os problemas urbanos seguem os padrões das cidades latino-americanas, em que as ocupações em regiões de periferia desconectadas do tecido urbano resultam a longo prazo na ocupação dispersa conformada por vazios urbanos. As implantações de loteamentos em áreas afastadas do núcleo central originam diversos bairros com problemas socioespaciais de infraestrutura, dentre eles o acesso aos espaços públicos na escala local. A pesquisa revela a necessidade de incorporar qualidade nos bairros periféricos que normalmente encontram-se

desassistidos dos principais serviços e essas regiões carentes são as que mais precisam de estrutura adequada que permita a realização de momentos de lazer e contemplação.

A caracterização dos vazios urbanos de Erechim mostrou que existe na cidade espaços de grandes escalas: ferroviários, viários, industriais. Assim, as diversas camadas históricas dos usos e expansões urbanas da cidade deixaram suas marcas no tecido urbano, revelando que esses espaços são oriundos de períodos distintos. Além disso, a investigação também permitiu constatar que grande parcela das áreas verdes públicas, principalmente em regiões de periferia, encontram-se em situação de vazio urbano por estarem desconectadas da dinâmica da cidade. Foi possível caracterizar essas áreas conforme sua situação atual, decorrente de fatores estruturais, projetuais e de outros usos. Apesar disso, algumas dessas áreas recebem apropriação de forma não programada por iniciativa dos moradores locais, evidenciando a importância das práticas sociais no espaço urbano. Desse modo, foram avaliadas as potencialidades que essas áreas vazias têm visando aproveitar suas particularidades numa inserção socioespacial mais efetiva. Esses espaços representam, portanto, possibilidades de articulação urbana que podem solucionar ou amenizar conflitos socioespaciais, ambientais e funcionais.

A partir do exemplo de Erechim e do estudo dos vazios urbanos públicos periféricos, pretende-se contribuir nas discussões sobre o planejamento urbano planejar as áreas de periferia e aproveitar as áreas vazias junto à compreensão da realidade local. Esse cenário mostra-se como um importante direcionamento para as cidades otimizarem sua estrutura interna, pois se essa análise for aplicada em outros espaços vazios apresenta-se uma possibilidade de propiciar maiores relações nas diferentes regiões do espaço urbano, das áreas centrais às periféricas, especialmente as que mais necessitam de espaços livres públicos. Dessa maneira, pode-se intervir no sistema de espaços livres da cidade e assim conformar efetivamente uma rede de espaços públicos integrados entre si e à dinâmica socioespacial.

Cabe salientar, entretanto, que embora os espaços estudados de modo mais aprofundado tenham potencialidades para atividades relacionadas ao lazer, as demais áreas verdes públicas de Erechim podem ser aproveitadas para a integração ao sistema de espaços livres a partir de outras adequações. As possibilidades da multiplicidade de usos desses espaços na escala da cidade podem ser extraídas a partir da identificação das potencialidades conforme cada contexto local. Essa articulação pode ser estruturada também com aspectos ambientais, pois conforme exposto a maior parte das áreas verdes públicas dos bairros

periféricos enquadraram-se nesse tipo. Além disso, podem ser integrados fatores sociais, econômicos e ambientais trazendo para diversos pontos do tecido urbano espaços que realmente contribuam para as melhorias na qualidade de vida em toda cidade, especialmente nas áreas de periferia.

A investigação visou contribuir nas discussões da realidade da população dos bairros periféricos, especialmente em relação às áreas vazias que se encontram abandonadas em regiões que necessitam de um espaço urbano de qualidade. Visto que o espaço livre público é um bem comum que pode possibilitar o sentimento de pertencimento de quem o usa, essa pesquisa é uma forma apresentar alternativas para aproveitar os espaços existentes para servir de ponto de encontro das áreas que mais necessitam de espaço qualificado.

Diante das lacunas identificadas no desenvolvimento dessa pesquisa investigativa, são recomendadas algumas possibilidades para pesquisas futuras. Como sugestão para continuidade dessa abordagem, entende-se a importância em aprofundar as análises a fim de investigar se outras áreas públicas vazias de Erechim recebem apropriação por iniciativa população. Para isso, a implementação nos procedimentos metodológicos de entrevistas com moradores ou associações de bairro poderiam contribuir no entendimento das percepções dessas pessoas quanto a essas áreas. Indica-se a necessidade de repetir as observações *in loco* no período pós- pandêmico para que assim seja realizada a comparação com os resultados obtidos nessa pesquisa. Outros aspectos importantes que demandam aprofundamento são a compreensão do sistema de espaços públicos: definição, estrutura, subsistemas, tipos e tipologias de espaços públicos de lazer. Além disso, a necessidade de adequação da legislação urbana de Erechim à legislação federal vigente (Lei de Parcelamento do Solo Urbano - alterações provocadas pela Lei Federal 9785/99 na Lei Federal 6766/79).

Portanto, destaca-se que o processo de planejamento urbano necessita utilizar o potencial dos vazios urbanos na qualificação das periferias urbanas de nossas cidades. Essas estratégias podem expandir as dinâmicas existentes, criando um sistema que visa minimizar, ainda que pontualmente, as desigualdades socioespaciais causadas pela segregação. Num contexto latino-americano e brasileiro de cidades desiguais quanto às possibilidades de apropriação e direito à cidade, onde nas periferias se encontram os grupos sociais menos favorecidos e muito dependentes do espaço público, entendeu-se que ações no sentido de reinseri-los ao sistema de espaços de uso e de convivência, a partir da incorporação das

apropriações informais, são fundamentais para uma cidade socialmente mais justa e equilibrada.

Por fim, um dos principais aspectos que essa investigação aponta é a importância dos locais de vitalidade urbana estarem presentes principalmente nas áreas de periferia propiciando qualidade para essa população por meio de uma cidade diversa e justa para todos grupos sociais dispondo de espaços públicos adequados para apropriação em todos os bairros, inclusive os periféricos. Com isso, pretendeu-se mostrar que os espaços que recebem as apropriações permitem relacionar essa realidade com as possibilidades que o espaço urbano proporciona e pode proporcionar para criar espaços de vivências sociais. Acredita-se que existam maiores chances de o espaço cumprir o seu papel social de modo efetivo e adotar um paradigma de planejamento que incorpore novas apropriações não planejadas a partir dos usos praticados especialmente pelos moradores do entorno.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A pattern Language**. New York: Oxford University Press, 1977.

ÁLVAREZ, C. M. **CARTOGRAFÍAS CONTEMPORÁNEAS Representación abstracta y proyecto**. International Conference Architectonics Network: Mind, Land and Society, Barcelona, 31 May, 1-2 June 2017.

ALVES, Manoel Rodrigues. Cidade Contemporânea questões conceituais da conformação de sua espacialidade. **Revista Tópos**, Presidente Prudente, v.1, n.2, p.29-57, 2007.

AVER, I. K. (2008). **Erechim, processo e projeto - relações estruturais entre traçado viário e desenvolvimento urbano**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre

BERNARDINI, S. P.; CARMO, C. G. C. do. A qualidade dos espaços públicos de lazer na urbanização contemporânea: o caso das periferias do município de Campinas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 243-262, abr./jun. 2021.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia** 24(16) 268 - 288, out/2005 Página 268

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. 2006. 242 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BRANDALISE, M.; PRANDEL, J.; QUADROS, F.; ROVANI, I.; MALYSZ, M.; DECIAN, V. Influence of Urbanization on the Dynamics of the Urban Vegetation Coverage Index (VCI) in Erechim (RS). **Floresta e Ambiente** 2019; 26(2): e20170301

BUSQUETS, J. **Terreny erm i potencial reestructurador = Terrain vague et potentiel de restructuration**. Quaderns d'arquitectura i urbanisme, n. 214, p. 80-81, 1996.

CACCIA, L. S. (2011). **A apropriação do espaço público a partir do estudo das representações sociais no Parque da Redenção em Porto Alegre/RS**. (Graduação). Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CAMPOS, Alexandre *et al.* **Espaços Colaterais / Collateral Spaces**. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas, 2008.

CARERI, Francesco. **Caminhar e parar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Socioespacial. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CASSOL, Ernesto. **Histórico de Erechim**. Erechim: Cese, 1979.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ERECHIM. **Histórico de Erechim**. Instituto Social Padre Berthier, 1979.

CATELAN, Márcio José. Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias / Márcio José Catelan. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. In: SPOSITO, M E B. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007
DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 2001. 198 p.

DITTMAR, Adriana C. C. **Paisagem e morfologia de vazios urbanos: Análise da transformação dos espaços residuais e remanescentes urbanos ferroviários em Curitiba – PR**. 2006. Dissertação (Mestrado)—Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica. Curitiba, 2006.

DONADON, Edilene Terezinha. **Terrain Vagues: Um estudo das áreas urbanas obsoletas, baldias ou derrelitas em Campinas**. 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Cidade: Imagem e Imaginário**. In: Imagens Urbanas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Redesenho de uma idéia**. Cadernos de Arquitetura, Bauru, São Paulo, n. 01, p. 05-12, jan./jun. 1996.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. **Significados Urbanos**. São Paulo: HUCITEC/Edusp, 2000.

Ferreira, J. S. W. Mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. **Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, (16), 26-48 (2004).

FÜNFGELT, K. **História da paisagem e evolução urbana da cidade de Erechim – RS**. Dissertação apresentada a UFSC para obtenção do Título de Mestre em Geografia. Florianópolis, 2004.

FURLAN, A.; MURARA, P. Análise de risco a partir do setor censitário na área urbana de Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 13 (junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 177-201, 2018.

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.

GEHL, J. **Cidade para Pessoas** / Jan Gehl; tradução Anita Di Marco. 2. Ed. São Paulo : Perspectiva, 2013.

GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares**: sobre a importância do trabalho conceitual. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2012.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

HACHMANN, Rosely. Apresentado estudo técnico para revisão do Plano Diretor Municipal. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/13207/20-02-2019/apresentado-estudo-tecnico-para-revisao-do-plano-diretor-municipal>. Acesso em 15 de fevereiro de 2020.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Social Justice and the City*. Ed. revista. Athens, GA: University of Georgia Press, 2009 [1973].

HILLIER, B.; HANSON, J. **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HOLANDA, F. D. O espaço de exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLANDA, F. **Brasília – cidade moderna, cidade eterna**. Brasília: Ed. FAUNB, 2010.

HOLANDA, F.; KOHLSDORF, M. E.; FARRET, R. L.; CORDEIRO, S. H. C. FORMA URBANA. QUE MANEIRAS DE COMPREENSÃO E REPRESENTAÇÃO? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, núm. 3, outubro, 2000, pp. 9-18

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/erechim/panorama>>. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova**, v. 2, n. 4, 1986.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3. ed. São Paulo: 2017. 510 p.

KRAFTA, R. Morfologia urbana tipológica e morfogenética. In: KRAFTA, R. (Ed.). **Notas de aula de morfologia urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 39–68.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**, 7ª Edição, Fundação Calouste Gulbenkian/Lisboa, 2014. 590p.

LEFEBVRE, H. (1976). *Espacio y Política*. Barcelona, Ediciones Península (original em francês de 1973).

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991. 455 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969.

LEMOS, I. S.; MARX, J. Espaços livres como ativadores comunitários. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. v. 07, n. 50, 2019.

LIMA, Josué Magalhães. O papel do planejamento urbano na configuração das cidades. **Textos para Discussão**, Brasília, CLDF - Assessoria Legislativa, ano 3, n. 11, maio 2017.

LOBODA, C. R. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **R. Ra'e Ga**. 37, 37-63, 2016.

MACEDO, Silvio S. *et al.* **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. In: TERRA, Carlos; ANDRADE, Rubens. Paisagens culturais, Rio de Janeiro: EBA-UFRJ, v. 3, p. 286-297, 2007. (Coleção).

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo : Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1996.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos /Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. **São Paulo em Perspectiva**. V.14, nº4, 2000a. p.21-33.

MARICATO, Eminia. **Brasil, cidades – alternativas para a crise urbana**. 2 ed., Petrópolis: VOZES, 2002

MARTINS, Rachel Figueiredo Viana. Planejamento Urbanos e o Desafio Ambiental. In: **Planejamento urbano e regional** [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

MENDONÇA, Jupira Gomes de; ANDRADE, Luciana Teixeira de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. **Segregação e Fragmentação: notas a partir do estudo sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil**. XIV Seminário Internacional de la RII, 2016.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, vol. 7, núm. 2, agosto, 2007, pp. 296-306

MUXÍ, Zaida. **La arquitectura de la ciudad global**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2004.

NETTO, V. M. A urbanidade como devir do urbano. *In*: AGUIAR, D.; NETTO, V. M., organizadores. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius Loci – Towards a phenomenology of architecture**. London: Academy Editions, 1980

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 2, n. 7, p.59-69, jun. 2007.

OLIVEIRA, Carolina Costa Déda. SANTOS, Pedro Antônio Almeida. SOUZA, Fernando Antônio Santos. A experiência recente do urbanismo e suas perspectivas. *In*: **Planejamento urbano e regional** [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto Alves de. Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 205-220, jun. 2008

PRFEITURA DE ERECHIM. Disponível em:
<<https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/156/erechim-em-numeros>>. Acessado em 15 de outubro de 2020.

PEREIRA, G. F. **Planejamento urbano e qualidade de vida**: reflexão a partir de um bairro de Curitiba. 1993. 93 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, n.i., v. XIX, n. 21, p.25-35, jan. 2011.

QUEIROGA, E. F.; SAKATA, F. G. A rede de pesquisadores reunidos por Silvio Macedo sob o Lab QUAPÁ e os estudos de sistemas de espaços livres e formas urbanas no Brasil. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190264. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190264>, 2020.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Elizete de Oliveira. **Segregação ou fragmentação socioespacial? Novos padrões de estruturação das metrópoles latino-americanas**. *GeoTextos*, vol. 9, n. 1, jul. 2013. E. Santos. 41-70, 2013.

SANTOS, Milton. **Society and Space: Social Formation as Theory and Method**. *Antipode*, Worcester 9 (1), 1977.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo, Nobel, 1985.

SANTOS, M. (1987). **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel.

SANTOS, Milton. **Metrópole corportativa fragmentada: o caso de São Paulo** / Milton Santos. – São Paulo : Nobel : Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. 157p.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. In: VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017[1980], 174p.

SCHMIDT, Remís Alice Perin. Erechim: cidade construída para imigrantes : poder simbólico na conquista do espaço urbano. Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.– Porto Alegre, 2009. 148 f.

SEBRAE/RS – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul. **Perfil das Cidades Gaúchas – Erechim**, 2020

SOLÀ-MORALES, I. de. *Terrain Vague*. In: SOLÀ-MORALES, I. de. Territorios. Barcelona: G. Gilli, 2002

SOUZA, Mariana Barbosa de. **Práticas espaciais: reflexões sobre a segregação urbana e as cidades fragmentadas do litoral norte do Rio Grande do Sul**. XVI Seminário Internacional: demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 2019.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004. 136 p.: in il. Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo.

SPOSITO, M. E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**. ISSN 0188-4611, núm. 54, pp, 2004.

SPOSITO, M. da E. B. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: Unesp; FCT, 2001. p. 609-643.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão (organização). **Cidades médias: espaços em transição?** Maria Encarnação Beltrão Sposito/1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632 p.

TARNOWSKI, Camila Martinez Lima. **Percepção da Paisagem: estudo sobre vazios urbanos no centro de Curitiba, Paraná**. Curitiba, PR, 2007.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. NOVOS ESTUDOS 104 II março 2016. <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201600010005>

TENÓRIO, G. de S. **Ao desocupado em cima da ponte: Brasília, arquitetura e vida pública**. Brasília, 2012. Tese – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 364p, 2012.

Topographic-map. Disponível em: <<https://pt-br.topographic-map.com/maps/gig5/Erechim/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2020.

VÁSQUEZ, Catalina Giraldo. **Reinterpretação de espaços subutilizados na cidade contemporânea: Análise dos vazios industriais de Medellín** / Catalina Giraldo Vásquez ; orientadora, Lisete Terezinha Assen de Oliveira ; coorientadora, Adriana Marques Rossetto. - Florianópolis, SC, 2016. 233 p.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VOGEL, A. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 4 ed. Rio de Janeiro: Eduff, 2017[1980, 174p.

XIMENES, D. S. S.; MAGLIO, I. C.; FRANCO, M. A. R. A infraestrutura verde nos espaços públicos como elemento de resiliência socioambiental pós-pandemia. **Labor & Eng.**, Campinas, SP, v.14, 1-16, e020011, 2020.

WHYTE, W. H. The life of plazas. In: CARMONA, M.; TIESDELL, S. (Eds.). **Urban Design Reader.** Amsterdam: Architectural Press, 2007. p. 226–229.

ZANIN, Elisabete Maria. Caracterização da paisagem urbana de Erechim e do Parque Municipal Longines Malinowski – Erechim – RS. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos, SP, 2002.

ZANIN, Nauíra Zanardo; PEREIRA, Natália Biscaglia; PIRES, Janice de Freitas. **Análise da Paisagem Urbana: os sistemas de espaços livres em Erechim, RS, Brasil.** Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. "VIII Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Balneário Camboriú, Junio 2016". Barcelona: DUOT, 2016.

LEIS

BRASIL. LEI No 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

ERECHIM. Projeto de lei 09/76. Plano Diretor do município de Erechim. Prefeitura Municipal de Erechim.

ERECHIM. LEI No 1600 de 05 de dezembro de 1977. Delimita a cidade de Erechim.

ERECHIM. LEI No 1733 de 5 de maio de 1981. Institui o zoneamento urbano de Erechim e dá outras providências.

ERECHIM. LEI No 1735 de 05 de maio de 1981. Dispõe sobre loteamentos urbanos.

ERECHIM. LEI No 2401 de 08 de abril de 1992. Institui o zoneamento urbano de Erechim-RS

ERECHIM. LEI Nº 2595 de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano, zoneamento de usos do solo urbano e dá outras providências.

ERECHIM. LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Erechim e revoga a Lei n.º 6.258/2016.

ERECHIM. LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano, sobre o zoneamento de uso do solo urbano e revoga a Lei n.º 6.256/2016 e suas alterações.

ANEXO 01

LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Erechim e revoga a Lei n.º 6.258/2016.
CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS E PRELIMINARES:
<p>Art. 11. Para os efeitos desta Lei Complementar se considera:</p> <p>II – Áreas de Recreação, destinadas a atividades sociais, cívicas, esportivas, culturais, centros esportivos e áreas verdes;</p> <p>Art. 17. Em qualquer projeto de loteamento deverão ser reservadas as áreas públicas, compreendendo as áreas destinadas ao arruamento, à implantação de equipamentos públicos e comunitários, bem como as reservadas à preservação das áreas verdes e dos fundos de vale, caso ocorram, as quais se tornarão inalienáveis na forma da Lei Federal n.º 6.766/79 e no que couber, aos Decretos-Leis n.º 058/37 e n.º 271/67, nas partes que não foram implicitamente revogadas, passando ao domínio do Município no ato da inscrição do loteamento no Registro de Imóveis, ressalvados os casos expressos no artigo 20 desta Lei Complementar.</p> <p>§ 2º O percentual das áreas verdes (arborização) não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do total da área a ser parcelada, não podendo resultar em área inferior ao lote padrão previsto no zoneamento (ou Lei específica). Não serão computadas neste cálculo as áreas de Áreas de Preservação Permanente (APPs), e Áreas remanescentes superiores a 5.000,00 m² (cinco mil metros quadrados).</p> <p>Art. 19. Aplicam-se aos desmembramentos, em áreas que não foram objeto de loteamento, as disposições urbanísticas da presente Lei Complementar, em especial, reserva técnica de 10% (dez por cento) referentes às áreas verdes (arborização), quando com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados)</p>
CAPÍTULO II APROVAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PARCELAMENTO DO SOLO:
<p>Art. 32. Para a aprovação em primeira fase, o projeto deverá conter:</p> <p>II – Os espaços destinados a equipamentos de uso público, com a qualificação e localização das respectivas áreas;</p>
CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS:
<p>Art. 70. Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter a sua destinação alterada pelo empreendedor desde a aprovação do loteamento, salvo a hipótese de caducidade ou desistência do empreendedor observadas as exigências do Artigo 23, da Lei Federal n.º 6.766/79.</p>
LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre o desenvolvimento urbano, sobre o zoneamento de uso do solo urbano e revoga a Lei n.º 6.256/2016 e suas alterações.
CAPÍTULO III DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
<p>Seção I Dos Objetivos Gerais e Das Diretrizes Básicas.</p> <p>Art. 12. Ficam estabelecidas as seguintes diretrizes básicas:</p> <p>II – Preservar os mananciais hídricos que abastecem as áreas urbanas, os fundos de vale e áreas verdes, através de restrições à ocupação do solo e controle de seu adensamento;</p>

CAPÍTULO V DO MEIO AMBIENTE
<p>Seção I Das Disposições Gerais.</p> <p>Art. 62. O Executivo Municipal deverá promover programas com relação ao meio ambiente, no sentido de:</p> <p>VI – Estimular a criação, preservação e formação de áreas verdes, através de incentivos fiscais;</p>
CAPÍTULO XI DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INTERESSE MUNICIPAL
<p>Seção III Dos Equipamentos Comunitários e de Serviço ao Público</p> <p>Subseção I Dos Equipamentos de Saúde Pública e Ambiental:</p> <p>Art. 149. O Município zelará pela saúde ambiental, como medida fundamental de proteção da saúde individual e coletiva, mediante:</p> <p>II – Criação e incentivo a preservação de áreas verdes;</p>
CAPÍTULO XII DOS CONDOMÍNIOS POR UNIDADES AUTÔNOMAS
<p>Art. 155. São condomínios por unidades autônomas, os constituídos por uma ou mais edificações ou lotes, isoladas ou não, escalonadas ou agrupadas horizontal ou verticalmente, ocupando um ou mais lotes, podendo dispor de espaços e instalações de uso comum, caracterizados como bens em condomínio do conjunto e instituídos na forma do Art. 8º, da Lei Federal nº 4.591/64, e devendo atender aos padrões urbanísticos desta Lei Complementar e do Código de Edificações</p> <p>Art. 160. São considerados condomínios:</p> <p>VI – Loteamento de acesso controlado tipo I: Considerados os com área total de até 10.000 m²;</p>
<p>Seção VI Do Loteamento de acesso controlado tipo I.</p> <p>Art. 167. Os loteamentos de acesso controlado tipo I caracterizam-se por:</p> <p>a) Dimensões de testada e profundidade do lote, com no máximo 200,00 (duzentos metros).</p> <p>b) As dimensões mínimas dos terrenos deverão respeitar área de 250,00 m² e testada de 10,00 m.</p> <p>c) Não será necessária a doação de área verde e institucional.</p>